

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Área de Concentração: Política e Movimentos Sociais

CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME

**A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”: Análise sobre o
processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR
(1969).**

Maringá – Paraná
2012

Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME

A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”: Análise sobre o processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969).

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.
Orientador: Professor Luiz Miguel do Nascimento.

**Maringá – Paraná
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Guilherme, Cassio Augusto SamoginAlmeida
G956dA Ditadura Civil-Militar e a "politicalha interiorana" :
análise sobre o processo de cassação do prefeito
HalimMaaraoui em Nova Londrina-PR (1969) / Cássio Augusto
Samogin Almeida Guilherme. -- Maringá, 2012.
145f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro
de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-
Graduação em História, 2012.

1. Cassação. 2. Ditadura. 3. Nova Londrina - História. I. Nascimento,
Luiz Miguel do, orient. II. Universidade Estadual de
Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa
de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 21.ed.323.4

AHS-000913

CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME

A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”: Análise sobre o processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969).

BANCA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá-PR, para a obtenção do título de mestre.

.....
Luiz Miguel do Nascimento – Orientador

.....
Reginaldo Benedito Dias – Examinador

.....
Maurílio Rompatto - Examinador

Aprovada em 27/02/2012

Agradecimentos:

O presente trabalho é fruto de uma longa jornada acadêmica que se iniciou no ano de 2006 quando do ingresso no curso de Licenciatura em História na Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba – FAFIPA.

Aos primeiros mestres e amigos historiadores que me estimularam, iniciaram e provocaram na reflexão historiográfica: Ricardo Tadeu Caires, José Augusto Netto, Vanderlei Amboni, Roberto Lemes Batista, Altair Bonini, Marcos Pirateli e Renan Bandeirante de Araújo.

Em especial a Alexandre Busko Valim, meu primeiro incentivador e orientador durante a graduação em minhas pesquisas de iniciação científica sobre o pensamento de Antonio Gramsci. A ele devo o passo fundamental para ingressar no mundo acadêmico de congressos, comunicações, artigos etc.

Não menos especial a Maurílio Rompatto que me apresentou a História Regional e o trato com as fontes orais. Da pesquisa e debate iniciados na FAFIPA é que conseguimos as fontes que viabilizaram esta dissertação.

A minha querida mãe Rosa Marlete Augusto, sempre presente, compreensiva, dedicada e primeira leitora dos meus textos.

Aos amigos da “terça insana”, Mateus Brandão de Souza, José Darci dos Santos, Ricardo Drummond de Macedo e Lincoln Brito. Horas de muita conversa, debate e aprendizado com pessoas inteligentes.

Aos amigos de graduação Eduardo Cordeiro, Giceli Warmling, Rodrigo Mazucato e Kátia Correia, que foram importantes nesta caminhada.

Aos companheiros de mestrado Fábio Bacila, Celso Fernando de Oliveira, Murilo Paschoaleto, Roberto Carlos Klauck, Shesmman de Melo e Paulo ramos, que com suas experiências e sugestões, enriqueceram esta pesquisa.

Aos parentes e amigos, Ana Flávia Fernandes, Marcelo Guilherme, Anderson Clener, Juliana Guilherme, Tiago Santos, Julio Sá, Arno Neto, Rodrigo Veit, que tiveram que agüentar as minhas lamúrias e empolgações durante estes dois anos.

Ao orientador Luiz Miguel do Nascimento e professores do mestrado Sidnei José Munhoz, Reginaldo Benedito Dias, Ângelo Priori, Marcos Antonio Lopes, pela dedicação e momentos de aprendizagem.

Aos entrevistados desta pesquisa e suas famílias: João Fragoso, José Crispim, Oscar Tomazoni, Odete Colla, Ondina Giacobbo (In Memoriam), Jair Rezende e Ítalo Calligher que me receberam de forma muito calorosa em suas casas e sem os quais, esta dissertação seria mais pobre de informações e vivências.

Por fim, mas não menos importante, aos eternos professores que me acompanham desde as séries iniciais, em especial, aqueles que se tornaram meus amigos hoje, Roberto Tsunokawa, Solange Ravache e Djaci Pereira Leal.

Dedicatória:

Dedico este trabalho a Halim Maaroui, Oscar Tomazoni, suas famílias e a população de Nova Londrina, tão carente de conhecimento sobre a nossa história.

Epígrafe:

“Minha intenção, Excelência, era a de fazer um levantamento completo, documento por documento. Mas, as ameaças podem se cumprir, e então, se tombar vitimado pela sanha sanguinária de homens corruptos e desumanos, os mesmos ficarão impunes. (...) O objetivo desta, é o de colaborar, apesar das ameaças e dos perigos que me cercam. (...) Se eu tombar no cumprimento do dever, ficará, pelo menos, para a posteridade, para os meus entes queridos, o consolo de que, aquele que partiu para sempre, empreendeu a sua última viagem, com tranquilidade e consciência do dever cumprido”

Oscar Tomazoni – carta enviada ao exército em 29/05/1969.

Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”: Análise sobre o processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969).

Resumo: Esta dissertação analisa o processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui ocorrido na cidade de Nova Londrina-PR no ano de 1969. Para tanto, utilizamos como fonte desde entrevistas com antigos moradores da cidade, os autos da Justiça Militar e a bibliografia pertinente. Nossa problemática versa sobre os motivos que levaram a Ditadura Civil-Militar a intervir em uma pequena cidade do interior, sob a alegação de combater a subversão. Assim, analisamos desde o processo de (re)ocupação da cidade, a origem dos migrantes e as primeiras administrações públicas, para posteriormente entrarmos no tema central que é a disputa eleitoral de 1968 e a cassação de Halim Maaraoui após três meses no cargo de prefeito municipal. Além disso, lançamos alguns apontamentos sobre a atuação da Ditadura Civil-Militar.

Palavras-chave: Cassação, Ditadura, Nova Londrina.

Civil-military dictatorship and the "politicalha located": analysis on the process of impeachment of Mayor Halim Maaraoui in Nova Londrina-PR (1969).

Abstract: This essay analyzes the process of impeachment of Mayor Halim Maaraoui occurred in the city of Nova Londrina-PR in the year 1969. For this purpose, we use as a source from interviews with older residents of the city, the files of Military Justice and the relevant bibliography. Our problem deals with the reasons that led to the Civil-Military Dictatorship to intervene in a small town in the interior, on the pretext of combating subversion. So, we reviewed since the process of (re) occupation of the city, the origin of migrants and the first public administrations, to later enter into the central theme is the electoral dispute of 1968 and the revocation of Halim Maaraoui after three months in the post of Mayor. In addition, we launched a few notes about the performance of Civil-Military Dictatorship.

Key-Words: Revocation, Dictatorship, Nova Londrina.

A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”: Análise sobre o processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui, em Nova Londrina-PR (1969).

Sumário:

Introdução:	12
 1- O processo de (re)ocupação da região da cidade de Nova Londrina-PR e suas primeiras administrações públicas:	25
1.1- Nova Londrina no processo de (re)ocupação do Norte do Paraná:.....	25
1.2- A origem dos migrantes e o sonho de ficar rico:.....	32
1.3- A fase distrital, atuação da Imobiliária e as impressões dos migrantes:.....	40
1.4- A fundação do município de Nova Londrina e suas três primeiras administrações:.....	46
1.5- Considerações Finais:.....	53
 2- Apontamentos sobre a Ditadura Civil-Militar até 1974	55
2.1- O Golpe de 1964 e os interesses em jogo:.....	55
2.2- De Castelo Branco ao AI-5:.....	59
2.3- Repressão contra tudo e contra todos nos governos Costa e Silva e Médici:.....	64
2.4- O Norte do Paraná sob vigilância:.....	66
2.5- Considerações Finais:.....	71
 3- A cassação do Prefeito Halim Maaraoui	73
3.1- A disputa eleitoral e vitória de Halim:.....	73
3.2- Denúncias contra Halim no Exército e sua cassação sumária:...	76
3.3- Os dias de apreensão em Nova Londrina:.....	84

3.4- Considerações Finais:.....	86
4- O processo contra Halim Maaraoui perante a Justiça Militar e a disputa pela verdade nos autos:.....	88
4.1- Os primeiros depoimentos na fase de Inquérito Policial:.....	88
4.2- Irregularidades de todos os lados e a “denúncia bomba” feita por Halim Maaraoui:.....	98
4.3- O Inquérito para apurar o sequestro de Halim Maaraoui:.....	115
4.4- A fase judicial, oitiva de Halim e juntada de novos documentos:.....	117
4.5- Depoimento das testemunhas de acusação, de defesa e últimos documentos juntados:.....	126
4.6- A sentença final e a “politicalha interiorana” ou Considerações Finais:.....	131
Considerações Finais:.....	133
Referências:.....	138
Cronologia:.....	143

Introdução:

Passados mais de 25 anos do fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o tema continua vivo na historiografia brasileira. Muito já se escreveu sobre o período, no entanto, muito mais ainda precisa ser pesquisado, analisado e apresentado à população brasileira. Hoje, a disputa pela memória entre os vários lados envolvidos naquela conjuntura têm suscitado debates acalorados, ainda mais pelo motivo de que muitos daqueles agentes políticos ainda fazem parte do cenário nacional.

Para o senso comum é forte a ideia de que os fatos “mais importantes” de determinado período histórico ocorrem nos grandes centros urbanos ou então nos bastidores da política nacional. Porém, recentemente, vários trabalhos acadêmicos têm dedicado maior atenção a fatos ocorridos no interior do país, que relacionam a questão nacional com a regional.

Em trabalho organizado pelos Professores Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves sobre a cidade de Maringá e o Norte do Estado do Paraná, os autores se expressam da seguinte forma na introdução do livro, ao comentarem as pesquisas sobre a história regional:

Elas refletem a crescente preocupação com o estudo de temas regionais que toma conta das instituições universitárias brasileiras, o que assegura que suas motivações não decorrem de regionalismos míopes ou de bairrismos que se esgotam em suas próprias intenções. Resultam, isto sim, da valorização acadêmica de enfoques que superem conscientemente as generalizações apressadas e as análises concentradas nas grandes cidades e nos centros político-administrativos hegemônicos (DIAS e GONÇALVES, 1999: 02).

Assim, esta pesquisa visa justamente fugir das “generalizações apressadas” sobre o período, ao analisar o processo de cassação do Prefeito Halim Maaraoui, ocorrido no ano de 1969 na cidade de Nova Londrina-PR, localizada no extremo Noroeste do Estado.

Entendemos que ainda são poucos os trabalhos que pensam a Ditadura Civil-Militar a partir do interior e das pequenas cidades. As formas de resistência e o imaginário da população interiorana ainda merecem um estudo mais aprofundado por parte da historiografia, apesar dos trabalhos existentes

nesse sentido. Os estudos feitos até aqui, geralmente, têm abordado os movimentos operários, grevistas e a guerrilha. Ainda há uma grande necessidade em se pesquisar as dinâmicas eleitorais, principalmente nos pequenos municípios.

Em 1968, concorreram às eleições municipais de Nova Londrina o então Vice-prefeito Darcy Molin, tendo, como vice, o presidente da Cooperativa agrária local, pela Arena 1, contra Halim Maaraoui, imigrante libanês e pequeno comerciante, que tinha como vice um cartorário da cidade, pela Arena 2. Esse pleito eleitoral dividiu a cidade. De um lado, o “candidato oficial” da Imobiliária, da situação e dos “pioneiros” proprietários rurais, contra o candidato da oposição e que, pretensamente, representaria os trabalhadores rurais.

O fato é que o candidato Halim Maaraoui, contrariando as expectativas da elite “pioneira” do município, venceu a eleição em 15 de novembro de 1968, com a considerável vantagem de 616 votos, cerca de 20% de diferença dos votos válidos. No entanto, antes mesmo do dia da eleição, o então prefeito municipal, Dr. Olivier Grendene, escreveu um ofício endereçado à 5ª Região Militar de Curitiba, em que acusava seu adversário político, Halim Maaraoui, de subversão e elencou 11 acusações para legitimar a sua argumentação.

Desde então, o SNI (Serviço Nacional de Informações) passou a fichar e acompanhar Halim Maaraoui. Em 12 de fevereiro de 1969 foi instalado, pela Comissão de Investigações Sumárias do Exército (CISEx), ligada ao Ministério do Exército, o Processo nº 00450 que foi essencial para que o Presidente Artur da Costa e Silva cassasse o mandato eletivo do investigado, bem como determinasse a perda dos direitos políticos deste por dez anos. A denúncia perante a Justiça Militar só foi feita em 11 de maio de 1970, após o competente inquérito policial, quando então teve início o devido processo legal.

O interesse por estudar este caso surgiu após a leitura da Revista “Nova Londrina 30 anos”, editada no ano de 1986, pelo então prefeito municipal da cidade, Arlindo Adelino Troian. Essa revista, além de servir como meio de propaganda dos seus “anos de trabalho pela comunidade” (1986: 35),

aproveitava a festividade de 30 anos de emancipação política do município, para ser uma espécie de “história oficial” da cidade, registrando “o trabalho, a coragem, a dedicação e o heroísmo (...) de seus Fundadores, com a coragem e o destemor de seus Pioneiros” (1986:03).

Ao folhear a revista em questão, na parte dedicada à história política e administrativa do município, uma passagem nos chamou a atenção:

Halim Maraoui (31/1/69 a 27/4/69), eleito pelo PTN, tendo como vice-prefeito, Oscar Tomazoni. Este prefeito foi cassado por ato do Governo Federal, assumindo, em caráter provisório, o seu vice-prefeito (1986:09).

No entanto, em nenhum momento de todas as 86 páginas da revista, há qualquer outra referência a esse fato. Assim, formulamos uma série de questionamentos: Por que esse político foi cassado com apenas três meses de mandato? A quem interessava a sua cassação? Como foi a campanha eleitoral? Quais eram os seus eleitores e os seus adversários? O que levou o governo federal a intervir nessa pequena cidade do interior? Algum temor comunista? Como foi escolhido o seu interventor?, etc. Para investigar os pormenores do caso e buscar respostas para todos esses questionamentos, estabelecemos como problemática central da nossa pesquisa a ideia de que Halim Maaraoui só foi cassado por não pertencer à “elite pioneira” que controlava a cidade desde o início do processo de (re)ocupação. Além disso, a citação acima está equivocada quanto ao partido político de Halim Maaraoui, pois o mesmo foi eleito pela sublegenda 2 da Arena e não pelo PTN.

Também, o projeto *Brasil Nunca Mais*¹, editado pela primeira vez no ano de 1985, traz uma referência sobre esse fato ocorrido em Nova Londrina:

Voltando ao Paraná, registra-se um processo, iniciado em março de 1970, contra Halim Maaraoui, candidato a prefeito de Nova Londrina, eleito em novembro de 1968, mas não empossado por ter sido cassado logo após a decretação do Ato Institucional nº 5 (2009:141).

¹ Foram reunidas secretamente, ao longo dos anos do Regime Ditatorial, cópias de 707 processos que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar, ultrapassando 1 milhão de páginas, que resultaram em 1985, na publicação do Relatório *Brasil Nunca Mais* e cujos documentos encontram-se arquivados na Unicamp. O livro demonstra as torturas, o sistema repressivo e a afronta ao direito, ocorridos durante o Governo Ditatorial Civil-Militar. A organização é do Bispo católico Dom Paulo Evaristo Arns, Pastor presbiteriano James Wright e o Rabino Henry Sobel.

Comparando as duas informações, podemos perceber algumas divergências, seja em relação ao nome do sujeito, ou então se o mesmo assumiu ou não o cargo de prefeito municipal. No entanto, nenhum dos questionamentos feitos acima pode ser respondido apenas com essas duas referências.

Aparentemente, tratar de um caso específico, como o ocorrido na pequena cidade de Nova Londrina-PR, pode soar como mais um daqueles trabalhos acadêmicos, baseados no micro e que se transformam em anedotas, em vez de ciência histórica. É importante salientar que, dependendo da habilidade do historiador, como defende Giovanni Levi (1992), a observação microscópica pode revelar fatores anteriormente não observáveis. Portanto, pensamos que a pesquisa sobre esse caso pode contribuir também sobre os estudos da Ditadura Civil-Militar, em especial sobre sua atuação nas pequenas cidades brasileiras, e não transformar-se apenas em um trabalho de “história local”. Nesse sentido, nas palavras de Ronaldo Vainfas: “História-síntese e micro-história não são, portanto, necessariamente excludentes. São abordagens que podem combinar, em graus variáveis, num mesmo livro, numa mesma pesquisa” (1997:447).

A política é o cerne desta pesquisa, no entanto, não se trata de uma história meramente narrativa ou factual. A denominada “Nova História Política”, como argumenta René Rémond (1999:58), não se trata da mesma metodologia da historiografia política de tempos passados, mas sim, toca em muitas outras coisas, como a relação entre a política e os diversos grupos sociais, representações, ideologias, imaginários, etc.

Embora a nossa principal abordagem seja um fato político, isso não significa o reducionismo ao acontecimento puro e simples. Buscamos analisar também o universo simbólico dos agentes envolvidos no caso e suas concepções de mundo, a superestrutura, pois os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de dominação e legitimação de uma classe sobre a outra (BOURDIEU, 2008:11). Ou ainda, nas palavras de Rémond (1999:58), essa “nova história política” está preocupada com “o estudo de comportamentos,

das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória e da cultura. O político toca em muitas outras coisas. Não é um fato isolado”.

Em outro texto que visa defender a atualidade de uma história política, o próprio René Rémond explica que, diante das novas atribuições de que o Estado está imbuído, chegou-se à constatação de que o político está em toda parte e que tudo é político (2003c: 25). Assim, diante das críticas e das contribuições de outras correntes historiográficas, a história política pôde se renovar a ponto de hoje poder “satisfazer os desejos dos historiadores mais exigentes em matéria de história total” (2003c:32).

Assim, para esta pesquisa, buscamos reunir o máximo de fontes possíveis, bem como ouvir os lados envolvidos na cassação. Para tanto, como parte do Projeto Memória², foram realizadas sete entrevistas com antigos moradores da cidade, que viveram o processo de (re)ocupação bem como a cassação. Trata-se das pessoas de João Soares Fragoso, segundo prefeito da cidade, entre 1960-1964; José de Abreu Crispin, professor à época dos fatos; Jair Rezende, lavrador; Oscar Tomazoni, vice-prefeito de Halim Maaraoui; Ítalo Caligher, imigrante italiano e dono de serrarias; Ondina Cureau Giacobbo, primeira professora; e Odete Tesser Colla, viúva do primeiro prefeito, Avelino Antonio Colla.

Além disso, conseguimos nos arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais a cópia integral do processo de cassação que correu perante a Justiça Militar, cerca de 40 páginas da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) sobre a cidade de Nova Londrina que foram obtidas junto ao Arquivo Público do Estado do Paraná, e um processo civil de indenização por danos morais e materiais que Halim Maaraoui moveu na Comarca de Nova Londrina contra Olivier Grendene, acusando-o de ser o mentor de sua cassação. Ou seja, utilizamos tanto a fonte oral como a documental.

No debate historiográfico atual, as fontes orais para a realização da pesquisa já não são tão criticadas quanto o eram na década de 1970. A academia tem cada vez mais se utilizado desse tipo de fonte em suas pesquisas. Um dos objetivos deste trabalho é justamente observar a memória dos novalondrinenses sobre a cassação de Halim Maaraoui, confrontando-a

² Projeto desenvolvido junto à Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - Fafipa e coordenado pelo Professor Doutor Maurílio Rompatto.

com as fontes documentais e bibliográficas. Para o historiador Paul Thompson, a oposição à utilização das fontes orais

Baseia-se muito mais em sentimentos do que em princípios. Os historiadores da geração mais antiga, que detêm as cátedras e as chaves do cofre, ficam instintivamente apreensivos com o advento de um novo método. Isso implica que não dominam mais todas as técnicas de sua profissão (1992:103).

A grande crítica que se faz à utilização das fontes orais em pesquisas historiográficas se refere à sua confiabilidade. Argumenta-se que a memória é seletiva, por isso aquilo que o entrevistado diz não deveria ser encarado como verdade, mas sim como uma construção/representação do passado por ele vivido. Entretanto, comungamos da ideia, já bastante discutida pelos historiadores, de que todo e qualquer documento histórico vem eivado de inverdades (ROMPATTO, 2010:5). Segundo Marc Bloch, “nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais [eles], também, podem ser falsificados (...), com tinta, qualquer um pode escrever qualquer coisa” (2001:89). Em resumo, todas as fontes são suspeitas.

O experiente historiador, Alessandro Portelli, em um de seus inúmeros trabalhos sobre o tema, argumenta:

Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade *diferente*. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis (1997:32).

Além disso, esse tipo de fonte possui uma grande contribuição social. Concordamos com a ideia de que a memória é seletiva e corroboramos o pensamento do historiador Eric Hobsbawm, que nos alerta sobre o meio escorregadio em que circulam os historiadores que utilizam a fonte oral, mas que ao mesmo tempo salienta que

Um aspecto importante dos movimentos populares é aquilo que as pessoas comuns se lembram dos grandes acontecimentos, em contraste com aquilo que seus superiores acham que deveriam se lembrar, ou com o que os historiadores conseguem definir como tendo acontecido (1998:222).

Assim, a oralidade, como fonte de pesquisa, vem ganhando força, principalmente entre os historiadores que a aceitam como expressão de realidades vividas por pessoas, ou grupos de pessoas, de culturas diferentes da cultura letrada. Para esses pesquisadores, a cultura expressa na oralidade, uma vez registrada, gravada e transcrita, transforma-se em importante criação documental. Com afirma Henri Moniot: “A história oral tornou-se um material da história dos ‘povos sem história’ porque é autêntica e onipresente” (1988: 105).

Ainda, por meio dela, se possibilita dar voz às classes subalternas, aos desprivilegiados, iletrados e aos derrotados, uma vez que “a história pertence, sobretudo, àqueles que a viveram e que ela é um patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus contemporâneos” (ROUSSO, 2001:98). Este é o seu compromisso radical em favor da História Social (THOMPSON, 1992:26). Por fim, mas não menos importante, é preciso argumentar que na “sociedade do descartável”, o costume da escrita durável (cartas e diários, por exemplo) é cada vez mais escasso.

Para a história regional, tão desprovida de atenção e de fontes documentais, “cabe ao historiador oral obter memórias de pessoas vivas que sirvam de documento para o futuro: documento que, em forma de memórias, se não forem extraídos rapidamente, se perderão definitivamente” (CORREA, 1978). Apesar desses argumentos em favor da utilização das fontes orais na pesquisa historiográfica, não podemos deixar de enfatizar que a memória não é estática, ou seja, o sujeito, ao falar de fatos do passado, o reconstrói, tendo em vista as suas novas experiências sociais, e não simplesmente relata o que viu à época.

Quando do trato com as fontes escritas desta pesquisa, utilizamos como referencial as reflexões do historiador Sidney Chalhoub, contidas no livro “Lar, Trabalho e Botequim”. Ao pesquisar vários processos criminais do

início do século XX, comparando-os com as fontes jornalísticas da época, o autor pôde perceber que suas fontes continham muitas contradições, incoerências, construções e até ficções. A certa altura, Chalhoub chega a comparar a pesquisa com fontes judiciais a uma neblina ou fumaça que “escondem a trilha que precisamos seguir. No entanto, a trilha existe e cabe segui-la” (1986: 21).

O fundamental no trato com tais documentos

Não é descobrir “o que realmente se passou” – apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. (...) O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (CHALHOUB, 1986: 22-23).

Ao analisar o processo de cassação contra Halim Maaraoui, podemos observar uma série de ameaças mútuas entre os diversos agentes da política de Nova Londrina envolvidos no caso, contradições, versões e reversões sobre o fato. No entanto, como nos alerta Chalhoub, uma leitura mais atenta, bem como a confrontação com outras fontes, permite-nos seguir a trilha até o entendimento mais adequado sobre o caso.

Ao longo de todo o processo criminal contra Halim Maaraoui, ambos os lados políticos “disputam a verdade”. Em outras palavras, aproveitam-se dos autos para tentarem excluir os adversários da cena política local. Assim, como nos alertam Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas, “um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente” (1997:377).

No caso em análise, tanto o grupo de Halim Maaraoui quanto o de seus adversários políticos buscam imputar ao outro a pecha de “subversivo”. Está presente, portanto, a tentativa consciente das partes sobre a importância desse rótulo para aquele contexto sócio-histórico, vivido no Brasil nos anos de Ditadura Civil-Militar. Portanto, no trato com as fontes, procuramos atentar “para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende

examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias” (CARDOSO e VAINFAS, 1997:377).

Em um processo judicial, as falas das testemunhas não são diretas. É o juiz que reformula o que foi dito e coloca no papel sem, no entanto, alterar o sentido da fala. No prefácio a um clássico livro, Carlo Ginzburg afirma que essa história chega “até nós através de filtros e intermediários que o deformam” (2006:13) No entanto, alega o mesmo autor que tal fato não é suficiente para desencorajar pesquisas nesse sentido.

Também utilizamos minimamente, nesta dissertação, um vídeo-propaganda feito pela Imobiliária Nova Londrina Ltda no ano de 1951. Os filmes passam a ser utilizados como fontes pela historiografia a partir das décadas de 1960/1970, por meio da denominada “Nova História” e, desde então, vêm ganhando cada vez mais adeptos e pesquisas. No trato com tal fonte, o historiador deve estar atento ao fato de que o filme, seja ele ficção, documentário, desenho, etc., “não é uma reprodução da realidade; ele a reconstrói a partir de uma linguagem própria, que é produzida num dado contexto histórico” (PIRES, 2000: 37).

Para melhor entendermos as razões e as consequências do caso em estudo, temos como referencial alguns aportes gramscianos, em especial os conceitos de “Hegemonia”, “Bloco Histórico” e “Intelectual Orgânico”³. Não queremos com isso, porém, afirmar que se trata de um modelo teórico a ser encaixado no caso concreto, pois isso seria negar todo o esforço intelectual realizado pelo italiano Antonio Gramsci. No entanto, suas reflexões sobre a Itália do início do século passado nos ajudam a também pensar os acontecimentos vividos em Nova Londrina naqueles anos 1950-1960.

Segundo esse autor, no Ocidente as relações de poder são tão complexas a ponto de o Estado ter se ampliado, ou seja, possuir uma correlação de forças entre a Sociedade Civil e a Sociedade Política. Assim, o poder é exercido pela classe dominante não só política, mas também econômica e intelectualmente. Cabe à Sociedade Civil⁴ o controle ideológico das classes subalternas na

³ Para um maior entendimento sobre os vários conceitos gramscianos e sua importância para os nossos dias, recomendamos o livro “Ler Gramsci e entender a realidade”, organizado por Carlos Nelson Coutinho e Andréa Teixeira, publicado pela Civilização Brasileira em 2003.

⁴ Para uma maior compreensão acerca do conceito de Sociedade Civil, recomendamos o livro “Sociedade Civil e Hegemonia”, do cubano Jorge Luis Acanda, publicado pela Editora UFRJ em 2006.

busca pelo consenso, enquanto a Sociedade Política exerce a coerção (GUILHERME, 2009: 122/123).

É dessa correlação de forças “que forma-se [sic] um ‘Bloco Histórico’ e que resulta o exercício da Hegemonia, isto é, a direção ideológica de uma classe sobre as demais”⁵ (GUILHERME, 2009:123). Para tanto, é fundamental a atuação dos Intelectuais Orgânicos, ou seja, aqueles responsáveis em organizar o próprio grupo, bem como construir o consenso para a sua causa. Segundo Ivete Simionatto (2004:60), “o caráter orgânico do intelectual depende da sua relação com a classe a que pertence, bem como do lugar ocupado por ele nas organizações da sociedade econômica, política e civil”.

Como veremos neste trabalho, no caso de Nova Londrina, com o processo de (re)ocupação, iniciado em 1950, sob controle econômico e propagandístico da Imobiliária, se formou uma elite política, econômica e intelectual na cidade. Esse grupo manteve a sua hegemonia político-eleitoral, por meio do consenso, até o cisma de 1968. Para tanto, se utilizava de destacados personagens orgânicos para garantir o controle sobre a massa da população e também na busca por defender os seus interesses nas outras esferas de poder.

No entanto, como nos sugerem importantes pesquisas acadêmicas, em especial E. P. Thompson (1998) e Carlo Ginzburg (2006), a classe dominada, subalterna, nem sempre é passiva. Pelas suas experiências diárias, contatos interclassistas e necessidades básicas de sobrevivência esses autores reconstróem e reformulam seus pensamentos e atitudes. Em Nova Londrina, por exemplo, viram, no candidato Halim Maaraoui, que este não poderia ser descrito como um orgânico da classe subalterna uma vez que era pequeno comerciante, mas que se dizia “o pai dos pobres”, uma possibilidade de melhoria para a vida destes.

Assim, a presente dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro aborda o processo de (re)ocupação da cidade de Nova Londrina, bem como a sua vida política nos primeiros anos. Para discutir a nossa problemática, de que Halim Maaraoui só foi cassado por não pertencer à elite político-econômica local, este capítulo é essencial. Como nos alerta Rémond,

⁵ Para uma maior compreensão acerca dos conceitos de Hegemonia e Bloco Histórico, recomendamos o livro “Gramsci e o Bloco Histórico” de Hugues Portelli, publicado pela Paz e Terra em 1977.

“o político não tem fronteiras naturais” (2003b: 442), ou seja, ele abarca também questões sociais, econômicas e culturais. Assim, o político ou a tomada e conquista do Estado devem ser encarados como o “ponto de condensação” (2003b: 445) em que os diversos agentes sociais atuam.

Nele, podemos observar a forte atuação econômica, propagandística e ideológica das Companhias Imobiliárias na região Norte/Noroeste do Estado do Paraná. Discutimos brevemente a questão da possível grilagem de terras e acordos políticos para regularização das posses, os conflitos armados e a expulsão dos moradores ribeirinhos. Importante destacar que tais Companhias criaram o discurso do “pioneiro”, ou seja, os primeiros moradores eram pessoas corajosas, desbravadoras e estariam levando o progresso para a região. Nossa ideia é de que esse discurso ajudou a consolidar no imaginário desses “pioneiros” o sentimento de legítimos donos do lugar.

No caso de Nova Londrina, a Imobiliária, em seu empreendimento tipicamente capitalista, privilegiou a migração de pessoas vindas da região Sul do Brasil. Os donos da Companhia tinham essa origem e incentivaram a migração de sulistas uma vez que estes tinham os mesmos hábitos culturais, e muitos migrantes já eram conhecidos seus. Tais pessoas tornaram-se proprietários de terras na cidade. Essa migração privilegiada, aliada ao discurso do “pioneirismo”, possibilitou a formação de um círculo classista, ou seja, de uma elite econômica e cultural sulista na cidade. Ao mesmo tempo, muitos nordestinos também migraram para a região, mas para exercer o trabalho braçal nas lavouras de café, salvo raras exceções.

O que movia os migrantes era o sonho de ficarem ricos com o plantio do café. A propaganda oficial dizia que, naquelas terras, a riqueza viria rápida. No entanto, as geadas queimaram o sonho da maioria e as desigualdades sociais e culturais acirraram-se no pleito eleitoral em que Halim Maaraoui saiu vencedor contra o candidato que representava a elite local.

Também, como parte de nossa problemática, é fundamental entender a atuação da Imobiliária enquanto a cidade de Nova Londrina ainda era um distrito de Paranavaí. Nesses anos, foi a Companhia que fez a parte de ente público, ou seja, abriu as ruas, bombeou água do ribeirão do Tigre até a praça

central, instalou uma espécie de usina hidroelétrica e ainda contratou a primeira professora, entrevistada em nossa pesquisa. Toda essa atuação gerou, em parte dos “pioneiros”, o sentimento de legítimos donos da localidade, ou seja, surgiu uma espécie de sentimento patrimonialista nessas pessoas, “cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi” (FAORO, 1995:733).

Quando da emancipação do município, as primeiras administrações públicas estavam ligadas à Imobiliária e à elite “pioneira” da cidade. O primeiro prefeito, Avelino Colla, havia migrado para a cidade a convite dos donos da Imobiliária. O segundo prefeito, João Fragoso, fora funcionário da Imobiliária. O terceiro prefeito foi Olivier Grendene, médico e sulista, que também migrou para a cidade por intermédio da Companhia e tinha como vice-prefeito o proprietário de serraria Darcy Molin, que na eleição seguinte em 1968 seria derrotado por Halim Maaraoui.

No segundo capítulo, fazemos uma rápida caracterização acerca da Ditadura Civil-Militar. Apresentamos as discussões anteriores ao Golpe de 1964, bem como os interesses em jogo, ou seja, o apoio por parte do empresariado, o tenso clima político e social vivido pelo país, a “ameaça comunista” e a importante atuação do complexo IPES/IBAD.

Uma vez citado o Golpe, passamos a expor o governo do General Castelo Branco. Trata-se do período da denominada “operação limpeza”, quando ocorreram as primeiras cassações de políticos considerados “subversivos”, a instituição do bipartidarismo pelo AI-2 até a decretação do “golpe dentro do golpe”, ou seja, o Ato Institucional nº5. Posteriormente, apresentamos alguns aspectos dos governos de Costa e Silva e Médici, considerados os mais repressivos e violentos. Mostramos como se dava a atuação dos órgãos de inteligência e a informação da Ditadura.

Dedicamos o final do segundo capítulo para apresentar alguns trabalhos acadêmicos que abordam a vigilância feita pela Ditadura na região Noroeste do Paraná. Por tratar-se de um local de colonização recente, cheio de migrantes e disputas pela terra, o Governo Ditatorial dedicou especial atenção à região. Por aqui se instalou um núcleo revolucionário da Ação Popular (AP) na tentativa de organizar os trabalhadores. Tratamos também da Operação

Marumbi, que prendeu vários militantes de esquerda do Paraná, em especial o caso de Celestino Jacinto Gomes, na cidade de Cianorte-PR.

O terceiro capítulo é dedicado à eleição municipal de 1968 na cidade de Nova Londrina, afinal, trata-se de um importante “indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos” (RÉMOND, 2003a:40). Nele, apresentamos os lados em disputa, bem como o tenso clima vivido, que culminou com a vitória de Halim Maaraoui, contra as expectativas da elite local. Em seguida, mostramos os documentos, cartas e denúncias enviadas pelos adversários do prefeito eleito ao Exército, que foram determinantes para a cassação sumária daquele. Uma vez cassado, a cidade passou por dias tensos.

No quarto e no último capítulo desta dissertação é que tratamos das fontes principais desta pesquisa, ou seja, os autos do processo de cassação contra o Ex-prefeito Halim Maaraoui. Apresentamos, ao leitor, deste os primeiros depoimentos ainda em fase de Inquérito Policial, passando pela atuação da defesa, juntada de documentos, etc.

Ao longo deste quarto capítulo podemos perceber a grande disputa pela verdade entre os dois lados políticos locais. Ambos pareciam ter consciência da possibilidade de saírem do processo como a única força política em Nova Londrina. Para isso, acusaram-se mutuamente de subversivos, corruptos e se diziam defensores da “Revolução de 1964”, até a sentença final dada pelos Juízes Militares.

1- O processo de (re)ocupação da região da cidade de Nova Londrina-PR e suas primeiras administrações públicas

A cidade de Nova Londrina, localizada no extremo Noroeste do Estado do Paraná, região de fronteira com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, não dispõe de trabalhos acadêmicos sobre a sua história. No máximo, há trabalhos de cunho jornalístico, como a Revista Nova Londrina 30 anos, publicada no ano de 1986, pelo então Prefeito municipal Arlindo Adelino Troian, à qual já nos referimos na Introdução. Há, também, o livro recém-lançado do professor secundarista e escritor, Osmar Soares Fernandes, que faz um relato acrítico da história da cidade, pois se limita a reunir nomes, datas e fatos, ao mesmo tempo em que legitima o discurso da “ousadia de seus sonhadores (...) a coragem dos seus fundadores, a bravura dos seus pioneiros” (FERNANDES, 2010:05), etc.

Assim, antes mesmo de entrarmos efetivamente no tema central desta pesquisa, necessário se faz resgatar o processo de (re)ocupação da cidade de Nova Londrina, iniciado no ano de 1950, bem como a origem dos migrantes e seus sonhos/expectativas, a atuação da companhia Imobiliária, tanto no processo de migração quanto para dotar a localidade de melhores condições de habitação, e as três primeiras administrações municipais. Ou seja, é preciso contextualizar a cidade de Nova Londrina e os personagens envolvidos na cassação do Prefeito Halim Maaraoui, o que possibilitará melhor entendimento do caso.

1.1- Nova Londrina no processo de (re)ocupação do Norte do Paraná

O que denominamos atualmente de Região Norte do Estado do Paraná tem sido ocupada por diversas populações, desde os mais remotos tempos. Por aqui já passaram desde caçadores e coletores, além de populações indígenas mais organizadas. Depois, a região esteve na mira dos padres jesuítas e suas reduções, com objetivos catequizantes/doutrinários, incutindo a cultura europeia, e muitas vezes até mesmo obtendo lucros econômicos, quando essas terras constituíam o território espanhol da Província Del Guairá. Todas foram

destruídas pela ação dos bandeirantes paulistas em busca de riquezas e escravos para serem vendidos nos mercados de São Vicente (MOTA, 2005).

Foi apenas por volta da década de 1920-30 que teve início o processo de (re)ocupação planejada da região Norte paranaense, pois, segundo afirmação de Cancian (SÁ e TOMANIK, 1998), antes dessas décadas, já vinha ocorrendo um processo de ocupação lento e não planejado por empresas ou órgãos públicos. O Estado, dono das terras consideradas devolutas, cedeu grandes concessões às companhias colonizadoras, que procederam a um acelerado processo de ocupação do território.

Esse processo de concessão de terras por parte do Estado às companhias ainda carece de muita pesquisa. É preciso investigar a fundo como que essas companhias ou imobiliárias conseguiam junto ao Governo do Estado as concessões para lotear e vender as terras. Há célebres casos de ilegalidade e imoralidade, como a concessão feita à Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA), de extensas glebas no atual Sudoeste do Paraná, que ficou conhecida na época como “A maior bandalheira da República”, pelo fato de o então governador do Estado, Moisés Lupion, ser um dos sócios da CITLA (LAZIER, 1986). Além disso, jagunços contratados pela Companhia ameaçavam os colonos, o que possibilitou a uma série de assassinatos e rebeliões, sendo necessária intervenção do Governo Federal (CAMARGO, 2006: 141-155).

No final do século XIX e início do século XX, sem grandes recursos para construir ferrovias pelo país, o Estado contratava algumas empresas e, em forma de pagamento, entregava grandes quantidades de terra. A *Brazil Railway Company* ficou encarregada de construir uma estrada de ferro que ligasse os Estados de São Paulo ao Rio Grande de Sul e como parte do pagamento, sua subsidiária, a BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A) recebeu 317 mil ha. de terras no Noroeste paranaense, praticamente toda a região entre os rios Pirapó, Ivaí e Paranapanema. Na década de 1920, a BRAVIACO levou para a região, onde hoje se situa o município de Paranavaí, cerca de 1.200 famílias de nordestinos com os objetivos de derrubar a mata, plantar café e criar gado, de onde os jagunços não deixavam ninguém sair (MARCELO, 1988).

Em 1930, a concessão feita pelo Estado à BRAVIACO foi cancelada pelo governo de Getúlio Vargas, provavelmente, pelo fato de que a ferrovia não fora construída pela *Brazil Railway*. Assim, as terras da região voltaram ao patrimônio do Estado do Paraná. Os cafezais já plantados tiveram de ser abandonados e as famílias que haviam migrado ficaram sem rumo: muitas foram para outras regiões do país e outras permaneceram no local, na forma de posseiros (MARCELO, 1988).

O interventor no Paraná, Manoel Ribas, planejou a colonização da extinta Fazenda Velha Brasileira, atual área urbana de Paranavaí, iniciada efetivamente apenas no ano de 1944. O Tenente Aquiles Pimpão foi designado, pelo interventor, para “domar” a região. Iniciou-se uma espécie de colonização oficial por parte do Estado, que vendia as terras devolutas da Gleba Pirapó, localizada na região Noroeste do Estado, aos colonos, por um preço simbólico (MARCELO, 1988).

No entanto, o processo de (re)ocupação da Gleba Pirapó não se deu de forma pacífica. As terras foram objeto de disputa entre pessoas muito poderosas. Segundo as entrevistas realizadas por Widson Schwartz (1988: 58-59 e 66), o Tenente Telmo Ribeiro tinha cobertura do Governador Moisés Lupion; havia conflito na Gleba 29, atual Querência do Norte; na atual São Pedro do Paraná, o conflito envolvia a Família Rocha Loures; bem como a cidade de Paranavaí era conhecida, em Curitiba, como a “Capital do Crime”, entre outros fatos.

O rápido desenvolvimento da colonização oficial bem como a esperança de se ficar rico com o plantio do café estimularam também o surgimento de colonizações paralelas, promovidas pela iniciativa privada. O Engenheiro Francisco Beltrão loteou Tamboara; Antonio Franchello abriu Querência do Norte; e Ênio Pipino, a cidade de Terra Rica, por exemplo.

Para esses empreendimentos imobiliários, um discurso oficial foi criado, tanto por parte do Estado, quanto das companhias. Esse discurso faz parte da tentativa, bem sucedida, de legitimar a (re)ocupação. Nas palavras de Lúcio Tadeu Mota:

Se o capital constrói outra natureza nos espaços que ocupa, esses espaços submetidos à conquista também passam a existir a partir da ação exterior dos conquistadores, isto é, a sua história passa a ser

recontada a partir da visão que os conquistadores têm de si. Por isso, ignoram-se acontecimentos como as invasões, a exploração, os conflitos e ressaltam outros de acordo com os interesses dos conquistadores (2005:75).

Nesse sentido, criou-se o discurso oficial do “vazio demográfico”, da “Nova Canaã”, do “pioneirismo” e da não participação estatal no processo. Deter-nos-emos um pouco mais sobre cada um deles e suas relações com o processo desenvolvido em Nova Londrina.

“Para chegar em [sic] Nova Londrina, em 1951, que era um sertão ínvio, com areiões e mata virgem, sem comunicação, parecia uma conquista inviável, mas, devido à audácia dos bravos e ilustres pioneiros, o que parecia impalpável, tornou-se uma bela realidade” (CHIAMULERA, 1996).

O texto acima é de um documento assinado pelo Senhor Armando Valentim Chiamulera, no ano de 1996, em que busca “resumir”, em poucas páginas, como se deu a colonização de Nova Londrina. Nele, podemos perceber claramente os elementos do “vazio demográfico” e do “pioneirismo”.

A cidade foi colonizada pela Imobiliária Nova Londrina Ltda, de propriedade dos Senhores Silvestre Dresch, Armando Valentim Chiamulera, Leopoldo Lauro Bender, Ewaldir Bordin e Salin Zaidan, verificando-se que os dois últimos logo se retiraram da sociedade. Consta do referido documento, escrito por Armando Chiamulera, que a Imobiliária Nova Londrina comprou uma área de 2.000 alq. de terras, de José Volpato, então proprietário da Colonizadora Paranapanema Ltda, que detinha a concessão de aproximadamente 25 mil alq. de terras na região do extremo Noroeste do Estado do Paraná, muito provavelmente um grilo⁶.

Aparentemente José Volpato assumiu 25 mil alqueires dentro da Colônia Paranavaí, alegando direitos, adquiridos a uma família de Irati, sobre o imóvel Areia Branca do Tocum, constando das glebas 13, 14, 20 e 21, entre Nova Londrina e Querência do Norte (SCHWARTZ, 1988: 76-77).

⁶ “Grilar terra” é o ato de se apossar ilegalmente de uma terra alheia, seja por meio da força, utilizando-se jagunços/pistoleiros ou mesmo por meio de documentos falsos. Assim, o “grilo” é uma propriedade obtida por esses meios, mas que acabou sendo legalizada pelo Estado.

No texto de Widson Schwartz⁷, o entrevistado Zaqueo Casarin afirma ter comprado terras em São Pedro do Paraná, do corretor Antonio Borba, credenciado por Volpato. Essas terras foram, posteriormente, objeto de litígio judicial entre os Rocha Loures e José Volpato, litígio este ainda vivo nas memórias do entrevistado Oscar Tomazzoni. Ainda a Revista *Nova Londrina 30 anos* menciona a existência desse conflito de terras entre posseiros e entre os Rocha Loures e José Volpato, inclusive com choques armados e queima de casas, dentre outros.

Como já salientamos, segundo a documentação levantada, a posse de toda a região Norte não se deu de forma tão pacífica. Nas palavras do Professor Nelson Tomazi que estuda o processo de (re)ocupação na região como um todo, em especial da cidade de Londrina,

Nesse período, existiam milhares de posseiros com suas roças e ranchos, os quais lutaram pelo domínio pleno da terra que ocupavam desde há anos, contra terceiros, geralmente pessoas e famílias ricas que viviam nas cidades e que se utilizavam dos mais variados expedientes (inclusive a “grilagem” de terras, bem como pistoleiros e “jagunços”) para manter os seus domínios (1999: 66-67).

Em Nova Londrina, não foi diferente. Segundo o entrevistado João Fragoso, havia posseiros, “principalmente na margem do ribeirão do Tigre, mas imediatamente eles desapareceram, ou foram expulsos”. Além disso, o entrevistado Jair Rezende comenta a existência de violência na região de Nova Londrina, de muitos conflitos e capangas, que mudavam os marcos divisórios das terras. Quando perguntado sobre quem eram essas pessoas, a resposta foi clássica: “eu prefiro guardar em sigilo, né. São pessoas que a gente não deve mexer, que a gente deve deixar quieto pra lá, porque está no campo da elite poderosa e gente poderosa a gente não pode mexer com eles”.

No documento escrito pelo Senhor Armando Chiamulera, ele narra uma disputa política pela posse das terras onde hoje se situa a cidade de Nova Londrina. Segundo ele, na área havia o grileiro Albano Davi, mas o Senhor José Volpato conseguiu, por intermédio do Governador Moisés Lupion, a escritura que lhe possibilitou vender parte das terras a Armando Chiamulera. Além disso, informa o empresário, sua imobiliária tinha como advogado o

⁷ Originalmente, o trabalho foi publicado pelo Jornal Folha de Londrina em outubro de 1982.

Deputado Edgar Távora, e que nas eleições estaduais de 1950 fez fervorosa campanha em favor deste. Segundo esse mesmo depoimento, com a eleição do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, “começaram as perseguições políticas, entre elas se evidenciou o fechamento da única estrada de acesso à cidade de Nova Londrina, no kilometro 64”, o que deixa a impressão de que o pessoal da Imobiliária Nova Londrina estaria apoiando o candidato derrotado, ligado ao Ex-governador Lupion. Lá foi colocado um “correntão” e policiais fortemente armados impediam a chegada de pessoas à Nova Londrina e, conseqüentemente, a viabilização dos negócios da imobiliária. Afirmo o Senhor Armando que foi pessoalmente, de avião, até Curitiba, e com a intervenção do Deputado e Advogado Edgar Távora, conseguiu liberar a passagem com destino à Nova Londrina.

Remetemo-nos agora ao debate acerca do discurso oficial sobre o “pioneirismo”. Nas palavras de Nelson Tomazi (1999:74), na região se criou “uma ‘galeria’ de personagens intitulados ‘pioneiros’, procurando-se, assim, enaltecer a figura de determinadas pessoas e colocar na ação de alguns indivíduos, a força da ‘pujança regional’”. Continua o autor, argumentando no sentido de que algumas pessoas eram elevadas à categoria de exemplo maior, que deveriam ser veneradas como se fossem os emissários do progresso, mas, ao mesmo tempo, esse “discurso oficial” silenciava-se sobre os demais partícipes desse processo. Tal fato gerou “uma fantasmagoria para silenciar e se fazer esquecer todos aqueles que realmente derrubaram a mata e construíram a cidade” (TOMAZI, 1999:76). Em outras palavras, há na região uma leva de pessoas que “deram certo”, “venceram” e conseguiram ficar ricos, que ainda hoje são considerados os “pioneiros” da cidade, muitos dos quais têm seus nomes eternizados nas ruas dos municípios.

Nesse sentido, é reveladora da situação vivida pelos trabalhadores braçais e digna de comoção a fala do Senhor Jair Rezende, quando perguntado se ele, seus pais e irmãos trabalhavam “para aqueles que se chamavam pioneiros”, bem como se o mesmo teria sido um “pioneiro”. Eis as respostas:

Isso, exatamente. Então nós trabalhava para esse povo. (...) A nossa vida nós levava era na roça. Nós plantava, colhia, trabalhava pros outros, colhi café, colhia algodão, amendoim. (...) Eu fui um dos pioneiros. Eu, meu pai foi um pioneiro, meus irmãos foram

pioneiros. Mas os pioneiros de Nova Londrina, que eles contam como pioneiros, são pessoas que teve dinheiro, são pessoas políticas. Então pra eles, os pioneiros são esses. Mas eles estão enganados, porque eles não foram pioneiros. Pioneiro verdadeiro foi aquele que chegou e ajudou a construir a cidade e não é o que chegou e achou pronto, você entendeu?

Sobre esse tema, recorremos à dissertação de mestrado, defendida junto à Pontifícia Universitária Católica, por Maurílio Rompatto (1995: 121-124), em que se analisa a questão do pioneirismo na cidade de Nova Aurora, no Estado do Paraná. A tentativa de se eleger alguns “pioneiros” em detrimento de outros possui vários objetivos, por nós aqui assim esquematizados: 01- “ocultar as diferenças, as desigualdades e os conflitos sociais que marcaram a história da colonização da terra na região”; 02- “o critério usado é a propriedade, base da sociedade herdada pelas gerações presentes e a riqueza advinda do trabalho”; 03- “o pioneiro é usado pela elite como suporte para sustentar seu discurso dominante”; 04- procura-se, “ao mesmo tempo, excluir as falas dos velhos pioneiros que foram posseiros bem como sua narrativa sobre a Colonização da região”. Em suma, há uma escolha deliberada de quem será considerado “pioneiro”. Essa escolha é parte do discurso das classes dominantes, a fim de reconstruir o passado segundo um olhar de classe. Em Nova Londrina, há a mesma situação.

Tanto a construção histórica do “pioneirismo” quanto a da “Terra Prometida” podem ser observadas no Hino de Nova Londrina, que, em certo verso, diz: “amor e esperança, coragem e ação/ arrojo e segurança são marcas do teu chão/ teu rubro sobre o seio traçado com ardor/ ao sangue do pioneiro e a mão do criador”⁸.

No entanto, sem querer reproduzir o “discurso oficial” sobre o tema, não podemos deixar de reconhecer que alguns desses “pioneiros”

Viviam no meio da mata, alimentando-se pessimamente e dormindo nas tarimbas. Sofriam com picadas de borrachudos venenosos e de pernilongos. Muitos perdiam a vida quando picados cascavel, urutu ou jararaca. Todos sabiam que a tarefa de desbravar um sertão de mata virgem era serviço para gigantes. (...) com o cafezal em formação, com feijão e arroz plantados no meio das ruas, muitas

⁸ Letra de Vera Vargas e melodia de Sebastião Lima.

vezes não tinham o que comer a não ser os frutos nativos, o peixe e a caça (VIEIRA, 1999:146-147).

1.2- A origem dos migrantes e o sonho de ficar rico

O estudo do fluxo migratório nos pequenos municípios do extremo Noroeste do Paraná possibilita uma maior compreensão acerca da formação cultural, política e de classe dessas cidades. A princípio, somos sabedores de que as principais levas de migrantes eram originários do Sul do Brasil (Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), e do Nordeste como um todo, que, geralmente, “vítimas da fome, chegavam desnutridos. Conseguiram superar a fragilidade orgânica com a coragem inerente ao sertanejo” (VIEIRA, 1999: 147). É comum a existência dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG), que mantêm viva a culinária e os divertimentos sulinos, mas não existem na região os seus similares nordestinos. Migraram também para a cidade uns poucos paulistas já habituados com a cafeicultura, em busca da expansão de suas terras e de seus lucros.

Ao comentar sobre o processo migratório para o município de Querência do Norte, cujo nome já deixa clara a intenção da preferência pela migração sulina, Widson Schwartz assim se manifesta:

A venda de pequenos lotes a partir de 10 alqueires. Para atrair gaúchos e catarinenses, era preciso uma colocação muito familiar, capaz de convencê-los a deixar os pagos sulistas: um querência melhor, nas terras famosas do Norte do Paraná (SCHWARTZ, 1988: 67).

Também no caso específico de Nova Londrina, a Imobiliária deu total preferência a formar, na nascente cidade, uma colonização com migrantes sulistas e até facilitava a compra. Na memória de Oscar Tomazoni, “eram pagamentos anuais. Dava uma entrada e pagava com um ano, dois, três”. Não podemos afirmar que se negava a venda de lotes a migrantes de outras regiões, pois seria uma contradição impensável à finalidade capitalista do empreendimento imobiliário, pois, segundo João Frago, era um comércio de terras, em que o lucro ficava com a Imobiliária, que, inclusive, outorgava as

escrituras. Quanto ao valor dos lotes, ainda nos socorrendo da fala de João Fragoso: “Não poderia ser tão caro, porque o maior interesse da imobiliária era trazer o máximo de gente pra cá”.

Cabe aqui fazer referência à crítica tecida por José Henrique Gonçalves à tese de Sandino Hoff que argumenta ter ocorrido, na região Norte do Paraná, uma espécie de reforma agrária, argumento este que servia inclusive de propaganda pela CTNP/CMNP⁹. Essa tese é rechaçada nos seguintes termos:

Se vista enquanto momento específico do processo de reprodução ampliada do capital, qualquer forma de redistribuição da propriedade vem atender às exigências mais recônditas de acumulação capitalista, e nada tem a ver em termos causais com demandas dos trabalhadores sem terras ou dos camponeses dotados de poucos recursos. (...) As colonizações fundadas em pequenas propriedades estimulariam a formação de nichos de pequenos burgueses rurais, e garantiriam a eles um fornecimento constante de mão-de-obra através da atração de migrantes que trabalhavam duro para amealhar moedas e adquirir suas próprias terrinhas (GONÇALVES, 1996: 12-13).

Ou seja, o empreendimento tocado pela Imobiliária é tipicamente de molde capitalista particular, visando ao lucro na venda de suas terras, mas ao mesmo tempo preocupado com a formação de um “nicho pequeno burguês” em sua propriedade. Nas palavras de Ildeu Vieira, em sua narrativa de cunho literário, a CTNP/CMNP “só tinha uma preocupação: comercializar os lotes, auferindo lucros fantásticos e mandar dinheiro para a Inglaterra” (1999: 191).

Nesse sentido, conforme os depoimentos, a Imobiliária Nova Londrina Ltda incentivou a migração sulista, já que, segundo Oscar Tomazoni, um dos sócios do empreendimento era catarinense e outro, gaúcho, residente em Santa Catarina. Digna de atenção é a fala de João Soares Fragoso ao afirmar que a própria Imobiliária dispunha de veículo para buscar os migrantes no Sul do país. Além disso, Ondina Giacobbo tinha um irmão que trabalhava como corretor de imóveis, vendendo as propriedades aos migrantes na região Sul, com a ajuda apenas de mapas. Ainda segundo os entrevistados, os terrenos

⁹ Companhia de Terra Norte do Paraná / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

eram em média de 10 alq. e a Imobiliária facilitava o pagamento em várias parcelas anuais.

Enquanto isso, também ocorria para a cidade uma grande leva de nordestinos que não vinham para comprar terras, salvo raras exceções, mas sim para trabalhar no serviço braçal da roça, como peões ou capatazes. Nas palavras de Oscar Tomazoni: “A mão de obra braçal, o trabalhador do pesado mesmo, eram nordestinos” ou no máximo meeiros como se recorda Odete Colla. Tais pessoas, na sua maioria homens solteiros, compravam algum lote urbano de preço mais acessível, ou seja, longe do que fora planejado para ser o centro da cidade, ou então faziam um pequeno rancho na propriedade de seu patrão. Se o início da nova vida para o “pioneiro” que possuía um pouco mais recursos financeiros já era sacrificante, o nordestino, “os peões, mal remunerados, dormiam em redes ou tarimbas. Sempre sonhando em juntar dinheiro para comprar o próprio lote” (VIEIRA, 1999: 146).

Ao longo da pesquisa, ficamos nos perguntando o paradeiro dessa gente, uma vez que houve grande dificuldade de encontrar esses tais “nordestinos” e entrevistá-los. Uma possibilidade é que, por serem os trabalhadores do pesado, não teriam aguentado a labuta e deixaram apenas seus descendentes, que permanecem no mesmo trabalho pesado, da roça. São os hoje denominados de “trabalhador rural-volante” ou, mais popularmente, os “boias-frias”, isto é, “o trabalhador rural que, residente na zona urbana ou suburbana, presta serviços na zona rural, mediante salário, geralmente em diferentes propriedades agrícolas ou pecuárias” (CASAGRANDE, 1999: 224-225), mas que muitas vezes também recebem por empreitada, tarefa, ou ainda são contratados por dia de serviço. Reforçando essa concepção, argumenta José Henrique Gonçalves que

Muitos trabalhadores volantes, que tinham sido porcentageiros ou colonos num passado bem recente, permaneciam igualmente na região, morando em favelas ou bairros de periferia. Em termos de emprego, tinham pulado das ruas dos cafezais para os eitos dos canaviais (GONÇALVES, 1996: 05).

Outra possibilidade é apresentada no texto do Professor Nelson Tomazi. Segundo o autor, uma leva de pessoas deixou de ser necessária na região

Noroeste ao longo dos anos 1970 e passou a ser dispensada em massa. No caso de Nova Londrina, o grosso do trabalho pesado já havia sido feito, a derrubada da mata e a formação dos cafezais ou pastos, e, aliada à mecanização do campo e à degradação do solo, a cultura cafeeira foi substituída pela pecuária, que exigia menor mão de obra (SCHWARTZ, 1988). Assim, aqueles que haviam migrado para a cidade em busca de seu “Eldorado” foram “expulsos” do norte-paranaense:

Atraídos por outro discurso que afirmava que a ‘Terra da Promissão’ encontrava-se um pouco mais além, quem sabe no Paraguai, em Rondônia ou no Mato Grosso. (...) [se deslocaram] em busca desse mesmo lugar imaginário, construído pela propaganda de outras companhias colonizadoras que vendiam a mesma ‘mercadoria’: a felicidade, a riqueza e a possibilidade de lá se ter uma vida melhor (TOMAZI, 1999: 81-83).

Ou seja, tais pessoas mantiveram-se deslocando para qualquer região que lhes promettesse trabalho e perspectiva de riqueza. Poucos foram os que conseguiram encontrar tais condições de melhoria que lhes permitiram fixar residência. Em Nova Londrina-PR não foi diferente.

Essa população nordestina e migrante da década de 1950 para Nova Londrina pode mais precisamente ser conceituada como os retirantes da seca e da fome. Os tais “Severinos” de que o escritor João Cabral de Melo Neto nos apresenta em seu poema: homens iguais, de cabeça grande, pernas finas e sangue de pouca tinta, todos com a sina da morte severina.

E se somos Severinos/ iguais em tudo na vida,/ morremos de morte igual,/ mesma morte severina:/ que é a morte de que se morre/ de velhice antes dos trinta,/ de emboscada antes dos vinte/ de fome um pouco por dia/ (de fraqueza e de doença/ é que a morte severina/ ataca em qualquer idade,/ e até gente não nascida) (MELO NETO, 2000: 46).

Esses homens que, embora sejam sujeitos lavradores, mas em sua terra pouco existe para lavrar, onde as árvores de rapina são o que dá e o restante o banco já não quer financiar. Homens retirados em busca de trabalho, mas que “só a morte tem encontrado/ quem pensava encontrar vida” (MELO NETO, 2000: 53), quando no máximo, uma vida severina. O que o move não é a cobiça, mas sim, a busca: “foi defender minha vida/ de tal velhice que chega/

antes de se inteirar trinta” (MELO NETO, 2000: 62/63). Quando da morte, a cova com palmos medidos é o seu latifúndio e terão enfim a sua roça, onde eles mesmos serão adubo.

Ao mesmo tempo, o processo de migração consolidou certa irmandade entre os povos sulistas que chegavam a Nova Londrina. Recorda Ondina Giacobbo que, quando chegava uma família do Sul, logo acorriam outros conterrâneos para ajudar a descarregar a mudança e a oferecer qualquer tipo de ajuda e, quando finalmente construía as suas casas, faziam uma festa, regada à música, afinal, eram “uns gaúchos divertidos”. Na memória do italiano Ítalo Calligher: “tudo gente que já falava o dialeto vêneto, o dialeto italiano, nós nos entendíamos. Era bom. Depois construimos um clube de madeira, jogava bolão ao domingo e dançava”.

Outro elemento importante na formação dessa irmandade sulina na cidade de Nova Londrina é o religioso, em especial o catolicismo. Recorda-se Ondina Giacobbo: “A festa da Igreja a gente fazia, porque a maioria do pessoal que participava dessas coisas era que vinha do Sul, porque lá, isso aí é uma tradição. Agora os nordestinos, não sei, as festas deles são outras”. O pároco, Padre José Ernesto Beviláqua era originário de Erechim-RS. Assim, os migrantes do Sul também buscavam, no seio da Igreja Católica e suas festas, além de manter a tradição religiosa de sua terra de origem, estabelecer e firmar laços de amizade com seus pares vindos também do Sul.

Esse aparente choque cultural ocorrido em Nova Londrina, em virtude das duas principais frentes de migração, também se expressava na língua falada. Afirma Oscar Tomazoni: “era engraçado, porque a gente falava uma coisa e o nordestino, a mesma coisa, falava com outra denominação. Então ficava difícil de entender”. Porém, o entrevistado afirma que, nesse quesito, houve uma rápida aproximação entre as duas culturas.

O que movia esses migrantes para as terras de Nova Londrina? Ao que tudo indica, o sonho comum a todos era o de se ficar rico. Como já apontamos, os migrantes do Sul vinham com um pouco mais de recursos financeiros, pois provavelmente haviam vendido o pouco que tinham em seu local de origem. Já os migrantes do Nordeste, a maioria parece ser “aventureiros”, também em busca do seu “Eldorado”, uma vez que migraram

muitos homens solteiros em busca de trabalho na roça. O “ficar rico” deve ser entendido de forma diferente para os diferentes estratos sociais. Enquanto os sulistas que possuíam mais recursos e terras sonhavam em multiplicá-los, para os trabalhadores da roça, um pequeno lote e casa própria já poderiam ser considerados ascensão social.

A região Noroeste do Estado do Paraná, no início da “colonização”, constituía-se em uma extensa, densa e exuberante floresta tropical. Importante notar, nas falas dos entrevistados, que muitos se referem à floresta como um grande “mato”, ou seja, está implícita a ideia de que era necessária a derrubada para se desenvolver a “civilização” e o “progresso” da cidade; em outras palavras ainda, se trata da interiorização, por parte do migrante, do discurso difundido pelas Imobiliárias de que a região se constituía em um grande “vazio demográfico” de “terras virgens” (TOMAZI, 1999). Nas palavras de Ítalo Calligher: “Aqui não tinha nada, só mato. Derrubava um pouquinho lá e plantava café. O começo foi deste jeito. Tinha onça miando por perto aqui de casa, era uma selva praticamente né”. Segundo Lúcio Mota, “a primeira atividade que o colono fazia quando chegava ao seu lote de terra era a construção de um rancho para seu abrigo e de sua família, e em seguida começava a derrubada da mata” (MOTA, 2005: 82).

Sobre a derrubada da mata na região, Ildeu Manso Vieira (1999:116) assim romanceia o fato:

Por toda a redondeza dava para se ouvir os gemidos tristes das árvores que caíam estateladas no chão, quando jogavam pelo ar galhos despedaçados e folhas que se soltavam na queda. Era a despedida de uma vida ativa que provocava um estrondo ouvido a enormes distâncias. Algumas árvores, como se adivinhassem o trágico destino que os homens traçavam para elas, agarravam-se nos cipós, nos galhos das outras. Tentavam se manter vivas e de pé, ou às vezes apenas retardando ao máximo suas quedas. Eram árvores heróicas, como possuídas de uma consciência de que teriam de continuar prestando ao homem, ao seu destruidor, um serviço inestimável. Mas a tentativa desesperada era sempre inútil. O machadeiro era implacável.

A presença das serrarias é constante desde o início do processo de “colonização” da cidade. A primeira serraria pertencia ao migrante sulista, Carlos Antonio Ghering, mas logo foram sendo montadas muitas outras,

espalhadas pela região, para dar vazão à madeira que era retirada da mata. O primeiro prefeito da cidade, Avelino Colla, possuía uma serraria na Areia Branca e depois a transferiu para Nova Londrina; o segundo prefeito, João Fragoso, migrou para a cidade a trabalho da Companhia Imobiliária Agrícola São Paulo-Paraná, que, entre outras atividades, possuía uma serraria na sede; o então vice-prefeito e candidato derrotado na eleição de 1968, Darcy Molin, era também dono de serraria.

Essas serrarias chegavam a trabalhar dia e noite, para atender à grande quantidade de madeira que era derrubada para dar lugar, principalmente, à lavoura cafeeira. Após a derrubada e retirada seletiva das boas madeiras, era procedida a descoivara, ou seja, colocava-se fogo no terreno, para limpá-lo dos troncos, raízes e madeiras não aproveitadas. Havia vezes em que o ar da cidade ficava irrespirável pela fumaça das queimadas. Para se ter uma ideia do lucrativo negócio das serrarias, o imigrante Ítalo Calligher chegou a ter três em funcionamento e se recorda: “Dava bastante empregos, uns cem ou cento e cinquenta homens trabalhando. Andei comprando bastante caminhão. Uns vinte ou vinte e dois caminhões puxando toras. Fiz um arregação, fiz um movimento bom”.

O destino dessa madeira era a construção das casas da própria cidade de Nova Londrina. No entanto, João Fragoso se recorda que, em sua época de funcionário da São Paulo-Paraná, emitia notas fiscais e faturas das madeiras, cuja maior parte era enviada para a construção civil na cidade de São Paulo, por barcos, via Porto São José, localizado a pouco mais de 20 km de Nova Londrina.

Como já nos referimos, na década de 1930, a Braviaco já atuava na região da atual Paranavaí, onde famílias tocavam cerca de 1.000 alq. de café e outros 300 de pastagens (MARCELO, 1988). Mesmo assim, a expansão da cultura cafeeira continuou no Norte do Estado do Paraná em geral, como parte de uma política de propaganda tanto pública quanto privada.

Falando da propaganda feita pela CTNP/CMNP, o Professor José Henrique Gonçalves assim se expressa:

Em seus panfletos e cartazes de propaganda espalhados, nos anos 30-50, pelos vagões de trens e pelos edifícios onde havia grande

circulação de pessoas nas capitais e nas cidades do interior do país, ela alardeava que suas terras, além de serem fertilíssimas, não tinham as temíveis saúvas (...) e serviam para numerosas culturas, dentre elas, o café (GONÇALVES, 1999: 102-103).

No caso de Nova Londrina, a Imobiliária chegou a fazer, no ano de 1951, um vídeo-propaganda, destinado à “colonização” do Noroeste paranaense e que era exibido nos intervalos dos cinemas de várias localidades do país com o objetivo de convencer os espectadores a migrarem para a nascente cidade e, claro, comprar as terras da Imobiliária. Ao longo de 14min, eram propagandeadas as melhorias que a Imobiliária havia feito, a riqueza da floresta, o clima agradável, as caravanas de migrantes, as boas águas do Ribeirão do Tigre e, claro, a fértil terra e os primeiros cafezais que brotavam viçosos.

A gana de se ficar rico rápido com o plantio do café é o principal fator de mobilização dos migrantes rumo à Nova Londrina, que João Fragoso denominada de “rush do café” na década de 1950. Oscar Tomazoni explica o que levou seu pai a migrar: “A notícia de que o café era uma riqueza rápida e fácil levou ele a Nova Londrina”. O mesmo pode-se dizer dos entrevistados Odete Colla e Ítalo Calligher. Até mesmo o entrevistado Jair Rezende, que não faz parte daqueles migrantes que vieram para comprar terras, mas sim para servirem de mão de obra na lavoura, é significativo. Diz ele, recriando o provável diálogo de seu pai com sua mãe: “Então ele falou com a minha mãe: ‘Olha Maria, nós vamos pra lá, porque lá é uma cidade de progresso, uma cidade que tá começando’”. Como se vê, o sonho era comum a todos os migrantes: ficar rico com a cultura cafeeira, visto que a propaganda das Companhias era bem feita.

Entretanto, o “ouro verde” do sonho cafeeiro logo foi sepultado pelas fortes geadas das décadas de 1950-60 que queimaram o cafezal e o sonho dos migrantes¹⁰. Nas lembranças de Odete Colla:

¹⁰ Além disso, a conjuntura nacional e a internacional, que primavam pelo modelo agroindustrial, também foram fundamentais para o declínio da cafeeicultura na região, que foi substituída por outras lavouras mais lucrativas e que exigiam menor mão de obra, como, por exemplo, a soja e o trigo no Norte do Paraná, além do gado de corte em Nova Londrina. Essas mudanças geraram um acentuado êxodo rural na região (DIAS, 2003: 150-151).

A primeira impressão era que a gente ia ficar rico, porque a terra era muito boa e naquela época que nós viemos, era muito progresso, muita gente chegando. Mas depois, tivemos aqueles infortúnios, que em 1955 os cafezais foram queimados todos, não só em Nova Londrina, mas de Londrina para cá, a geada. Então foi um fracasso para os plantadores. Quando estava no auge do pé, que era três ou quatro anos, em 1955 foi a maior geada do Paraná. Teve outros que continuaram plantando e tudo, mas desanimou um pouco.

1.3- A fase distrital, atuação da Imobiliária e as impressões dos migrantes

Como já nos referimos acima, segundo um dos donos da Imobiliária Nova Londrina Ltda, Senhor Armando Chiamulera, a região era “um sertão ínvio, com areiões e mata virgem, sem comunicação”. Ao mesmo tempo, outras hoje cidades estavam também sendo “colonizadas”, cada uma com a sua particularidade. No caso de Nova Londrina, a comunicação se fazia principalmente com o Porto São José, hoje distrito do município de São Pedro do Paraná, localizado nas margens do rio Paranapanema, responsável pela comunicação com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul e também com o maior povoado da época no extremo Noroeste, que era a Colônia Paranaíba, por um “picadão” no meio da mata.

Como podemos imaginar, as condições das estradas à época não poderiam ser das melhores. Um “picadão” no meio da Mata Atlântica era aberto, por onde iam passando as caravanas de migrantes. Essas estradas não contavam com manutenção por parte do poder público, pelo motivo de que na região não havia forte atuação desse poder. Nessa fase de (re)ocupação da região, o negócio foi tocado pelas várias Companhias Imobiliárias. Os entrevistados se recordam das várias vezes em que tinham que dormir na estrada, dentro do jipe, pois a viagem era demorada, pelos areiões e poças de água que se formavam após as chuvas, isso sem contar as nuvens de mosquitos.

Também nos reportamos acima que, no caso de Nova Londrina, foi feito um vídeo-propaganda pela Imobiliária no ano de 1951, em que era propagado: “reina sempre a alegria e a saúde”. No vídeo, podemos perceber a preocupação em se demonstrar que há uma “perua expressa e um ônibus diário” que fazem o percurso até o Porto São José. Recordar-se Odete Colla

que “a jardineira não tinha porta. A gente entrava e sentava, tipo um sofazinho. Se chovia, a gente puxava uma loninha. Aí depois de um tempo começou um onibuszinho melhor”. Além disso, Oscar Tomazoni afirma que a viagem durava um dia todo, na melhor das hipóteses.

Quando Odete Colla chegou até aqui com sua família, encontrou, na entrada do vilarejo, uma placa com os seguintes dizeres: “Breve, cidade de Nova Londrina”. Por mais que a nascente cidade estivesse sob a circunscrição de Mandaguari e posteriormente de Paranavaí, o poder público e a ordem local eram exercidos, de fato, pela Imobiliária Nova Londrina Ltda.

Não pretendemos aqui corroborar a construção ideológica, muito presente nas histórias oficiais dos municípios da região extremo Noroeste, que se trata da “ênfase colocada na ação de uma empresa específica, que teria um ‘elevado interesse público’” (TOMAZI, 1999:77). Entendemos que o interesse das Companhias Imobiliárias era, sim, o de fazer com que se aumentassem as vendas e os lucros de seus negócios, mesmo que para isso tivessem que ser realizadas algumas obras para melhoria da vida pública. Nesse sentido, afirma João Fragoso que “a Imobiliária Nova Londrina fez, talvez com interesse comercial, fez muito no sentido de minimizar o sacrifício desta gente”. No próprio vídeo-propaganda, uma parte do texto diz: “A Imobiliária Nova Londrina Ltda vem desenvolvendo o máximo esforço para a fiel execução de seu grande plano de dotar o lugar dos mais urgentes e importantes melhoramentos urbanos”.

Quanto à ordem, podemos perceber, nas falas dos entrevistados, que, em alguns casos, havia capangas para garanti-la. Jair Rezende afirma que havia muitos capangas na cidade, o mesmo diz Ítalo Calligher, para depois completar: “aqui era o começo de tudo, não tinha município, não tinha promotor, não tinha juiz, não tinha nada, então quem podia mais chorava menos”. Apesar disso, João Fragoso afirma que a população do lugar era pacífica e ordeira até que

Este estado de coisas desapareceu com o surgimento da política, alguém pertencia a um partido de lá, outro partido de cá, e não convidava, começou a haver a distensão. (...) mas com a política, houve uma divisão e essa divisão continua até hoje.

Enquanto distrito de Paranavaí, Nova Londrina não recebia grande atenção por parte da administração, talvez pelo motivo de que tal já tivesse os seus problemas a resolver na também nascente localidade. Nas memórias de João Fragoso, não havia obras públicas sentidas pela população e, no máximo, apareciam pela cidade alguns vereadores para conversar.

Logo no início, a própria Imobiliária Nova Londrina é que empreitou a derrubada da mata e abertura das primeiras ruas e formação da planta da cidade, quadras e lotes. Ou seja, não há efetiva participação estatal nessa fase. Tudo era feito pelos “pioneiros” e pela Imobiliária. Nas memórias de Ondina Giacobbo, “quando eu cheguei, as ruas principais já estavam abertas, (...) já tinha derrubado tudo e já tinham feito o traçado, igual está hoje”. No vídeo-propaganda já citado, o texto deixa a impressão de que a Imobiliária tem a preocupação de planejar bem a cidade, citando, inclusive, a largura das ruas e avenida abertas.

A cidade cresceu às margens do ribeirão do Tigre que deságua no rio Paranapanema. A estrada de acesso à nascente Nova Londrina tinha que passar por uma ponte sobre as então limpas e recheadas de peixes águas desse ribeirão.

Não podemos cair no anacronismo de querer que os homens migrantes da década de 1950 tivessem o mesmo senso ecológico que nós, no início do século XXI pensamos ter. No entanto, alguns entrevistados parecem fazer uma espécie de *mea culpa* em suas falas, alegando que na época não havia a preocupação ambiental que se tem nos dias de hoje. Assim, naqueles tempos, derrubava-se a mata para a abertura das ruas da cidade, dos cafezais e pastos rurais, em seguida, colocava-se fogo para queimar os troncos e madeiras que não eram aproveitáveis para as lucrativas serrarias. Ainda assim, no vídeo-propaganda da Imobiliária, há destaque para a área de dois alqueires de Mata Atlântica, reservada para a criação de um bosque municipal. Em estudo sobre a cidade de Maringá, mas que também serve para o caso de Nova Londrina, “a colonização adquiriu (...) características profundamente destrutivas ao ecossistema ali existente” (DE PAULA, 1999: 410).

Para continuar, demonstrando a forte atuação por parte da Imobiliária Nova Londrina Ltda no processo de substituição das prerrogativas do Estado e

consolidação enquanto poder hegemônico, precisamos tratar ainda de três necessidades básicas: energia elétrica, água potável e educação. Ambos foram fornecidos nesses primeiros anos de implantação, exclusivamente pela Imobiliária.

Os primeiros moradores que acorreram para a iniciante Nova Londrina e foram fixar-se na zona rural viviam à base da luz de velas ou então de lampiões à gasolina ou querosene. Na zona urbana não era muito diferente, com exceção, por exemplo, do Bar da Família Veit que possuía um gerador e, com isso, bebidas geladas. É evidente que essa falta de energia elétrica dificultava o pleno desenvolvimento econômico da área comandada pela Imobiliária, em especial, a instalação das serrarias.

Os donos da Imobiliária fundaram a “Empresa Hidroelétrica Industrial S.A. com capital inicial de dois milhões de cruzeiros”, como nos informa o vídeo-propaganda. Na prática, isso significou que foi montada, no ribeirão do Tigre, uma espécie de usina hidroelétrica, com uma “turbina hidráulica de trezentos HPs” para fornecer energia aos moradores e às primeiras indústrias. Isso tudo já em meados do ano de 1951. No entanto, essa pequena usina fornecia energia apenas a uma parte da zona urbana e até às 22h.

Quanto à água potável, os moradores da zona rural, que era banhada pelo ribeirão do Tigre, abasteciam-se dele, quando não faziam um poço artesiano. Já na área urbana, a Imobiliária construiu um encanamento que ia do ribeirão até a praça central da cidade e lá a água era despejada em uma enorme caixa d’água “de vinte e seis mil litros” para abastecer a população. Nas lembranças de Ondina Giacobbo: “a água vinha só duas ou três vezes por dia, então a hora que chegava a água, era aquela fila. Uma vez eu contei noventa pessoas na fila com as suas latas e os seus baldes para pegar água.” No mesmo sentido se recorda Odete Colla: “Nós pegávamos água, ali no ‘coreto’ da cidade. Lá tinha uma caixa d’água que a gente fazia dez ou doze viagens por dia, de baldes, levava para o hotel, cada um levava para a sua casa”.

Um caso emblemático para mostrar a força de atuação que a Imobiliária tinha no processo de constituição do município é no que diz respeito ao início da educação formal e à chegada da primeira professora à localidade. Ondina

Cureu Giacobbo, então professora em Joaçaba-SC, veio para Nova Londrina no ano de 1952 para visitar uma irmã e recebeu o convite de um dos sócios da Imobiliária Nova Londrina Ltda, que já era seu conhecido dos tempos do Sul, para ficar na cidade e lecionar. Recorda-se a entrevistada:

Logo que eu cheguei aqui, eu já comecei a trabalhar. Eu fui nas casas fazer a matrícula, o levantamento dos alunos e eu dei aula, até foi a Imobiliária que me pagou, novembro e dezembro, depois então em janeiro, eram férias né, e em fevereiro então eu comecei dar aula de acordo mesmo. A gente recebia instruções em Paranavaí, a inspetoria funcionava lá.

Nesses primeiros meses, quem financiou a atividade educacional foi a própria Imobiliária, inclusive construindo o prédio onde funcionou por algum tempo a escola. Enquanto isso, ocorria para a cidade um número maior de migrantes e, junto com eles, os seus filhos; assim, como se recorda Ondina: “nosso espaço ali, de uma hora para a outra, ficou pequeno. Daí mandaram aumentar, fizeram um puxado nos fundos e (...) o negócio foi crescendo”.

Mas as condições de trabalho não eram lá muito boas. Recorda-se um dos alunos da época, Oscar Tomazoni:

Eu deixei Ponta Grossa com doze anos no mês de agosto, fazendo o quarto ano primário. Quando cheguei em Nova Londrina tinha a professora (...) Ondina Cureu Giacobbo e ela dava o primeiro ano. Começou com o primeiro ano. Eu já tinha feito todo o quarto, aí ela dava o primeiro ano, no ano seguinte o primeiro e segundo, no outro segundo e terceiro e assim foi. Quando ela começou o quarto ano, eu tava trabalhando e a escola era só de dia, eu não podia deixar de estudar pra deixar faltando na roça, eu tava com quinze ou dezesseis anos. Aí o meu estudo parou, no quarto ano primário do mês de agosto.

Essa dificuldade se explica, tendo em vista que, no começo, Ondina Giacobbo foi a única professora na cidade e, por isso, tinha que atender a todas as turmas primárias e seus alunos ao mesmo tempo e às vezes até na mesma sala, o que era comum na região à época. Ao ser perguntada se dava aulas para todas as turmas, assim respondeu:

Todas as turmas. No começo era 1º, 2º, 3º e 4º ano. Aquilo lá não é brincadeira não. Você atendia um e o outro ficava olhando [risos].

Depois então quando começaram a chegar outras professoras e criaram a outra sala, então, porque funcionava naquela época dois turnos e depois quando aumentou mesmo o número de alunos era três turnos. Das 7:00 às 11:00, das 11:00 às 14:00 e das 14:00 às 17:00.

Embora a Imobiliária cedesse o prédio e as carteiras, Ondina Giacobbo se recorda de que o imóvel “não tinha janela, não tinha porta, só tinha o telhado”. Graças a um dia de chuva em que algumas crianças precisaram abrir o guarda-chuva dentro da sala de aula é que alguns moradores locais se mobilizaram para consertar o prédio.

A localidade de Nova Londrina foi elevada à categoria de distrito de Paranavaí, apenas em agosto de 1953, ou seja, até aqui, o poder de fato era exercido pela Imobiliária. Foi nomeado Sub-prefeito Edmundo Grabowski que ocupou o cargo até a instalação do município e a posse do primeiro prefeito em 1956. Entretanto, esse fato não pode ser encarado como sinônimo de atuação pública por parte do município de Paranavaí no distrito de Nova Londrina.

Essa não atuação por parte do poder público em Nova Londrina e de forma geral, na região Noroeste como um todo, possibilitou o surgimento do sentimento patrimonialista por parte dos “pioneiros”. Nesse sentido, o Professor José Henrique nos instiga à reflexão:

A repetitiva afirmação de que o Estado se eximiu de participar na criação de diversos fatores de infra-estrutura nos processos de colonização escamoteia justamente o dado essencial: a tão alegada omissão do poder público pode ser, na realidade, sinal da mais absoluta privatização dos aparatos estatais. Sendo assim, a aparente ausência do Estado não seria sintoma de uma profunda cumplicidade entre setores burocráticos e elites dominantes? Pois bem: quem exerceu efetivamente o poder público no ‘Norte-Novo do Paraná’? (GONÇALVES, 1999: 111).

Em outras palavras, esse fato propiciou a formação de um sentimento, em parte dos “pioneiros”, de que a região por eles “desbravada” lhes pertencia. A ausência inicial do Estado, promovedor das melhorias públicas, possibilitou que a Imobiliária e os primeiros moradores tomassem para si essa incumbência. Segundo Raymundo Faoro (1995: 736), ao analisar a história do Brasil, “sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter

patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e nos coronéis”. Nos primeiros anos, a Imobiliária e os “pioneiros” atuavam como Estado. Assim, com a elevação de Nova Londrina à categoria de município, subjetiva ou objetivamente, essa “elite pioneira” precisava garantir que o poder administrativo continuasse em suas mãos, afinal, tinham o sentimento de legítimos donos da nova localidade.

1.4- A fundação do município de Nova Londrina e suas três primeiras administrações

Ao observarmos as três primeiras administrações municipais de Nova Londrina, podemos perceber, em ambas, fortes relações de classe. No caso, uma classe empresarial ligada ao ramo das serrarias e também à Imobiliária. Já nos referimos em outro texto que, na região extremo Noroeste,

Quando começaram-se [sic] a emancipar os municípios, os primeiros prefeitos, se não eram justamente os empresários do ramo imobiliário, eram pessoas próximas. A idéia patrimonialista dos novos municípios confunde-se com as suas constituições. Por estas terras, o público e o privado se confundem desde o princípio e a política municipal é a principal expressão deste sentimento (GUILHERME, 2009: 16).

Nesse sentido, Raymundo Faoro afirma que o patrimonialismo pessoal se converte posteriormente em um patrimonialismo estatal:

Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado (FAORO, 1995: 736).

Vamos esmiuçar um pouco cada uma dessas administrações para poder perceber as origens sociais, os possíveis interesses econômicos e as ligações políticas em jogo, que propiciaram a “confusão” entre o público e o privado.

O primeiro prefeito eleito na cidade foi o Senhor Avelino Antonio Colla. Originário de Nova Prata, no Estado do Rio Grande do Sul, havia migrado com destino a também nascente cidade de Cianorte-PR. No entanto, quando fez pouso em Londrina, conheceu os donos da Imobiliária Nova

Londrina-Ltda, que o convenceram a mudar seu destino e ir para a cidade que estavam formando. Em outras palavras, a chegada de Avelino à cidade se deu por atuação direta dos donos da Imobiliária. Ao chegar à região, Avelino Colla comprou um pedaço de terra e montou uma serraria.

Logo nos seus primeiros tempos na localidade, Avelino Colla se tornou grande amigo dos donos da Imobiliária, a ponto de ir para outras cidades em busca de novos moradores para Nova Londrina. Recorda-se Ítalo Calligher:

Estou aqui por intermédio do ex-prefeito, já falecido, Avelino Antonio Colla. (...) Ele disse pra mim: “Eu tenho serraria, posso te arrumar à prestação uma madeirinha aí pra você fazer uma casinha e sou amigo da Imobiliária, (que tinha uma Imobiliária), te arrumo um terreno e você vem por lá, tenho certeza que você vai se dar bem lá em Nova Londrina”. Me convenceu.

Nas eleições municipais de 1955, concorreram o comerciante Antonio Bogoni, pelo Partido Republicano (PR), obtendo um total de 539 votos, e Avelino Colla, pelo Partido Social Democrático (PSD), vencendo a disputa com o total de 578 votos. Somem-se a isso 42 votos em branco e mais sete nulos. Segunda a memória de Ondina Giacobbo, essa primeira eleição municipal foi um tanto quanto tumultuada:

Mas o senhor Avelino trabalhou direitinho, honestamente. Eu sei porque a gente trabalhava ali com os eleitores, ajudar os analfabetos a fazer o requerimento (...) Depois, no dia da eleição, deu aquela encrenca, porque naquela época só votava as pessoas que o nome constava na lista, então fixava aquela lista na porta, se o seu nome estava lá, você votava, senão não. Aí os eleitores do senhor Avelino, que eram lá da serraria, os nomes deles não constavam na lista. Aí eles começaram a reclamar, o senhor Avelino recolheu os títulos (...) aí quando foi à tarde mandaram chamar o juiz em Paranaíba (...). Ele veio aqui, mas não resolveram nada não. Aqueles eleitores ficaram sem votar. (...) a vitória para o senhor Avelino. Nossa, foi uma festa que naquela época dava uma churrascada, dia da eleição também faziam churrasco.

Passados os problemas eleitorais e a festa, era hora de se começar a organizar em Nova Londrina o poder público Executivo. Segundo Odete Collar, a administração do Senhor Avelino “foi mais acentuad[a] na parte da educação. Ele achava que tudo tinha que vim daí”. Ela se recorda de que o prefeito tinha que ir para Curitiba, ficar na rua XV à procura de professores

recém-formados para levar até a cidade: “então veio muitos professores, porque tinha Ginásio, na época tinha a Escola Normal Regional, que formava professores, então ele ia para Curitiba e trazia esse povo solteiro e punha na casa de pessoas para morar e iam dar aula”. Além disso, segundo essas mesmas memórias, durante a primeira administração foram construídas várias escolas rurais.

Como a Usina Hidroelétrica instalada pela Imobiliária às margens do ribeirão do Tigre já não comportava o crescimento urbano de Nova Londrina, a prefeitura municipal instalou, também, às margens naquele ribeirão, uma Usina Termoelétrica. Com capacidade de 200 KWA, ficava em funcionamento durante do dia e até por volta das 22h. A lenha era colocada por um funcionário da prefeitura. Essa Usina recebeu, por parte da população, o apelido de “Janjão”, mas infelizmente os entrevistados não souberam informar a origem deste nome.

Como é de praxe na política estadual, todo prefeito de uma pequena cidade do interior deve ter um bom contato na capital. No caso de Nova Londrina, essa prática política pode ser encontrada desde a primeira administração municipal. Segundo Ondina Giacobbo: “o Senhor Avelino trazia muita coisa de Curitiba, ele tinha muita amizade com uma professora que trabalhava na Secretaria da Educação, Dona Isolde, daí ele ia lá e conseguia”.

Importante também era a relação do Prefeito Avelino com o então governador do Estado do Paraná, Moisés Lupion (1956-1961). Recorda-se Odete Colla:

O Avelino teve muita sorte, porque entrou o governador, sabe quando o prefeito tem o governador, é mais fácil. Entrou na época o senhor Moisés Lupion, que era amigo do meu marido, então era mais fácil para chegar até lá (...). A gente freqüentava a casa dele lá, e ajudou muito Nova Londrina.

A relação com Moisés Lupion ocorria também da parte dos donos da Imobiliária Nova Londrina Ltda. Recorda-se João Fragoso, ao ser perguntado sobre o tema:

Não sei se existia essa ligação. Eu acho que sim, por causa que o advogado da Imobiliária Nova Londrina chegou a ser procurador do Estado e foi deputado estadual também, Dr. Edgar Távora. Então, através desse deputado, pode ser que sim.

Na campanha de Távora à Assembleia Legislativa do Paraná, seu caboeleitoral na cidade de Nova Londrina foi um dos sócios da Imobiliária, Senhor Armando Chiamulera. Interessante notar a sabida preocupação, por parte desses empresários, em cercarem-se de pessoas influentes tanto na política, como no judiciário e também na economia, afinal, essas terras recém-loteadas poderiam ser e foram objeto de ação judicial, e os donos das colonizadoras, acusados de grilagem de terras.

Nas eleições municipais de 1959, concorreu pelo PSD, como candidato único apoiado também pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), PR e pela União Democrática Nacional (UDN), João Soares Fragoso, então Secretário da Câmara de Vereadores da cidade. Foram 1.857 votos a favor do candidato, mas também houve a expressiva soma de 448 votos em branco e mais oito nulos. João Fragoso administrou Nova Londrina entre os anos 1960-1964.

Morador da cidade de Curiúva, no Sul do Paraná, e funcionário de uma carbonífera local, João Fragoso migrou para Nova Londrina a convite de seus patrões, para trabalhar na Companhia Imobiliária Agrícola São Paulo-Paraná, uma das várias Imobiliárias que atuavam na região, mas que também possuía, em sua sede, uma serraria. O Senhor João Fragoso era quem fazia toda a contabilidade dessa Companhia no Estado do Paraná. Posteriormente, chegou a trabalhar por alguns anos na Imobiliária Nova Londrina Ltda.

Em seu mandato, João Fragoso também precisa ter as ligações certas com o governo estadual, uma vez que

Ia pedir alguma coisa para Nova Londrina, então era muito difícil o atendimento, porque o privilégio era das cidades maiores, cidades já assentadas, e esse norte novíssimo, que surgiu aí na década de 1950, era sempre deixado para depois.

Em sua entrevista dada para esta pesquisa, podemos pinçar dois fatos ligados diretamente às influências pessoais: a construção de mais escolas rurais e a agência dos Correios. Continua Fragoso afirmando:

Eu fui bem quisto do general Alípio, que era o Secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná, e eu vivia na casa dele (...) daí comecei a agradar o general Alípio. Ele foi com a minha cara. General, o que o senhor pode me dar para Nova Londrina? Nova Londrina não tem nada. Então é fácil. Ele me deu 14 escolas rurais, tudo feito de madeira.

Esse General Alípio ainda teria interferido na criação do ginásio escolar para a cidade de Nova Londrina.

Segundo ainda o entrevistado, em todas as viagens que fez a Curitiba como prefeito, sempre “visitava o coronel Agostinho, [que] era diretor dos Correios e Telégrafos no Paraná”, em busca de uma agência para a cidade de Nova Londrina. Após muito tentar, o coronel concordou com a instalação da agência, mas desde que a cidade arcasse com todos os custos.

Chama atenção ainda na fala de João Fragoso uma passagem, em tom de denúncia, sobre a sua tentativa de conseguir água encanada para a cidade. Pela complexidade e polêmica que a fala pode gerar, vamos reproduzi-la na íntegra:

Das tantas vezes que fui a Curitiba, eu fui distrito do DNOS [Departamento Nacional de Obras e Saneamento], a gente consultava um colega para saber onde você conseguiu isso, como é que eu faço para conseguir, então, até que eu fui parar no distrito do DNOS. Lá conheci o Dr. Couto, que era o diretor desse distrito do DNOS no Paraná. E eu disse pra ele que Nova Londrina não tinha nada, o que ele podia me ajudar a fazer, a população aí carente de tudo. Ele disse: eu tenho um programa aí, talvez interesse para você. Você tem água encanada? Eu disse: não tenho. Eu tenho um material aí, em torno de vinte milhões, dinheiro da época, e eu coloco em Nova Londrina para você, mais você precisa ter projeto. Eu digo: e onde é que eu faço esse projeto? Com o intuito de pedir para ele. Ele disse: se você tiver interesse, eu vou com você no banco tal e você consegue o dinheiro. Um projeto hoje custa quatro milhões e quinhentos. Para você ter idéia, era um quinto do valor. Mas eu avalizo para você e tal. Eu disse, mas eu comecei a perguntar detalhes e ele começou a me descartar. E eu fiquei em cima. Eu tinha um amigo lá chamado Monir Saab, foi quem fez o primeiro projeto de galeria de águas pluviais para Nova Londrina. O Monir sempre me acompanhava e dizia: “_ olha, você toma cuidado com esse pessoal aí, esse pessoal...”. Ele sempre me acompanhava. Daí nós teríamos uma reunião com outros prefeitos e esse diretor do DNOS para esclarecer as coisas, abrir o livro e mostrar pra gente o que fazer e tal. E nós comparecemos a essa reunião. Eu levei o Monir. Ele falou, falou, falou, mas aquele tipo de reunião que você não

entende nada e eu não entendia nada. Terminada a reunião, eu chamei o Monir e disse assim: “_ o que é que você entendeu?” Nada, mas nós vamos fazer o seguinte, nós vamos na casa do vice-diretor hoje à noite, eu conheço ele. Ele estava na reunião do DNOS. E à noite nós fomos para lá. Chegamos lá ele disse: olha é o seguinte, se você tiver interesse, ele vai pôr esse material para você lá em Nova Londrina, mas, durante o tempo que tiver sendo instalado, você tem que dar trezentos mil por mês para ele a título de assistência técnica. Se você fizer isso, ele te põe o material lá. Eu vim para Nova Londrina consultar a câmara. Não vou fazer um negócio desse tamanho. As reuniões da câmara aqui eram na segunda-feira. Eu compareci na reunião, sentei, como sempre eu faço o relato da minha viagem, mas assim, verbalmente. Fazia uma viagem e voltava, ia na câmara e dizia o que eu tava fazendo e queria ajuda da câmara também. A sessão da câmara terminou e ninguém falou nada, ninguém disse nada, eu levantei, peguei meus papeizinhos e tava saindo, o Dr. Olivier [vereador à época] disse: “_ vem cá. Nós não podemos colocar na ata que você esteve aqui, que você pediu. Nós vamos te dar um protocolo pra você chegar lá e fechar o negócio. Dá trezentão por mês pro homem e nós vamos ter vinte milhões de material, aí nós vamos começar a fazer a instalação de água potável em Nova Londrina”. Ah, peguei o ônibus no dia seguinte e fui parar em Curitiba. Cheguei, eu fui direto no DNOS e disse: “_ doutor, eu tô de acordo com o que falou o vice-diretor pra mim esses dias de dar trezentos mil por mês, mas o senhor tem que pôr o material em Nova Londrina, conforme a sua promessa” e tal. Foi bem assim: “_ pra você nem um metro de cano. Você abriu o bico pra tua câmara”. Bem assim ele falou. Aquilo foi um jato d’água, eu fiquei, sabe, o que é que eu vou dizer em Nova Londrina! Vinte milhões! E ele virou-se assim pra mim e disse: “_ o prefeito de Cianorte levou esse material”. E Cianorte já era importante na época.

Essa passagem ilustra bem a dificuldade que os nascentes municípios da região encontravam em conseguir recursos públicos para suas obras de infraestrutura. A política da década de 1960 não difere muito da observada nos tempos atuais, quando os pequenos municípios ficam à mercê de “favores” do Estado. Além do mais, esse episódio vem corroborar o argumento de que foi a Imobiliária Nova Londrina que fez durante vários anos as vezes de ente público na localidade. Como dissemos, essas dificuldades acentuam a formação do sentimento patrimonialista.

À eleição municipal de 1963, concorreram dois candidatos ao cargo Executivo. O Médico Olivier Grendene, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), venceu o pleito com um total de 2.604 votos. O comerciante Halim Maaraoui, concorrendo pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), obteve 2.088 votos. Somem-se a isso 121 votos brancos e 51 nulos. Essa foi a última

eleição em que não era necessário o cargo de vice-prefeito. No entanto, em março de 1964, a Câmara Municipal de Nova Londrina, atendendo a uma determinação da Assembleia Legislativa do Paraná, votou entre seus pares para escolher um vice-prefeito para a cidade. O vencedor foi o Vereador Darcy Molim.

Essa eleição nos possibilita entender melhor a cassação de Halim Maaraoui, ocorrida após a sua vitória nas eleições de 1968, derrotando o candidato da situação, Darcy Molim, então vice-prefeito municipal.

Olivier Grendene é originário de Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Após cursar Filosofia e Medicina na capital gaúcha, migrou para a cidade de Nova Londrina. Politicamente, esse é o personagem mais importante dos primeiros anos da vida pública novalondrinense. Segundo Oscar Tomazoni:

A vida política e administrativa da cidade girou em torno do Dr. Oliver por muitos anos. Ele era uma espécie de mentor, assim, da cidade. Ninguém fazia nada sem falar com ele. Claro que para aquele que pertencia a uma linha política diferente da dele e que levava a política a ferro e fogo, pode ser que ele atrapalhou a cidade, porque ele mandava sozinho. Eu fui companheiro e adversário político dele.

Tomazoni foi vice-prefeito de Halim Maraouiu, mas nem por isso deixa de reconhecer que este político fez muitos benefícios à cidade. Para Jair Rezende, “o Olivier foi o pai da cidade, aquele ali foi o pai de Nova Londrina”. Assim percebemos a influência que esse político conseguiu ter junto a uma parcela da população, bem como o respeito perante os adversários.

Foi durante a administração de Olivier Grendene que a cidade passou a ter energia elétrica fornecida pelo governo do Estado do Paraná e sua companhia. Também o asfalto para as ruas centrais da cidade foi feito em sua administração. Para Ondina Giacobbo, “Nova Londrina teve um período de crescimento. Eu sei que ele foi um bom prefeito”. Outro fato importante que teve a fundamental participação de Olivier Grendene foi a fundação da Cooperativa Agrária local.

Por fim, é importante deixar claro que, ao mesmo tempo em que existia na cidade o poder público municipal, para administrar a localidade, garantir a ordem, etc, a Imobiliária Nova Londrina Ltda continuava vendendo terras

urbanas e rurais. Ou seja, coexistiam ainda dois poderes, um público e outro privado, que muitas vezes se confundiam em seus interesses e objetivos.

1.5- Considerações Finais

O processo de migração para Nova Londrina, patrocinado pela Imobiliária detentora da concessão, privilegiou a vinda de pessoas da região Sul do país, que logo constituíram seus círculos culturais, produtivos, religiosos e também políticos. Além disso, nos primeiros anos de “colonização”, quem efetivamente exerceu o poder público na cidade foi a Imobiliária Nova Londrina Ltda e seus sócios. Essa privatização das prerrogativas do Estado levou à formação de um sentimento patrimonialista em parte dessa elite agrária, sulista e “pioneira”.

Uma vez que esses “pioneiros” se sentiam os legítimos desbravadores da região, pois haveriam sofrido muitas agruras até a constituição de uma localidade com melhores condições de vida, é compreensível que o sentimento de que a cidade lhes pertencesse era muito forte em seus subconscientes. Mais uma vez, o clássico livro de Raymundo Faoro pode contribuir no entendimento desse sentimento patrimonialista, ao afirmar:

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. (...) Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi (FAORO, 1995: 733).

Ao observarmos a lista dos primeiros três prefeitos de Nova Londrina, antes do cisma da eleição municipal de 1968, temos que todos têm suas origens no Sul do Brasil e laços com a Imobiliária: Avelino Antonio Colla, 1956-1960, com origem em Nova Prata-RS; João Soares Fragoso, 1960-1964, com origem em Curiúva-PR; e Dr. Olivier Grendene, 1964-1968, vindo de Farroupilha-RS, depois de cursar medicina e filosofia em Porto Alegre-RS.

Assim, a elite cultural e política de Nova Londrina, ao longo dos primeiros anos, circulou dentro da irmandade sulina. Possivelmente, era

nos encontros/reuniões dessa parte da população que se discutiam a situação da cidade e o seu rumo. Após a constituição do poder público formal na cidade, ou seja, a elevação à categoria de município e as consequentes eleições para cargos públicos, aquela se tornou importante local de consolidação hegemônica. Era preciso manter o poder político nas mãos de pessoas pertencentes ao mesmo círculo social/cultural/econômico e fiéis a esses ideais de “pioneirismo”. Portanto, partimos da ideia de que a vitória de Halim Maaraoui, com a participação dos trabalhadores da roça, em sua maioria nordestinos, com certeza não estava nos planos desse grupo político-econômico.

2- Apontamentos sobre a Ditadura Civil-Militar até 1974

O objeto principal desta pesquisa não é a Ditadura Civil-Militar. No entanto, para melhor compreensão acerca da cassação do Prefeito Halim Maaraoui na cidade de Nova Londrina – PR é imprescindível contextualizá-lo com o Governo ditatorial, em especial o Ato Institucional nº5 (AI-5) e a repressão aos considerados “subversivos” pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Assim, este capítulo visa introduzir o leitor no contexto político nacional da época. Para isso, apresentamos parte da bibliografia que consideramos essencial sobre o tema para discutir o Golpe Civil-Militar de 1964 e seus interesses em jogo, o governo de Castelo Branco até a decretação do AI-5, a forte repressão nos governos de Costa e Silva e Médici, além de algumas pesquisas pontuais sobre o Norte do Paraná.

2.1- O Golpe de 1964 e os interesses em jogo

Procuramos denominar o período em questão de “Civil-Militar”, uma vez que, no nosso entendimento, tanto o Golpe quanto o governo não foram apenas “Militares”, muito embora sua participação tenha sido de maior vulto. O Exército contou com forte apoio e sustentação de setores da sociedade civil, como empresários, políticos, Igreja e mídia. Assim, argumenta o Professor Carlos Fico que havia

Tanto o apoio inicial de expressivos setores da classe média urbana quanto a participação efetiva de lideranças políticas civis que ajudaram na eclosão do movimento. É correta a lembrança. Quando mais não fossem até mesmo para sempre recordarmos certo ranço autoritário que impregna nossa sociedade e, diga-se também, para não deixar apenas aos militares a “conta a ser paga”, já que muitas daquelas lideranças civis assumem, hoje, modos de democratas. Porém, desde as primeiras horas, o movimento foi indubitavelmente militar (2001: 20).

O Brasil vivia forte instabilidade política desde pelo menos a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Quando desse fato em 1961, o então vice-presidente e sucessor constitucional para a República, João Goulart (PTB),

popularmente denominado de Jango, encontrava-se em visita oficial à comunista China. No contexto de Guerra Fria, a posse de Jango, que construía sua carreira política em bases notadamente de esquerda, não agradava tanto aos círculos militares, quanto aos empresariais.

Nas palavras de Gláucio Ary Soares:

A renúncia de Jânio colocou o Brasil, em particular os militares, diante da possibilidade de ser presidido por um político de esquerda com claras vinculações com o aparelho sindical e relações cordiais com os comunistas. A fé anticomunista, que permeava e permeia a corporação militar, se sentiu encurralada (1994:33).

Diante do impasse/crise, tal fato gerou, de um lado, a Campanha pela Legalidade, liderada pelo então governador gaúcho, Leonel Brizola (PTB), defendendo a posse de Goulart; e, de outro, os círculos militares, empresariais e alguns parlamentares contrários à mesma. Para evitar que o país caísse em uma guerra civil, ambos os lados admitiram, com certa decepção para os mesmos, a instituição de regime Parlamentarista, ou seja, Jango ficava como chefe de Estado, enquanto o parlamento escolhia um primeiro-ministro para administrar o Brasil. O sistema de governo presidencialista voltou no início de 1963, após plebiscito popular (MARKUN, 2011).

Aliado a esse problema político, no início dos anos 1960, o Brasil passava por um período de estagnação econômica e altos índices de inflação, decorrentes principalmente da política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek e das tentativas fracassadas de Jânio. Enquanto isso, uma forte migração para a cidade exigia respostas nas áreas da saúde, educação, habitação e transportes e a miséria no campo criava mobilizações pela reforma agrária. No entanto, tais fatores por si só não são suficientes para deflagrar um processo de golpe político, mas fizeram parte do contexto. Segundo estudo de Gláucio Soares, realizado com antigos militares, a preocupação com a desordem político-administrativa do país foi a mola a legitimar o Golpe de 1964, mais até que o sentimento anticomunista, que já permeava o imaginário militar desde os anos 1930 (SOARES, 1994: 16/23-24).

Para tentar amenizar a crise econômica daqueles anos, João Goulart apresentou importantes propostas, como o Plano Trienal, que visava atender às reivindicações de setores empresariais e a mais importante medida foram as denominadas Reformas de Base: agrária, tributária, eleitoral e universitária. Tratava-se de antigas reivindicações dos setores populares e trabalhistas, mas que também agradavam aos setores progressistas no sentido de modernizar o capitalismo brasileiro. Tais propostas receberam forte oposição dos setores conservadores do país, que acusavam Jango de levar o Brasil ao comunismo (BARROS, 1992). Para o Professor Carlos Fico:

Durante o ano de 1963 Goulart foi sistematicamente instado a definir-se, isto é, a abraçar em definitivo a luta pelas reformas de base, já que, até então, buscava manter o apoio da esquerda, sem descartar, no entanto, o apoio político e parlamentar de setores mais conservadores. Na verdade, o presidente dava sinais dúbios de suas verdadeiras intenções, havendo forte suspeita de que ele estaria urdindo um golpe que lhe permitisse um segundo mandato (2004: 17).

Já no clássico trabalho de René Armand Dreifuss, o golpe de 1964 é caracterizado como de classe, antes mesmo de ser militar. Para o autor, o complexo IPES/IBAD¹¹ se tornou, ainda no governo João Goulart, um núcleo estratégico da elite empresarial nacional e multinacional, banqueiros, políticos e militares, o que ele dá o nome de “bloco de poder multinacional e associado” (DREIFUSS, 1981:482), que formaram uma espécie de “partido”, com forte atuação de “intelectuais orgânicos”, na acepção gramsciana dos termos. O objetivo desse instituto era o de financiar intelectuais e militares para atuarem na propaganda anticomunista, conspirarem contra o governo Jango e desorganizarem a classe trabalhadora. Segundo o autor, a atuação “envolvia extraordinária perícia profissional e política, assim como surpreendentes recursos financeiros que ultrapassavam bastante o que o IPES oficialmente declarava como sendo suas despesas” (DREIFUSS 1981:259).

Para Dreifuss, esses setores civil-empresariais aliaram-se aos militares para que pudessem ver garantidos os seus interesses econômicos. Segundo o autor, “a queda do governo ocorreu como a culminância de um movimento

¹¹ IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado em 1961, pelos empresários Augusto Trajano Antunes e Antônio Gallotti; IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, fundado em 1959.

civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart” (DREIFUSS 1981: 361). Uma vez no poder, os militares nomearam industriais e banqueiros para posições estratégicas no governo. Segundo Dreifuss, tratou-se de um golpe de classe, em que “o novo Estado, estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo IPES” (DREIFUSS 1981: 488).

A atuação do complexo IPES/IBAD era tão destacada à época que mereceu citação do então Presidente João Goulart em seus discursos. Em 3 de outubro de 1963, sobre a conjuntura de crise, indiretamente falando dos institutos, o presidente argumentava: “dinheiro de origem desconhecida, manipulado por entidades semiclandestinas, foi esbanjado em todo o território nacional, com o único propósito de falsear a verdade e distorcer o legítimo sentido das reformas” (FICO, 2004:267). Já no famoso comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, a citação ao complexo IPES/IBAD é direta: “Ainda ontem, dentro de associações de cúpula de classes conservadoras, ibadianos de ontem levantaram a voz contra o Presidente pelo crime de defender o povo contra os que o exploram” (FICO, 2004:285).

O fato é que, na noite de 31 de março de 1964, o General Olympio Mourão Filho, da 4ª Região Militar, instalada em Juiz de Fora (MG), precipitou o movimento golpista. Goulart não ofereceu resistência e o General Arthur da Costa e Silva automeinou-se “Comandante Supremo da Revolução”, até que em 9 de abril daquele ano o AI-1 legitimava o também general, Castelo Branco, como presidente para completar o mandato do deposto Jango.

Como um dos argumentos utilizados pelos golpistas foi o de livrar o Brasil do “perigo comunista”, precisamos aqui apontar a atuação do PCB nesse processo. Na doutrina etapista da revolução, adotada pelo partido, “lutar pelas reformas de base era principalmente acumular forças para desencadear, num futuro não muito longínquo, a revolução socialista” (PANDOLFI, 1994:74). Assim, a posse de Jango foi bem vista pela cúpula do PCB, mas a atuação do presidente, que ora acenava à esquerda, ora buscava conquistar a confiança dos setores mais conservadores, levou o partido a

colocar-se na oposição. Portanto, caberia aos comunistas radicalizar e acelerar o processo revolucionário, em especial a luta pela reforma agrária.

Porém, a poucos dias do Golpe, a aproximação entre o PCB e João Goulart tornara-se bastante estreita, a ponto de o partido considerar que o país vivia uma situação de crise revolucionária. Segundo Dulce Chaves Pandolfi, o Golpe surpreendeu os comunistas que logo foram desarticulados pela repressão militar (1994:81/82).

Nesse sentido, Boris Fausto argumenta:

Na realidade, João Goulart e a cúpula que o apoiava tinham uma visão equivocada do quadro político. Eles tomavam o que se passava nas esferas do poder como expressão do que se passava na sociedade. Acreditavam também que, em sua maioria, o Exército era partidário das reformas propostas pelo governo” (FAUSTO, 2006: 461).

Enfim, embora tenhamos forte simpatia pela análise de René Dreifuss, não podemos argumentar pela existência apenas do fator empresarial/civil no movimento golpista de 1964. Não há um fato apenas, mas sim um complexo ajuntamento de razões e interesses na deflagração do Golpe. Podemos afirmar que a cúpula golpista pode ser considerada conservadora, de direita e que o movimento serviu para a manutenção/consolidação dos seus interesses políticos e econômicos de classe.

2.2 – De Castelo Branco ao AI-5

Uma vez dado o golpe e consolidado o novo “bloco de poder”, passou-se à reorganização do Estado. Com a edição do AI-1, mais de uma centena de políticos tiveram seus direitos cassados, entre eles, João Goulart, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes. Era o início de uma “operação limpeza” que os golpistas instituíram. Segundo Carlos Fico, essa sanha persecutória “fundava-se, tão somente, no anseio de ‘eliminar o inimigo’, visto como subversivo interessado na implantação de uma ‘república sindicalista’ contrária aos ‘valores morais da democracia ocidental’” (2001: 37). Nas palavras de Boris Fausto: “tinham por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de

ação do Congresso” (2006: 466). O Ato também previa a realização de eleições presidenciais para outubro de 1965.

O primeiro general-presidente foi Humberto Castelo Branco, influente entre os golpistas e considerado o líder do denominado “grupo da Sorbone”, que reunia a elite intelectual dos militares, e estritamente ligado à Escola Superior de Guerra (ESG) (BARROS, 2004:21). A ESG, em parceria com o complexo IPES/IBAD, foi a formuladora da denominada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), posta em prática pelo Regime Civil-Militar. “Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” (ALVES, 1984:35). A partir dessa doutrina, o governo golpista civil-militar justificou os Atos Institucionais (AI), Inquéritos Policial-Militares (IPM) e a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), cujo primeiro diretor foi o General Golbery do Couto e Silva, “um dos mais poderosos homens dos bastidores do regime” (ALVES, 1984:73) e ligado ao “grupo da Sorbone”.

Segundo, ainda, a professora Maria Helena Moreira Alves,

Desde o início o SNI tem sido um eficiente órgão de coleta de informações e controle político (...) [sua missão é] “a promoção e consecução das tarefas de avaliação e integração da informação (...) para distribuir esta informação entre os vários setores do governo” (...) O chefe do SNI tem status de ministro de governos (...) O chefe do SNI pode ainda recorrer secretamente “aos serviços e a colaboração, pagos ou não, de civil, militares, funcionários públicos ou qualquer outra pessoa, para a consecução de missões específicas e especiais”. Os militares em função do SNI são considerados em “missão militar especial”, com correspondente merecimento. Os civis ali em serviço têm direito a um prêmio especial a ser fixado anualmente pelo Presidente da República (1984:73).

Para o Professor Carlos Fico, o Presidente Castelo Branco não pertencia à denominada “linha dura”, ou seja, não fazia parte do grupo de militares que viam, no autoritarismo, a melhor forma de se conduzir o país. “Seus atos indicavam que ele supunha ser possível governar dentro dos limites da lei, depois de afastados da vida pública alguns ‘elementos que a perturbavam’” (2001: 39). No entanto, a “linha dura” sobressaiu-se com a edição do AI-2 em outubro de 1965, que, entre outras medidas, impunha a eleição indireta para

presidente e a extinção dos partidos políticos (início do bipartidarismo), possibilidade de novas cassações e de intervenções no Congresso.

Com o bipartidarismo, passaram a existir, de um lado, a governista Aliança Renovadora Nacional (Arena) e, de outro, o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Assim, os políticos brasileiros tiveram que escolher entre os dois únicos partidos que estavam autorizados pelo governo Civil-Militar que “pretendia formar um grande partido, mediante a incorporação da UDN e de grande parte do PSD” (GRINBERG, 2009: 65). No entanto, ao analisar a filiação dos Deputados Federais, a migração não se deu de forma tão simplista: dos 95 deputados da UDN, 86 foram para a Arena; dos 121 deputados do PSD, 78 foram para a Arena; e dos 116 deputados do PTB, 38 foram para a Arena (GRINBERG, 2009: 69).

Para a eleição parlamentar de 1966, segundo tese de José Carlos Alcântara,

O MDB não teve condições de participar, em todos os lugares, das eleições de 15 de novembro desse ano, e sua campanha foi drasticamente inibida pelos atos de censura prévia. Outra questão grave para o MDB era a falta de credibilidade como partido de oposição. Nesse quadro desfavorável para o MDB, a ARENA saiu vitoriosa e a Constituição de 1967 foi aprovada, legalizando muitas medidas excepcionais decretadas nos atos institucionais e complementares. Com essas medidas, vai-se institucionalizando o modelo econômico constante da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (2004: 72).

Diante da anomalia partidária criada pelo governo, principalmente nos pequenos municípios, surgia um complicador: políticos que antes eram rivais oligárquicos estavam agora reunidos sob a mesma legenda governista. Mais uma vez nas palavras de José Alcântara:

O governo percebeu que seria impossível compatibilizar todos os interesses e divergências dentro de um único partido, ou seja, do seu partido. Então a engenharia política governamental idealizou e criou o estatuto da sublegenda, para conciliar todos os grupos dentro do seu partido. Surgem então ARENA I, II e III, e essas sublegendas reuniram arenistas procedentes dos diversos partidos extintos (2001: 255-256).

Tais sublegendas apenas apareciam em épocas eleitorais, para conciliar o lançamento de diversos candidatos do mesmo partido ao cargo executivo. Venceria o pleito o candidato da sublegenda cujo partido, somadas as sublegendas todas, tivesse mais votos. Esse formato facilitava a atuação da Arena, afinal, “entrar no partido de oposição, ou ser oposição ao governo militar, naquele momento, requeria uma boa dose de coragem” (ALCÂNTARA, 2001: 256).

O ano de 1966 marcou também a rearticulação da oposição fora do Congresso Nacional. Lançou-se o movimento Frente Ampla, pelo retorno à democracia; o movimento estudantil luta contra a sua extinção e em defesa da Universidade Pública, mas que acabou duramente reprimido pelo regime. Inclusive, o último comício desta Frente foi realizado na cidade de Maringá, em 1968. Além disso, setores mais progressistas da Igreja católica passaram a manifestar descontentamento com os rumos do governo.

Ao falar da atuação dos militares no período, não devemos acreditar que se tratava de um grupo homogêneo. Como já apontamos, havia certa divergência entre o “grupo da Sorbone”, que reunia intelectuais mais moderados, capitaneada por Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva, e a “linha dura” mais autoritária, capitaneada por Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Assim, o “grupo castelista” viu-se derrotado na sucessão presidencial, assumindo em 1967 o General-presidente Arthur da Costa e Silva, que, “golpista de primeira hora e anticomunista feroz, era também articulador hábil, que cativava a simpatia de boa parte do oficialato e recebia o apoio da maioria dos grupos da ‘linha dura’” (BARROS, 1994: 33).

O ano de 1968 foi marcante também para a história brasileira. Agitação cultural, estudantil, manifestações de massa, greves, guerrilha urbana e o crescimento da repressão por parte do governo e dos militares. São exemplos dessa agitação social: a Frente Ampla, liderada pelo ex-golpista Carlos Lacerda em crescimento; o movimento estudantil radicaliza-se, mas seus líderes foram presos em Ibiúna (MG) quando tentavam fazer um Congresso clandestino; passeatas que pediam o fim do Regime lotavam as ruas de algumas cidades; greves em Contagem (MG) e Osasco (SP) pararam parte da

produção industrial; a negativa por parte da Câmara à permissão de processar o Deputado Márcio Moreira Alves.

Diante de tais “ameaças à ordem”, surgiram grupos paramilitares de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (MAC). Além disso,

Os militares da “linha dura” e seus aliados tinham também grande interesse nas manifestações públicas e nos possíveis distúrbios capazes de assustar a população, pois percebiam a oportunidade para aumentar sua influência junto a Costa e Silva, na defesa da “segurança nacional” (BARROS, 1994: 39).

Assim é que, em 13 de dezembro de 1968 o Presidente Arthur da Costa e Silva mandou “às favas todos os escrúpulos de consciência”, nas palavras do então Ministro Jarbas Passarinho (BRUNELO, 2009: 14) e editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), considerado “o golpe dentro do golpe”, uma vez que dificultou em muito a luta institucional contra o regime instalado em 1964. O AI-5 não tinha vigência de prazo; permitia o fechamento indiscriminado do Congresso; possibilitava novas cassações; acabava com o recurso do *Habeas Corpus*, dentre outras medidas arbitrárias. Além disso, uma série de outros atos institucionais, suplementares e decretos foram promulgados nos meses seguintes.

Segundo Edgard Luiz de Barros,

Todos os setores da vida brasileira, sobretudo imprensa, criações artísticas e culturais, deveriam se submeter ao controle absoluto do governo, e as instituições civis não poderiam esboçar a menor crítica ao comportamento das autoridades. Restava, praticamente, uma única forma de oposição: a clandestinidade (BARROS, 1994: 42).

Ainda sobre a decretação do AI-5, a historiografia tem-se debatido na busca de uma resposta à seguinte pergunta: O Ato foi uma resposta do governo à crescente mobilização de massa, guerrilha de esquerda, etc. no ano de 1968? Para o Professor Carlos Fico, não. Segundo ele, os anseios punitivos do grupo mais radical em completar a “operação limpeza” fizeram com que o AI-5 viesse

Como decorrência do processo de maturação da linha dura, cada vez mais convencida de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão. Os episódios de radicalização política, especialmente os de 1968, foram utilizados como “prova” da necessidade de um sistema de segurança rigoroso, mas é claro que esta radicalização, em boa parte, foi fomentada pelos próprios radicais (FICO, 2001: 64).

Enfim, o Brasil entrava no ano de 1969, com um importante aparato de repressão política e ideológica institucionalizada por parte do governo. Tal fato permitiu todo tipo de atrocidades físicas, morais e políticas aos opositores e um grande sistema de informações foi utilizado para esse fim.

2.3- Repressão contra tudo e contra todos nos governos Costa e Silva e Médici

Entre a decretação do AI-5 e o fim do governo Médici em 1974 ocorreu o período de maior repressão aos opositores do Regime Civil-Militar. Segundo relatório do Projeto Brasil Nunca Mais,

Uma avalanche de repressão política contra opositores ao Regime Militar, que utilizou a defesa da Segurança Nacional como pretexto, como escudo e como ferramenta para impor autoritariamente a vontade política de pequena parcela da sociedade como se fosse a da Nação (2009: 164).

Essa repressão contava com um amplo aparato de coleta de informações que vinha sendo montado pelo Exército já há vários anos. Em trabalho de pesquisa do Professor Carlos Fico (2001), podemos observar de maneira detalhada como agiam os militares, muitas vezes com forte ajuda civil, na coleta de informações, bem como na execução de ações de repressão aos opositores.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) era o órgão central desse aparato de informações, que era o SISNI (Sistema Nacional de Informações), incluídos outros aparatos de espionagem e produção de informações. O chefe do Serviço tinha *status* de Ministro e estava diretamente ligado ao Presidente da República (FICO, 2001). Além disso,

O SISNI não era, obviamente, uma estrutura simplesmente voltada para o recolhimento de informações capazes de subsidiar a tomada de decisões das autoridades brasileiras. Era, antes de tudo, um sistema de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção. (...) Boa parte dos esforços dos órgãos de informações foi gasta na tentativa de demonstrar que a repressão era parte de uma guerra cuja iniciativa e piores atos cabiam ao inimigo (FICO, 2001:100-104).

Ou seja, conforme nos ensina Carlos Fico, o aparato de informações foi utilizado para justificar, ou até mesmo fabricar, a justificativa para a repressão aos opositores do Regime. Muitas vezes as “informações levantadas” não condiziam com a realidade e a repressão acabava por cometer excessos.

Conforme relatório do projeto Brasil Nunca Mais (2009), a repressão pode ser caracterizada como contra tudo e contra todos, pois eram investigados, pelo governo, tanto as organizações de esquerda como as militares, sindicais, estudantis, políticas, jornalísticas e religiosas. Um clima de medo pairava sobre a nação brasileira, onde qualquer cidadão poderia ser denunciado e investigado sob suspeita de subversão. Para os “presos políticos” o interrogatório sob tortura era frequente.

Uma vez que o objeto principal desta dissertação é a cassação de Halim Maaraoui, nos limitaremos aqui a comentar a repressão aos políticos. Segundo relatório do BNM, os processos contra políticos evidenciam a encenação montada pelo governo para aparentar a sobrevivência da democracia no Brasil, uma vez que,

Ultrapassando um só milímetro do limite de crítica que se permitia, limite variável conforme a conjuntura de cada fase, a punição caminhava rápida, seja na forma das centenas de cassações de mandatos (...) seja mediante processos judiciais contra os opositores (BNM, 2009:139).

Ou seja, o Regime Civil-Militar permitia certa participação política. No entanto, caso o político fizesse alguma crítica que incomodasse o governo, aquele poderia ser indiciado e ter os seus direitos políticos cassados sob a vaga acusação de tentar subverter a ordem. Dentre os 22 processos de cassação de políticos analisados pelo BNM, dois são de cidadãos que

supostamente haviam feito críticas ao governo durante uma campanha eleitoral. Um deles é justamente o de Halim Maaraoui (BNM 2009:141).

Nossa abordagem sobre os governos Militares interrompe-se no ano de 1974, fim do governo Médici, uma vez que o processo objeto desta dissertação tem a sua sentença final emitida um ano antes.

2.4- O Noroeste do Paraná sob vigilância

Ao contrário do que o senso comum e boa parte da bibliografia básica sobre o período têm difundido, a vigilância, repressão e violência perpetradas pelo Regime Civil-Militar não ocorreram apenas nos grandes centros urbanos do país. Também nos rincões mais afastados, a Ditadura mantinha-se atenta à mínima mobilização social, tentativa de organização popular, críticas ao governo, etc.

A particularidade do processo de (re)ocupação da região Norte/Noroeste do Estado do Paraná transformou-a em local de preocupação por parte do Regime. Nas palavras do Professor Ângelo Priori, isso se deveu ao “grande contingente populacional de emigrantes, de diversos estados do país, que aqui aportava” (PRIORI, 1999:157-158). Em outras palavras, nas décadas de 1950-1960, à região acorriam milhares de pessoas em busca do sonho de ficarem ricas com o plantio do café, sonho comum tanto aos proprietários rurais como aos trabalhadores braçais (meeiros, parceiros ou peões assalariados), ou seja, havia o processo de (re)ocupação das terras e expansão da fronteira agrícola com rápido crescimento demográfico, como já nos reportamos no capítulo anterior.

Tanto é assim que a Ação Popular (AP)¹², organização de esquerda que atuou na luta armada contra o Regime, definiu a cidade de Maringá e região como estratégicas para a luta. Segundo Reginaldo Dias, essa escolha recaiu sobre dois critérios:

Primeiro, Maringá era pólo de uma vasta região cujo perfil socioeconômico, na avaliação da AP, corroborava a estratégia

¹² Mais informações sobre a Ação Popular, no livro: “Sob o Signo da Revolução Brasileira: A experiência da Ação Popular no Paraná”, de Reginaldo Benedito Dias, publicado pela Eduem em 2003.

política centrada no campo. Segundo, havia tradição de luta no campo, sedimentada, na conjuntura anterior, pelo PCB. Enfim, apesar da instalação em um centro urbano, o objetivo era ramificar-se na zona rural e nas lutas aí localizadas (DIAS, 1999: 194).

A conjuntura a que Reginaldo Dias refere-se é a organização dos trabalhadores rurais da região, com vistas à formação de sindicatos. Desde 1954, militantes ligados à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) atuavam na região sob orientação do PCB. Dois anos depois, foi fundado na cidade o Sindicato dos Empregados Rurais de Maringá (PRIORI, 1999). Este sindicato atuava em vários municípios da região, com vistas à organização dos trabalhadores rurais, greves, bem como à impetração de ações na Justiça do Trabalho pela garantia dos direitos sociais. Ainda segundo a pesquisa do Professor Ângelo Priori, entre 1956-1964 foi registrado, nos municípios de Maringá e Nova Esperança, um total de 28 paralisações, principalmente na época da colheita do café, importante produto da região.

Essa situação de aparente conflito de classes gerou nos proprietários rurais os sentimentos de desconforto e medo diante dos problemas sociais. Aliados aos bispos católicos da região, essa classe articulou um movimento para combater os sindicatos. Para tanto, foram estabelecidas duas estratégias: “construir a imagem do movimento como sendo uma ‘ameaça comunista’; e promover uma forte campanha contra essa ‘ameaça’, articulando a Frente Agrária Paranaense [FAP]” (PRIORI, 1999: 161).

Em 1961, na cidade de Maringá, aconteceu o II Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná, com a presença do “célebre Francisco Julião, organizador das Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil, discípulo de Fidel Castro” (PRIORI, 1999: 162), segundo palavras de Dom Jaime Luiz Coelho, então bispo da cidade. Conforme um periódico religioso da época, sua presença tinha como objetivo “‘insultar os trabalhadores rurais e incitá-los à revolta’, além de difundir suas ‘idéias esquerdistas e comunistas’” (PRIORI, 1999: 173).

No Congresso, entre os vários assuntos discutidos, destacaram-se a questão da necessidade da Reforma Agrária e as denúncias dos crimes

praticados pelos fazendeiros e seus jagunços contra os trabalhadores. Essa atitude acelerou o lançamento da FAP, montada pela Igreja Católica a fim de desarticular o movimento sindical de influência comunista. Segundo Priori, os objetivos da FAP eram:

1. Formação de líderes sindicais rurais; 2. Criação de sindicatos de orientação cristã; 3. Criação de cooperativas para pequenos proprietários rurais; 4. Assistência educacional, religiosa e moral; 5. Assistência médico-hospitalar ao trabalhador rural, entre outros pontos. (...) Na realidade, a FAP tinha como finalidade principal o entendimento entre patrões e trabalhadores rurais (PRIORI, 1999: 164-165).

Fica evidente a configuração classista na FAP na medida em que os fazendeiros e políticos da região “destinavam grandes quantias em dinheiro para a organização” (PRIORI, 1999: 165). Além disso, esses proprietários estimulavam seus empregados a aderirem à instituição, enfraquecendo os sindicatos de orientação comunista.

Toda essa agitação ocorreu antes mesmo do Golpe Civil-Militar de 1964, mas nos permite perceber a turbulência social que a região Noroeste do Estado do Paraná possuía à época. Aqui já estavam presentes os elementos do “anti-comunismo” que seria o argumento oficial para cassações, prisões e sequestros ocorridos na região durante a Ditadura.

Uma vez desferido o Golpe de 1964, essa organização sindicalista então existente não resistiu à “caça às bruxas” e acabou desarticulada e a Ditadura abriu o IPM da zona Norte do Paraná naquele mesmo ano. No final do ano de 1967, a Ação Popular deslocou o advogado Edésio Passos para a cidade de Maringá a fim de participar da organização dos trabalhadores, cuja atuação estava dividida em três níveis:

O primeiro, definido como principal, era o campo aberto da atuação profissional e sindical. O segundo, de dimensões organizativas, era a constituição de sindicatos e entidades estudantis. O terceiro, mais difícil porque clandestino, era a organização da AP, tarefa para a qual buscava arregimentar operários, camponeses e estudantes (DIAS, 2003:160).

Apesar de, segundo análise da AP, a cidade e região constituírem-se em terreno propício à organização, as condições de trabalho eram muito precárias. Por isso, a ação acabou centrada em algumas categorias específicas: motoristas, bancários e operários da construção civil. Edésio Passos foi com o tempo conseguindo influenciar algumas dessas categorias.

O ápice da atuação da AP na cidade foi a tentativa de deflagração de uma greve geral para o dia 1º de outubro de 1968. Apesar de o resultado não ter sido o esperado pela organização do movimento, o fato é que a cidade de Maringá, segundo análise de Reginaldo Dias, “viveu estes primeiros dias de outubro de 1968 sob o signo da greve geral” (DIAS, 2003: 176). Mais esse acontecimento mostra a agitação política da cidade, bem como a necessidade, por parte da Ditadura, em manter os olhos bem abertos para a região.

No ano de 1975, ocorreu a maior operação militar no Estado do Paraná. A denominada Operação Marumbi¹³ prendeu mais de 100 pessoas em 12 cidades do Estado, das quais 65 foram indiciadas pela justiça. Entre as cidades de origem dos presos, podemos destacar as da região Norte/Noroeste, como Maringá, Londrina, Cianorte, Mandaguari e Paranavaí. Segundo Leandro Brunelo, oficialmente essa operação tinha por objetivos “perseguir e prender os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que eram acusados de rearticular as bases do partido no Paraná” (BRUNELO, 2009:20).

Apesar disso, segundo a análise do autor, a Operação Marumbi tinha também o “propósito de envolver o MDB num esquema que o prejudicasse politicamente” (BRUNELO, 2009: 139). Fato é que esse IPM findou-se no ano de 1977 com 17 presos condenados e os demais absolvidos.

Dentre os presos pela Operação Marumbi, estava Celestino Jacinto Gomes, residente em Cianorte, cidade planejada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) e entrevistado para o Projeto Memória no ano de 2004 pela estudante Viviane Piovesan. Nas falas desse ex-perseguido político que havia migrado para a região no ano de 1958 e que se estabeleceu como pequeno comerciante, podemos observar algumas

¹³ Mais informações podem ser obtidas na dissertação de mestrado defendida por Leandro Brunelo, junto ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, no ano de 2006, intitulada “Repressão política na Terra das Araucárias: a operação Marumbi em 1975 no Paraná”.

características que também estão presentes no objeto principal desta pesquisa, ou seja, o caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR.

Nas eleições municipais de 1963, Celestino foi candidato a vereador pelo PTB e obteve exatos 54 votos¹⁴, o que não foi suficiente para o ingresso no cargo. Segundo suas memórias, apesar de não ser socialista,

Eu criticava a Melhoramentos em virtude dela estar explorando o povo, esperando o povo construir em seus terrenos e guardando os seus para valorizar às custas do trabalho do povo. Ela especulava em cima daqueles terrenos que ainda tinha pra vender. Então eu a critiquei nesse ponto aí.

Pelo que percebemos, Celestino Gomes teria feito em sua campanha eleitoral uma crítica à especulação imobiliária da Companhia na cidade. Como já nos referimos no capítulo anterior, desde a emancipação política dos municípios da região, o público e o privado confundem-se. No caso de Cianorte é de questionarmos se a Companhia, detentora do maior número de terrenos na cidade, pagava os devidos impostos urbanos ao município.

Após o Golpe Civil-Militar, Celestino Gomes afirma que passou a ser perseguido pelo que ele mesmo denomina de “coronéis da política da cidade”, dentre eles, o prefeito eleito no ano anterior. Segundo suas palavras, “eles, como tinham o mando político nas mãos, então foram me perseguindo. Eu tive que deixar a cidade. Eu fiquei de 1964 até meados de 1967 em São Paulo”. Infelizmente, a entrevistadora à época parece não ter percebido a possibilidade de pesquisa que lhe apresentava e não explorou/investigou o caso mais a fundo, como, por exemplo, para saber se na capital paulista esse senhor mantivera algum contato político-partidário.

O entrevistado ainda relata que foi preso no ano de 1972, na cidade de Cianorte, juntamente com outras 13 pessoas. Levados para a delegacia de Londrina, ficaram oito dias detidos e em seguida foram liberados. No retorno à cidade, relembra: “chegamos aqui, parecia que o mundo ia desabar, parecia que era um demônio que chegou na cidade. Todo mundo ficava de olho na gente: - ‘olha lá aquele comunista’”. Posteriormente, mais uma prisão, agora

¹⁴ Fonte: site do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná: <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/antiores/resultados/19631006A75051.pdf>

no ano de 1975, pela Operação Marumbi, explicada acima, mas que resultou em sua absolvição.

O caso Celestino Jacinto Gomes nos deixa a impressão de uma típica perseguição política, perpetrada pela elite local contra uma pessoa que poderia ser uma ameaça aos seus interesses. Valendo-se do “mando político” e de contatos classistas, essa elite local não mediu esforços para manter o seu controle regional na cidade de Cianorte.

2.5- Considerações Finais

Como deixamos implícito acima, coadunamos com a interpretação de que o Golpe que depôs João Goulart em 1964 não foi apenas militar, mas sim, contou com forte participação de setores da sociedade civil organizada, que buscavam garantir seus interesses. Uma vez instados no poder, todo um aparato legal (Atos Institucionais) e ilegal (tortura, assassinatos) foi montado para reprimir e extirpar da vida pública aqueles que tecessem críticas ao Governo Federal ou aos demais membros da classe que sustentava a Ditadura.

Essa repressão não acontecia apenas nos grandes centros urbanos. No Norte do Paraná, por exemplo, a Ditadura se manteve atenta às atuações de grupos que poderiam tentar “subverter a ordem”. No entanto, como vimos no exemplo da cidade de Cianorte, grupos locais se aproveitaram das ligações políticas e econômicas que mantinham em Curitiba e Brasília, para perseguir adversários políticos.

Em Nova Londrina, segundo a memória dos entrevistados, apesar dos elementos, aparentemente postos, para a agitação social e a atuação do movimento esquerdista, quase não se falava em comunismo e o Golpe Civil-Militar de 1964 teve pouca ou nenhuma repercussão. O principal motivo para isso talvez fosse a dificuldade para se chegar à Nova Londrina, pois, como vimos, a locomoção até a cidade era precária. Além disso, na memória de Odete Colla,

A comunicação aqui, na época, era pouca. Era um alto-falante que punha ali no coreto, para o povo, duas vezes por dia, alguma notícia. Rádio pegava muito mal. Meu marido pegava a Rádio Guaíba, de

Porto Alegre, que era a mais potente da época. Mas era pouca gente, e nós nem tomávamos conhecimento.

Em suma, a população estava mesmo interessada nos rumos de seu trabalho, lavoura e política local. Se havia alguém com ideais comunistas, este não se manifestava ou mesmo tentava qualquer tipo de mobilização. Em Nova Londrina, a agitação comunista, argumento para o golpe Civil-Militar de 1964, não existia.

3- O processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui

Neste terceiro capítulo, trabalhamos a disputa eleitoral em que Halim Maaraoui saiu vencedor no ano de 1968. Buscamos enfatizar a forte divisão existente na cidade entre os eleitores dos dois candidatos e as primeiras denúncias feitas pelos opositores de Halim ao Exército. Ao final, apresentamos a sua cassação sumária e os dias de apreensão vividos em Nova Londrina nos primeiros meses de 1969.

3.1- A disputa eleitoral e vitória de Halim

No item 1.5 do primeiro capítulo, apresentamos a história político-eleitoral de Nova Londrina até o ano de 1968. Agora, precisamos centrar a nossa análise sobre o processo eleitoral que culminou com a vitória de Halim Maaraoui, uma vez que

A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião (RÉMOND, 2003a:49).

Como já nos referimos no item 2.2 do segundo capítulo, o instituto do bipartidarismo, nos pequenos municípios, acabou por colocar adversários locais na mesma legenda. Assim, em época eleitoral surgiam as sublegendas, para propiciar a disputa entre os líderes partidários.

No ano de 1968, a cidade de Nova Londrina se encontrava às vésperas de mais uma eleição municipal. Assim, concorreram naquele ano o candidato da situação e vice-prefeito à época, Darcy Victorio Molin, dono de uma serraria, que tinha como vice Akira Kamitami, presidente da Cooperativa Agrária local, pela Arena 1, contra o candidato oposicionista, Halim Maaraoui, pequeno comerciante, que tinha como vice o cartorário Oscar Tomazoni, pela Arena 2.

Ao investigarmos a memória dos novalondrinenses que presenciaram aquela disputa política, concluimos que todos são unânimes em afirmar que a

campanha foi a mais concorrida da história da cidade. Para Oscar Tomazoni, “nunca mais vai ter uma campanha tão disputada, tão apaixonada como aquela”; nas memórias de Ítalo Calligher, “foi terrível (...) uma guerrilha”. O próprio candidato a vice, Oscar Tomazoni, recorda-se de alguns acontecimentos tensos daquela campanha:

Era apaixonante. Tinha que segurar o povo, em volta do comício. Assim, nós fazíamos comício no sábado à noite e domingo e na volta, no comitê nosso, a gente fazia o encerramento ali e tava sempre cheio de gente e às vezes tava fazendo um comício ali e vinha uma carreata deles. Nosso pessoal uma vez balançou o veículo do Darcy e queria tombar o veículo, nós no microfone “_ Gente, pelo amor de Deus”. (...) “_ Não façam isso” e tal. Era uma loucura. Era fanatismo mesmo. Eu nunca vi um negócio igual (...), nunca mais vi, em lugar nenhum, tamanho o apego, uns para um candidato, uns para o outro, era dos dois lados. Era para o que desse e viesse.

Como se não bastasse, José Crispim, popular Zézito, ao rememorar seus tempos de professor, afirma que “das que eu vi até hoje na minha vida, eu acredito que tenha sido a mais acirrada de todas elas, (...) esta campanha atingiu, inclusive, esse acirramento, esta briga, a rixa atingiu inclusive os adolescentes”, seus alunos no colégio, filhos dos candidatos, etc. E qual o motivo de tanto acirramento para ser comparada até mesmo com uma guerrilha?

A pequena cidade de Nova Londrina ficou dividida. De um lado, o “candidato oficial”, representando os donos da Imobiliária, a prefeitura, a Cooperativa, e os principais donos de terras, os sulistas, genericamente denominados de “gaúchos”, Darcy Molin, e, de outro, o candidato que pretensamente representaria os trabalhadores da roça e os moradores da periferia, Halim Maaraoui. Odete Colla se recorda de que “toda a elite de Nova Londrina, os mais assim, estavam tudo com o outro candidato”. Essa tentativa de discurso por parte do candidato Halim, direcionada à classe subalterna novalondrinense, fica clara na memória do Professor Zézito ao afirmar que um de seus *slogans* de campanha era a frase ““Cesse tudo o que a antiga musa canta, porque novos valores se alevantam””, belíssimo e sugestivo verso de Luís de Camões. Já nas recordações do então candidato a vice, Oscar Tomazoni:

Nós intitulamos a nossa campanha como “tostão contra o milhão”. Nós não tínhamos recursos financeiros e a cooperativa, tudo estava a favor do Darcy, a prefeitura, (...) então nosso negócio era esse, campanha do “tostão contra o milhão”, e a gente foi trabalhando na periferia, na zona rural tinha muita gente naquele tempo.

Na memória de João Fragoso, o candidato Halim Maaraoui se intitulava o “pai dos pobres”. Parece-nos uma campanha política típica do interior, em que os detentores do grande capital local entram “de cabeça” na disputa, em favor de seu candidato preferencial e resta ao adversário apenas a tentativa de se apegar a um *slogan* “populista” e fazer a campanha de porta em porta, de pé no chão, mesmo que talvez não compartilhe desse ideal ou então não planeje grandes “revoluções”. Como exemplo, o próprio Oscar Tomazoni se recorda de que “eles faziam carreata, carros, jipes e tal, nós fizemos uma carroçada e todo o pessoal da roça participou com a carrocinha deles em toda a cidade, tinha mais de 300 carroças. Mais carroças na nossa do que veículo na deles”, para ao final concluir que a disputa era mesmo “apaixonante”.

Uma disputa tão apaixonante só poderia, após o resultado, gerar reações também apaixonadas. Enquanto os eleitores do candidato vencedor acorriam para as ruas comemorar, o grupo derrotado nas urnas já se organizava com vistas à cassação de seu mandato. Nas memórias do vice-prefeito eleito naquele pleito, a vitória foi “absurdamente humilhante”. Observando os números, não deixa de ser mesmo, pois em um ambiente de pouco mais de 3.000 eleitores, vencer o “candidato oficial”, que contava com os maiores apoios, por uma diferença de cerca de 600 votos, ou com uma porcentagem de quase 20 do eleitorado, parece absurdo. Halim obteve o total de 1.965 votos, foi devidamente diplomado e empossado no cargo no dia 31/01/1969, enquanto Darcy ficou com 1.349 e os votos brancos e nulos somaram 52 votos.

Para a Câmara de Vereadores, foram eleitos os seguintes nomes: pela Arena, Moacyr Gonçalves Ponce (401 votos); Manoel Bono Rodrigues (290 votos); Ary João Dresch (240 votos), falecido antes da posse, tendo assumido o suplente Antonio Arthur Calefe; Teiki Tina (220 votos); Sady Paviani (181 votos); Alonso Canhetti Postigo (167 votos); Licério Moreira da Silva (167

votos); e Arthur Ribeiro da Silva (159 votos); pelo MDB, foi eleito Avelino Antonio Colla (159 votos).

3.2- Denúncias contra Halim no Exército e sua cassação sumária

Rememora o Professor Zézito: “quem perdeu, geralmente perder é muito ruim, não ficou contente, lógico. Houve uma campanha para desestabilizá-lo”. Essa campanha, segundo os entrevistados, aconteceu de várias maneiras, fosse por conversas de boca de rua até acusações de o eleito ser comunista. Tudo organizado pelo grupo perdedor, que talvez, do alto de sua opulência, jamais esperava por esse resultado eleitoral uma vez que estavam no poder local desde o início do processo de “colonização”. Nas memórias de Oscar Tomazoni, poucos dias depois: “eles deram entrada em Guaíra [Estado do Paraná], numa unidade do Exército (...), do pedido de cassação nossa”. O mesmo Oscar Tomazoni se recorda das acusações feitas contra o eleito Halim:

olha as acusações que continham essa denúncia: Diz (...) que nós instigamos a população a não pagar tributos municipais, estaduais e federais; que nós estávamos criticando o modo de educação do governo federal, e a terceira que nós tínhamos hasteado a bandeira do Líbano no dia da posse, coisa que nem bandeira do Líbano tinha lá. Outra acusação, que nós dizíamos o seguinte: nós instigamos os empregados da lavoura, os porcenteiros, os empreiteiros a não pagar a renda porque nós prometemos que íamos dar terra para eles. Não se falava de reforma agrária nem no Brasil, o primeiro lugar foi em Nova Londrina. Então, disseram que nós estávamos instigando os empregados a se rebelarem contra os patrões para tomar o que era dos patrões. As quatro acusações foram lá e foram suficientes para cassar o Halim.

Ainda na memória dos entrevistados, havia um fato para legitimar a denúncia e a cassação. Ítalo Calligher se recorda de que houve a cassação porque “encontraram vários protestos dele, de onde ele veio. Homem protestado não tem como ter moral. Foi uma das razões dele ser cassado foi essa”. Ondina Giacobbo se recorda de que “foram vasculhar a vida do candidato”. Ainda Ítalo Calligher afirma que “o Halim, no meu ponto de ver, era muito agressivo, muito vingativo, muito contra os bons da boca (...) Então colocou todo o povão contra. Quem elegeu o prefeito foi o povão”. Já durante

a campanha, Jair Rezende se recorda de que “saiu uma conversa que o Halim dava 50 m de corte de pano para quem juntasse 200 eleitores pra ele. (...) E ele tinha uma loja enorme (...) Mas aquilo foi tudo mentira, forjaram aquilo já pra poder prejudicar a eleição”. Ao mesmo tempo, se recorda sobre o candidato adversário:

o Darcy cansou de dar casa pra nego. (...) o cara tinha o terreno, então ia na serraria dele, ele mandava caminhão de madeira para o cara fazer a casa, votar nele e arrumar eleitor pra ele. Teve eleitor que nem votava aqui, na época, e ele arranjou jeito do eleitor votar aqui.

Realmente a disputa política foi das mais conturbadas. Podemos perceber que a tão conhecida “compra de votos”, ou pelo menos as “acusações de compras de votos”, não é prática nova na política interiorana.

Agora fica a indagação acerca de quem teria organizado essa acusação ou mesmo vasculhado o passado do prefeito eleito, Halim Maaraoui. Na memória de João Fragoso, em Nova Londrina, “existia uma pessoa que informava a denominada revolução¹⁵, da pessoa que falou mal, da pessoa que disse, que não disse (...) E esta informação levou à cassação do Halim”. Infelizmente, o mesmo entrevistado disse não se recordar do nome desse “informante”, ou então, fez questão de não revelá-lo. No entanto, outros depoimentos são significativos no sentido de nos deixar claro que a cassação de Halim Maaraoui foi organizada pelo grupo político-econômico derrotado nas urnas.

Os entrevistados, algumas vezes tentando ser polidos em suas respostas, deixam nas entrelinhas algumas conclusões e ao mesmo tempo indícios interessantes para novas pesquisas. Ítalo Calligher se recorda de que “um fundador da cooperativa daqui começou a procurar onde ele morava e encontrou”, enquanto Ondina Giacobbo, ressabiada, responde que não sabe, mas ouviu falar “que foi o outro partido né, o contrário. Bom, eu sei que quem... não vou falar essas coisas aí porque me compromete”. Enquanto isso, Jair Rezende se recorda de que essa organização para cassar Halim, a “lista

¹⁵ Por “chamada revolução” entendemos que o entrevistado está se referindo ao Golpe Civil-Militar de 1964, que, para alguns setores da época, era legitimado como uma revolução para salvar o Brasil do “perigo comunista”.

saiu da parte dos gaúchos (...) pra poder vim a cassação”. Já o Vice-prefeito Oscar Tomazoni lembra-se de ter sido o então prefeito, Olivier Grendene, quem assinara a acusação contra Halim, mas faz uma ressalva: “acho que na inocência até, porque tinha um coração muito bom”. Para concluir que quem organizara documentalmente “foi o Dr. Alonso Canhetti Postigo. Ele é que era a cabeça pensante da trama toda”. Mais que isso, o Senhor Jair Rezende, ao ser perguntado sobre o provável motivo para que seus adversários procurassem cassar Halim, assim respondeu:

Fizeram isso com ele porque era turco. E eles não queriam que o Halim ganhasse a eleição. Então queria que o Darcy ganhasse. O Darcy era gaúcho, da banda gauchada, porque a gauchada, já naquela época, queria mandar em Nova Londrina, eles queriam ter o poder da cidade, porque na cidade a autoridade era fraca.

Diante das memórias acima, fomos procurar, nas fontes documentais, Processo nº 533/70, aberto no dia 12 de maio de 1970 perante a Justiça Militar, os elementos capazes de elucidar as dúvidas levantadas.

Pela Comissão de Investigação Sumária do Exército (CISEX), foi aberto em 24 de março de 1969, na cidade do Rio de Janeiro, inquérito de número 269/69, contra o indiciado Halim Maaraoui. Essa investigação sumária, pois não houve nenhuma possibilidade de defesa por parte do acusado, foi fundamental para a cassação do mesmo, uma vez que os documentos que serviram de provas vinham tão somente de seus adversários políticos locais.

Em documento confidencial e secreto emitido pelo SNI, a primeira referência que encontramos data de 26/07/1968 e afirma que o prontuariado Halim concorreria às eleições municipais daquele ano. Além disso, há a informação acerca do nome do seu vice, a inscrição na sublegenda da Arena, bem como que o mesmo teria o apoio do Deputado Wilson Fortes. Infelizmente, não conseguimos obter a fonte de tal informação levantada pelo Exército.

Em data de 6 de outubro daquele ano eleitoral de 1968, o então prefeito de Nova Londrina, Olivier Grendene, adversário político de Halim Maaraoui, escreveu um ofício de quatro páginas, endereçado ao Tenente Abel Braga da 5ª Zona Aérea em Curitiba. No documento, escrito em plena campanha

eleitoral, em que o então Vice-prefeito Darcy Molin concorria, Grendene fez uma série de acusações a Halim. Pela importância do documento, preferimos transcrevê-lo aqui na íntegra, com os grifos do original:

Prezado Senhor:

Dada a minha condição de Prefeito deste município cumpre-me o dever de no quantun permitir os meus direitos, atinentes ao cargo que exerço, preservar a tranquilidade da família, o poder constituído, de molde a não permitir a infiltração de elementos subversivos nos cargos administrativos.

Ocorre que este Município está incluído entre os que terão eleições para Prefeito Municipal, no dia 15 de novembro próximo e, concorrendo ao cargo estão dois homens, ambos pela legenda da ARENA, sendo Darcy Vitório Molin pelas duas primeiras sub-legendas e Halim Maraui, pela sub-legenda do executivo.

Entretanto, Halim Maraui, é pessoa nascida no Líbano, donde veio quando contava vinte e um anos e lá exercia as funções de tecelão, tendo que abandonar aquele país por ser chefe paredista¹⁶.

Após alguns tempos no Brasil, estabeleceu-se na cidade de Cornélio Procopio e, por volta do ano de 1953, naquela cidade, foi condenado ao cumprimento de pena de detenção de um ano e nove meses, pela prática de crime de falsificação de duplicata e segundo ao que consta, por crime falimentar. Em liberdade com “sursis”, veio para esta cidade, passando a exercer a atividade política e com esta a de logista. Com as suas influências e numa época felizmente já distante, conseguiu naturalizar-se brasileiro e passou a candidatar-se a cargos eletivos. Com a nova constituição permitindo a candidatura de naturalizados, sentiu-se com mais estímulo e agora pleiteia eleger-se no dia 15 de novembro.

Reveste-se de extrema gravidade a forma pela qual desenvolve a sua campanha eleitoral. É de tal a gravidade e resta a subversão, como passo, com o devido respeito a v. Excia., a narrar:

1- em seus comícios que se realizam nos sítios e fazendas do município e muitas vezes fora dele, prega a necessidade de estar o empregado contra o patrão, prometendo tomar as terras dos proprietários e subdividir sítio e fazendas de seus adversários, em pequenos lotes e entregar aos empregados, gratuitamente;

2- compromete-se, em troca de voto, a dar emprego na Prefeitura Municipal, num número que ultrapassa os limites do próprio absurdo;

3- A doutrinação de empregados chega mesmo a atingir os próprios empregados do Município que, a seu mando, chegam a desacatar o próprio Prefeito, em plena via pública;

4- Fez, para ludibriar a opinião pública, distribuição de cadernos, livros, leite, açúcar e óleo, aos seus possíveis eleitores, bens estes, que pertencem ao Estado e que são por ele obtidos com timbre da FUNDEPAR e outras repartições públicas, por meios que são desconhecidos, mas desviados de suas finalidades;

¹⁶ Grevista.

5- Em nome de terceiros e utilizando-se de seus conhecimentos e amizades, por várias vezes tem “grilado” terras de pessoas que a possuem de longa data;

6- Instiga a população a não proceder ao pagamento dos impostos, taxas e outras contribuições, êle próprio não o fazendo, para constituir-se em exemplo para os demais;

7- De longo tempo, até esta parte, toma dinheiro do povo humilde e desavisado, para expedir carteiras de identidade e de motorista, cobrando as primeiras NCr\$ 30,00 a NCr\$ 50,00 e pelas últimas até NCr\$120,00 e, quando alguns reclamam, afirma que a diferença dá aos funcionários que atendem êsses serviços, como que não é verdade, já que a diferença reverte-se em seu próprio benefício, enquanto fere a dignidade dos funcionários do Estado que executam êsses serviços;

8- Ferindo a lei federal, na noite do dia 6 de setembro, determinou que as ruas da cidade fôssem pixadas com seu nome, a fim de aproveitar-se da grande afluência popular no desfile do dia 7 de setembro. Na manhã do dia 7 de setembro, quando era iniciado o desfile, n’uma distância de uma quadra à frente da BANDEIRA NACIONAL, uma veículo com um alto-falante, fazendo propaganda eleitoral em verdadeiro desrespeito à lei e ao nosso sentimento de brasileiros, que não podemos admitir o ultraje a nossa, em qualquer época, menos, na DATA MÁXIMA DE NOSSA NACIONALIDADE;

9- Os Poderes Legislativo e Executivo, bem como, o Judiciário estão feridos ao máximo. Quanto a mim, que exerço a profissão de médico, chego a ser taxado em público de “charlatão” e que comprei o meu diploma, tudo no sentido de subverter, jogando o povo contra o poder constituído;

10- Visando aumentar o seu eleitorado, obteve vários blocos de atestados assinados em branco pelo delegado local “Ten. PINHEIRO ASSIS CORDEIRO”, que é obrigado a curvar-se diante das vontades do referido Halim Maraui, os quais foram preenchidos falsamente, sendo eleitores de outros municípios, transferidos para Nova Londrina. Nesse mister chegou a aumentar a idade de menores, falsificando certidões de nascimento para poder qualificar-lhes como eleitores;

11- Nos enche de preocupação o fato de não possuir o referido cidadão, profissão definida e nem fonte de renda conhecida e, seus gastos pessoais e com a família serem elevados, o que nos leva a indagar, sem resposta, donde provém os meios de sua subsistência;

12- Como a polícia local lhe está na prática subordinada, está fazendo, em seu favor, campanha política, coagindo pessoas com possíveis influências eleitorais a trabalhar na política, sob pena de serem prêsos e, como não dão motivo para prisão, há elementos que passam a fazes provocações para que surja uma reação e fiquem as prisões justificadas. [ilegível].

Tais, prezado senhor, são alguns dos fatos que ocorrem neste Município, que nos deixam preocupados e que foi motivo de serem requeridas Forças Federais para garantir o livre exercício de voto e respeito à Lei Eleitoral.

Isto pôsto e certo de estar cumprindo com a missão o dever não só de Prefeito como também de chefe de família e acima de tudo de brasileiro, espero dessa Nobre Autoridade sejam tomadas as

providências que o caso requer, evitando-se que a subversão continue crescendo entre nós.

Sendo o que se me oferecia de momento, e certo de que V. Sa. Não desamparárã nòs Município, antecipo os meus agradecimentos e colho o ensejo para representar-lhe os protestos de minha mais alta estima e distinta consideração.

Cordialmente

Dr. Olivier Grendene

Prefeito Municipal.

Tal correspondência de Olivier Grendene serviu de fonte para que o SNI colocasse mais informações na ficha confidencial de Halim Maaraoui. Em tal ficha, consta a informação do pedido feito pelo comandante da 5ª Companhia de Fronteira ao Juiz Eleitoral de Nova Londrina, para que, diante das acusações de transferência irregular de eleitores, tomem-se as devidas providências criminais e eleitorais. Em seguida, na ficha de Halim e também a pedido do comandante do Exército, há duas certidões do Cartório de Protestos de Assaí-PR, de duplicatas contra o prontuariado.

Como argumentamos acima, na entrevista que fizemos com João Fragoso, o mesmo afirma que, em Nova Londrina, parecia haver uma espécie de informante da Ditadura Civil-Militar. Na ficha do SNI encontramos a comprovação dessa suspeita. Trata-se de Leonardo Spadini, natural da cidade de Garibaldi-RS, principal líder e incentivador da fundação da Cooperativa local no ano de 1962 e, à época dos fatos, seu gerente¹⁷.

Diz a ficha em carta remetida ao Presidente da República por “Leonardo Spadini, funcionário do SNI em Nova Londrina”, as seguintes informações abaixo transcritas na íntegra e com os grifos do original:

Durante os últimos quatro anos (após derrotado à Prefeito em 15 de novembro de 1964), empenhou-se a fundo junto aos contribuintes municipais para que não pagassem impostos, taxas, asfaltos, água, luz, etc. Nesses quatro anos nada mais fêz senão preocupar-se na subversão de valores e aproveitando a situação precaríssima dos trabalhadores, tanto da lavoura como da indústria e comércio, convenceu a todos, inclusive aos pequenos sitiantes que os culpados de sua miserabilidade eram os patrões, os sugadores do seu suor, e especialmente a Diretoria da COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA. Aos Diretores da Cooperativa, em palanque de público, nos comícios, chamou de

¹⁷ Mais informações sobre a Cooperativa COPAGRA podem ser obtidas em seu sítio na Internet: www.copagranl.com.br

“EXPLORADORES, COMUNISTAS E DITADORES”. Quanto a difamação, os Diretores da COPAGRA, endereçaram carta ao senhor HALIM sobre o fato. Durante quatro anos fez promessas a todos os sofredores, que se eleito daria maternidade, hospitais, casa de misericórdia, ambulatório, remédios, emprêgos, terras e casas. Seu slogan durante quatro anos foi “O PAI DOS POBRES TRAVA A CAMPANHA DO TOSTÃO CONTRA UM MILHÃO”. Convenceu também quase a totalidade do professorado, prometendo a todos direção, etc. O professorado convencido, convenceu seus alunos a apoiar a campanha dos pobres contra os ricos. Através de ANÍBAL KHURY – homem forte do Paraná – conseguiu trazer para Nova Londrina, policiais e delegados que deram-lhe ampla cobertura. Inclusive na manhã de 15 de novembro último, dia da eleição, desde das 06:00 horas todas as entradas da cidade estavam guardadas por um policial fardado e armado, impondo normas ao eleitorado que não fôsse deles, que fôsse do outro candidato da ARENA. Que dezenas de certidões de nascimento foram adulteradas a fim de aumentar o número de eleitores para o Sr. Halim.

Mais que isso, em outra carta endereçada ao Presidente da República, “o senhor LEONARDO SPADINI, informante autorizado do SNI”, conforme qualificação feita pelo mesmo no documento, acusava o político Aníbal Khury de, antes das eleições, ter ido para a cidade de Nova Londrina e distribuído dinheiro para os líderes religiosos. Para o pároco católico teriam sido entregues, em mãos, NCr\$ 1.000,00 e para os quatro pastores evangélicos da cidade, NCr\$ 500,00 cada um. Segundo o informante ainda, esse dinheiro seria verba pública desviada pelo político e, ao final, deixa a pergunta: “PORQUE TANTO INTERÊSSE EM ELEGER UM ESTRANGEIRO?”.

Como nos referimos anteriormente, Halim é de origem libanesa e naturalizado brasileiro, o que para o contexto de Guerra Fria poderia soar como ato subversivo e passivo de preocupação. No entanto, o Presidente da Cooperativa que foi fundada pelo próprio Spadini e então candidato a vice-prefeito pelo grupo da “elite pioneira” era o senhor Akira Kamitami, nascido no Japão e também naturalizado brasileiro.

Assim, ficamos com a impressão de que o termo “estrangeiro”, usado contra Halim, tem muito mais uma conotação de não pertencimento à “elite pioneira”, do que propriamente do sentido original, de imigrante. No imaginário da elite local, é estrangeiro o sujeito que não pertence ao seu grupo social, econômico e cultural e que, portanto, não partilha do sentimento patrimonialista já enraizado em suas consciências.

O estudo feito por Norbert Elias em uma pequena localidade na região central da Inglaterra pode nos ajudar a melhor compreender esse sentimento por parte da “elite pioneira”. No livro “Os estabelecidos e os Outsiders”, Elias (2000) observa que os moradores mais antigos de um bairro em Winston Parva¹⁸ se viam como superiores aos moradores recém-chegados. Os primeiros, estabelecidos, estigmatizavam e repeliam os segundos, *outsiders*. Nas palavras do autor, esse sentimento, por parte dos “estabelecidos”,

Baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam havia duas ou três gerações, em contraste com os recém-chegados, que eram estranhos não apenas para os antigos residentes, como também entre si. Era graças a seu maior potencial de coesão, assim como à ativação deste pelo controle social, que os antigos residentes conseguiam reservar para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais, como o conselho, a escola ou o clube, e deles excluir firmemente os moradores da outra área (ELIAS, 2000:22).

No caso de Nova Londrina, conforme comentamos acima, a “elite pioneira” local provinha essencialmente da região Sul do país e via na nascente localidade uma extensão familiar. A repulsa ao *outsider* ou “estrangeiro”, como argumenta Norbert Elias, provavelmente se dava pois “o afluxo de recém-chegados a seu bairro era sentido como uma ameaça a seu estilo de vida já estabelecido” (2000:25).

Diante das acusações dos opositores de Halim, o Governo Ditatorial Civil-Militar, em decisão publicada no Diário Oficial de 30 de abril de 1969, cassou, por dez anos, os direitos políticos do indiciado. O dispositivo legal é o do artigo 4º do Ato Institucional nº 5, que dizia:

“Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Aos olhos da democracia atual, uma investigação sumária, por si só, já pode parecer absurda. No entanto, no presente caso, há ainda o absurdo de

¹⁸ Nome fictício.

que a cassação de Halim ocorreu antes mesmo do fim da investigação pelo CISEX.

O Relator da investigação, General Sylvio Couto Coelho da Frota, pediu, em 18 de junho de 1969, a remessa dos autos ao Ministério da Justiça, a fim de aplicar as sanções devidas. No mesmo dia, a Comissão, formada pelo próprio General Sylvio Frota e mais os Generais Fritz Azevedo Manso e Celso de Azevedo Daltro Santos, aprovou a remessa dos autos de Investigação Sumária.

Em parecer do Assessor Jurídico do Ministério da Justiça, datado de 25 de julho daquele ano, o mesmo reconhece que a medida de cassação já havia sido cumprida. No mesmo sentido, em 5 de agosto o Consultor Jurídico do Ministério pediu a remessa dos autos para a Procuradoria Geral da Justiça Militar, para ser feita a abertura do devido processo legal contra Halim Maaraoui. Por fim, ocorreu o despacho de 25 de agosto daquele ano, do Ministro da Justiça, Luis Antonio da Gama e Silva.

3.3- Os dias de apreensão em Nova Londrina

Os dias finais de Halim na prefeitura municipal, passando pela publicação do decreto de sua cassação e por consequência a efetivação da mesma, continuaram a deixar o clima tenso na cidade de Nova Londrina. Embora aparentemente não tenha havido grandes protestos por parte dos eleitores de Halim, talvez pelo fato de terem conseguido observar bem que a situação era delicada e a cassação havia sido orquestrada por gente muito poderosa, ainda assim, nas lembranças do Professor Zézito, houve um choque em todos os eleitores de Halim. Segundo a moradora Odete Colla, a cidade ficou em alerta por alguns dias, esperando uma possível intervenção do Exército ou da Polícia Federal, que não ocorreu. Já o Senhor Jair Rezende, pessoa simples, da classe subalterna, afirma categoricamente: “a população revoltou. Eles queriam quebrar a serraria do Darcy Molin, pôr fogo na serraria, mas aí já era tarde demais, já tinha feito a besteira”.

Quem assumiu a Prefeitura Municipal foi o vice-prefeito eleito, Senhor Oscar Tomazoni, que, ao se recordar do fato, diz: “eles pediram a cassação só

do Halim, achando que automaticamente eu iria junto né. Não puseram o meu nome em nada”. Em seu discurso de posse, teria proferido as seguintes palavras: “Estou cômico de minhas responsabilidades e que tudo farei para ver reinar em Nova Londrina a paz e a tranqüilidade, e que todos deviam colaborar com a minha administração” (FERNANDES, 2010: 121).

Efetivada a cassação, o Senhor Halim Maaraoui continuou residindo em Nova Londrina. Apesar disso, ainda atuava nos bastidores da política local, o que representava uma forte ameaça e incômodo à atuação política do grupo adversário. Recordam dois entrevistados que Halim chegou a ser sequestrado. Diz Oscar Tomazoni:

Ele foi seqüestrado depois da cassação. Alguém pegou ele em Nova Londrina, pôs ele num carro e foi soltar ele lá no Estado de São Paulo, lá pro lado de Mirante do Paranapanema, naquela região ali da fronteira com Paraná e São Paulo, foi abandonado lá. Ele disse que era pra matar ele.

O mesmo corrobora o professor Zézito, dizendo que ouviu boatos de que o suposto raptor havia sido preso em outro estado e lá confessado ter sido pago para sequestrar e matar um prefeito cassado do interior do Paraná.

Oscar Tomazoni administrou Nova Londrina até o dia 4 de agosto de 1969, uma vez que, segundo ele, não teria como ser mantido à frente da Prefeitura por exercer já função pública como cartorário. Assim, se recorda: “começou que uma guerra de bastidores, porque a lei eleitoral da época estabelecia prazos para fazer uma nova eleição”.

De fato quem tomou posse foi o Interventor Federal, o médico Sauer Salum. A maioria dos entrevistados não soube responder à pergunta do motivo para a escolha desse nome, e se limitou a recordar que o Dr. Sauer não era “pessoa política” ou envolvida com algum dos grupos em litígio. Oscar Tomazoni diz que esse nome foi lembrado por influência do grupo político de Halim, em contato com o então governador, Paulo Pimentel, responsável por indicar o nome do Interventor.

Esse argumento de Tomazoni nos parece plausível, uma vez que o Dr. Sauer Salum havia sido vereador na legislatura 1964-1968, quando era prefeito o também médico Dr. Olivier Grendene. Mais que isso, naquela

eleição de 1963, o Dr. Sauer foi o único vereador eleito pelo PTN, o mesmo partido pelo qual Halim Maaraoui concorrera e perdera o pleito, sendo inclusive presidente da Câmara Municipal entre 1967-1968 (FERNANDES, 2010:97). Ou seja, Sauer era sim pessoa ligada à vida política local, em especial ao grupo político de Halim. Além disso, na posse do Dr. Sauer Salum, estavam presentes o Deputado Estadual Wilson Figueiredo Fortes e o presidente da Câmara Municipal, Moacyr Ponce, partidários de Halim, que “disseram estar satisfeitos com a escolha e nomeação feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República” (FERNANDES, 2010: 123).

Não podemos deixar de caracterizar aqui a vida política estadual. À época, rivalizavam-se no Estado do Paraná os Ex-governadores Moisés Lupion e Ney Braga. O grupo novalondrinense, capitaneado pelo Dr. Olivier Grendene, apoiava o primeiro, já o grupo capitaneado por Halim Maaraoui era correligionário do segundo. Além disso, na eleição estadual em que Paulo Pimentel saiu vitorioso, este contou com o apoio de Halim na cidade de Nova Londrina.

3.4 – Considerações Finais

É fato que a disputa eleitoral de 1968 foi das mais disputadas e mobilizou os diversos atores sociais. Ambos os lados em disputa buscaram se utilizar de todos os recursos disponíveis para obter a vitória eleitoral. O discurso populista de Halim Maaraoui conseguiu atingir a massa de trabalhadores da cidade. Nas palavras do entrevistado Jair Rezende: “a maioria era os pobres. A maioria. Era lavrador que trabalhava em fazenda, trabalhava em roça e trabalhava aqui nas ruas de Nova Londrina, era a maioria, os eleitores do Halim, eram os pobres” e completa que, durante a campanha, o candidato simplesmente “expôs os propósitos dele”, convencendo assim a maioria do eleitorado.

Enquanto isso, a “elite pioneira” da cidade, ao perceber a iminência da primeira derrota nas urnas, buscou, junto a contatos políticos em nível estadual e federal e até mesmo com o Exército, impedir a vitória, posse ou administração de Halim Maaraoui na Prefeitura de Nova Londrina. Uma vez

consumada a cassação, o clima na cidade permaneceu tenso, como rememoram os entrevistados, até ao menos na posse definitiva do Interventor Federal.

4- O processo contra Halim Maaraoui perante a Justiça Militar e a disputa pela verdade nos autos

Com Halim Maaraoui e seu vice, Oscar Tomazoni, fora da prefeitura municipal e Nova Londrina sendo administrada pelo interventor federal, o médico Sauer Salum, o devido processo perante a Justiça Militar nos permite perceber a luta travada entre os dois lados políticos da cidade. São depoimentos e acusações mútuas, documentos que incriminam administrações anteriores e abaixo-assinados dos populares.

Foi grande a disputa pela “verdade” nos autos do processo. Tanto o grupo de Halim como o grupo dos “gaúchos”, ligados à Cooperativa, Imobiliária e “pioneiros”, viam nos autos a grande chance de saírem dele como a única força política de Nova Londrina, fosse incriminando ou desmoralizando o adversário. Passemos agora à descrição sumária de todos os documentos constantes do processo.

4.1 – Os primeiros depoimentos na fase de Inquérito Policial

O primeiro depoimento é do ex-prefeito, Olivier Grendene, autor da primeira denúncia contra Halim junto à Ditadura Civil-Militar, e data do dia 17 de março de 1970, na delegacia de polícia de Nova Londrina, entregue ao delegado da Polícia Federal, Werner Sobral Arcoverde. Em sua fala, ele reiterou todas as acusações feitas na carta citada anteriormente, ou seja, que Halim seria subversivo, promovera uma campanha hostil e violenta contra seus adversários políticos, além de apresentar novos elementos. Segundo o depoente, nas visitas que o candidato fazia à zona rural da cidade, “punha em relevo as diferenças sociais e econômicas entre empregados e patrões, criando com isto incompatibilidade entre as duas classes, gerando com isto um descontentamento e um mal estar geral na região”.

Como já salientamos no capítulo anterior, a região à época era constituída por uma série de migrantes trabalhadores braçais e outros migrantes proprietários rurais. Na fala de Grendene, a suposta atitude de Halim, em demonstrar à classe subalterna a desigualdade latente, estaria

criando um “mal estar geral na região”. No entanto, quando o depoente usa o termo “geral”, ficamos com a impressão de que o mesmo esteja falando em nome de sua própria classe de proprietários, que, claro, não deveriam estar satisfeitos com a atuação de Halim junto aos seus empregados. Tanto é assim que Grendene também argumenta que teria ficado impossibilitado de visitar uma de suas propriedades durante certo tempo, pois, segundo ele, fora ameaçado por dois dos seus empregados. Segundo ainda o depoente, também na propriedade do ex-prefeito, Avelino Colla, Halim teria prometido aos porcentageiros que conseguiria, junto ao então Departamento de Terras, a doação e divisão da propriedade aos mesmos.

Grendene também acusa outros correligionários de Halim de estarem inflamando a população novalondrinense naquela campanha. Segundo o depoente eram o então vice-candidato, Oscar Tomazoni, Mário de Almeida e um sujeito conhecido como “Malaco”. Inclusive, sobre a saída de Tomazoni da cidade de Nova Londrina, diz categoricamente: “incompatibilizou-se de tal forma com certas áreas da população de Nova Londrina, que teve de transferir sua residência para Paranavaí”.

Ao reforçar a alegação de que a polícia local estava a serviço de Halim Maaraoui, o depoente Oliver Grendene apresenta um outro fato digno de atenção. Segundo ele, apenas o soldado “Saul de Tal”, apesar de ser amigo de Halim, não compactuava com a candidatura de Halim. Diz o depoente que este soldado

foi certa vez espancado na via pública pelos próprios colegas e conduzido preso para a Delegacia; que o fato provocou a revolta popular cominando com a concentração em frente à delegacia em que o povo exigia a saída do delegado – TENENTE PINHEIRO, e de todo o destacamento.

A princípio, caso fosse mesmo do interesse dos policiais “dar uma lição” no colega, provavelmente o fariam a portas fechadas, na delegacia. Para apaziguar a revolta popular diante do suposto fato, quando Olivier Grendene ainda era prefeito, o mesmo teria pedido a presença dos chefes da polícia na região.

Por fim, em seu depoimento, Grendene afirma que Halim, apesar de ter tido os direitos políticos cassados, continuava atuando nos bastidores da política local, inclusive controlando o diretório municipal da Arena. Em tom aparente de inveja, Grendene diz que, no dia do aniversário da cidade, compareceu o Deputado Wilson Fortes, que ficou na casa de Halim por cerca de 02h e em seguida retornou a Paranavaí, “deixando de comparecer ao almoço oficial no clube local, ponto alto das comemorações”.

Também na data de 17 de março de 1970, pelo mesmo delegado, foi ouvido o Senhor Moacyr Gonçalves Ponce, paulista, então titular do Tabelionato e Registro Civil da Comarca, e que, nas eleições de 1968 foi eleito vereador pela Arena, com a maior soma naquele pleito.

O depoimento de Moacyr Ponce trata da primeira vez que alguém é ouvido pelos Militares como uma espécie de “testemunha de defesa” de Halim Maaraoui. Segundo o depoente, o mesmo apoiou o candidato cassado naquelas eleições municipais, tendo participado da maioria dos seus comícios, e que, portanto, pode contradizer os que até então o acusavam.

Corroborando nossa hipótese inicial, diz Ponce em seu depoimento: “existe em Nova Londrina duas grandes correntes políticas, uma chefiada por HALIM MAARAOUI, até sua cassação, e outra chefiada pelo Doutor OLIVIER GRENDENE” (grifos do original). Essa passagem vem ao encontro de nossa hipótese central que pensa o processo de cassação de Halim como uma briga pelo controle político local.

Sobre as acusações de que, em seus comícios e visitas à zona rural da cidade, Halim estaria incitando a violência e a subversão, o depoente Moacyr Ponce nega categoricamente todas elas. Diz ele que a campanha teria sido “como outra qualquer, com críticas, indicações e considerações sobre erros das administrações municipais anteriores”, além das considerações do candidato sobre o que o mesmo pretendia fazer se eleito, bem como pedidos pela unificação política da cidade.

Ao depoente ainda foi perguntado se Halim havia denominado de comunista o Senhor Leonardo Spadini, informante do SNI na cidade, fundador da Cooperativa local e seu adversário político. Ponce diz que não ouviu tal fala, mas que os “boatos de rua” davam conta de que Spadini, um genro e seu

filho, que havia ido para Cuba em um congresso, teriam simpatias pela ideologia comunista.

Além disso, Ponce nega que Halim teria instigado os trabalhadores rurais contra o proprietário Avelino Colla. Segundo as palavras daquele, o que realmente teria ocorrido foi que havia boatos na cidade de que o proprietário pretendia vender uma de suas terras e que os percenteiros do local teriam procurado os candidatos e foram por eles orientados a “fazer valer os seus direitos na justiça, através da Promotoria Pública” e que tal fato não chegou a ser objeto de discurso em palanque de campanha.

Podemos perceber, na fala de Moacyr Gonçalves Ponce, a tentativa de amenizar as acusações feitas contra Halim Maaraoui. Seus argumentos são totalmente contrários aos contidos no processo até então. Nosso objetivo aqui é de apresentar as divergentes versões para os fatos e buscar as razões para tal “disputa pela verdade”.

O terceiro depoimento é justamente do informante do SNI em Nova Londrina, Senhor Leonardo Spadini. Diz ele que, por ser morador da cidade desde o ano de 1954, casado com a funcionária dos Correios e morador da avenida principal, pôde acompanhar de perto os comícios daquela campanha. Sua fala reforça as acusações feitas até aqui contra Halim Maaraoui.

Spadini argumenta que, embora não tenha votado em Halim, não lhe fez “oposição ostensiva”, o que não impediu o candidato de acusá-lo publicamente de comunista. Segundo o depoente, isso teria acontecido pois Halim sabia que

Não contava com o apoio da colônia Gaúcha de Nova Londrina e possivelmente com o objetivo de desmoralizar o depoente como gerente da cooperativa; que a tônica dos pronunciamentos públicos do senhor HALIM MARAAQUI era incompatibilizar os trabalhadores contra a classe patronal, afirmando que a pobreza existente no município era devida aos gaúchos, que, representando a maioria dos proprietários, sugavam o suor e o sangue dos trabalhadores, após o que asseverava que, se eleito, tudo iria mudar.

A fala de Spadini parece colocar a nu a preocupação da “classe dos gaúchos”, “pioneiros” e proprietários rurais, diante da possibilidade de conscientização por parte da classe trabalhadora da cidade. O depoente

reconhece que há pobreza e parece temer as promessas eleitoreiras feitas por Halim à classe subalterna. A entrada em cena de Halim é uma ameaça à “ordem” estabelecida pelos “pioneiros” e, na opinião dos mesmos, poderia ser encarada como sinônimo de subversão. Além disso, parece fantasioso o argumento de Spadini de que não fizera oposição a Halim, já que foi autor de uma carta ao Exército, acusando-o de subversivo, ainda durante a campanha.

Após reforçar as acusações de que Halim teria jogado os meieiros de Avelino Colla contra este, Spadini acusa o ex-prefeito cassado de instigar a população a não pagar impostos. Por fim, associa o nome de Halim ao de políticos da cena estadual, que teriam apoiado a candidatura deste, como Anibal Kury, Agostinho Rodrigues e Wilson Figueiredo Fortes, que, inclusive, visitava a casa de Halim quando ia à Nova Londrina.

Diante da acusação feita por Moacyr Ponce de que Leonardo Spadini seria comunista, o mesmo foi ouvido mais uma vez naquele dia, agora somente sobre esse assunto. Após negar a acusação e dizer que “nunca foi comunista, ignorando inclusive o fundamento de tal ideologia”, salienta que tal denúncia só poderia ter vindo da pessoa de seu adversário político, Halim Maaraoui. Uma vez que o depoente nega conhecer os fundamentos do comunismo, como então pôde rotular Halim de subversivo? Parece contraditório, ainda mais se observando a complementação de sua declaração ao afirmar que “muito pelo contrário o declarante tem cooperado com a revolução para alijar da vida pública os elementos agitadores e subversivos”.

Sobre a acusação de que seu filho teria ido à Havana, na comunista Cuba, para participar de um congresso, Spadini confirma tal fato, mas alega que se tratou apenas de estudos sobre engenharia e arquitetura, nada tendo a ver com ideais políticos. Seu filho, Gildardo Spadini, mora e trabalha em Nova Londrina, fora o responsável pela construção da Cooperativa local e não participara das atividades política locais, quiçá das nacionais.

O final do depoimento de Spadini chama a nossa atenção. Nele, podemos perceber como a classe patronal da cidade mantém sua dominação sob a classe trabalhadora. Uma vez perguntado sobre a atuação de Sady Paviani, tesoureiro, gerente-substitutivo da Cooperativa e também presidente

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Londrina, se aquele tinha alguma ideologia comunista, o depoimento de Spadini fica assim registrado:

Não constando ao declarante que tenha ele tendências esquerdistas; que, se ocorresse o contrário, não permitiria o declarante que SADY tivesse qualquer participação na cooperativa; que SADY se encontra a frente do sindicato dos trabalhadores rurais precisamente por ser elemento da classe patronal.

Ora, na lógica dos “pioneiros” proprietários rurais de Nova Londrina, é justo que o presidente do Sindicato, que deveria representar os trabalhadores rurais, fosse um patrão e não um trabalhador. Além disso, na fala de Spadini podemos perceber o seu poder de liderança de classe, ao dizer que “não permitiria” a presença de Sady Paviani na Cooperativa, caso este fosse comunista. Diante dessa lógica que até mesmo controlava o Sindicato dos trabalhadores rurais com um “pelego patronal”, qualquer crítica do entãopositor Halim Maaraoui soaria como uma ameaça à “ordem patronal”, de cunho nitidamente subversivo.

O Ex-prefeito Avelino Antonio Colla foi ouvido pela Polícia Federal no dia seguinte ao depoimento das testemunhas acima. Seu depoimento reforça as acusações feitas até então contra Halim, inclusive, rotulando-o de “violento e agressivo”. Sobre a atuação política do prefeito cassado, Colla diz que o mesmo, desde a campanha eleitoral de 1956, em que o depoente saiu vitorioso, vinha sendo oposição na cidade e para isso contava com forte apoio “de políticos influentes como ANIBAL CURY e WILSON FORTES” (grifo do original) e que tal influência chegou a atrapalhar a administração de João Soares Fragoso na cidade. Veremos adiante uma “Carta Aberta” à população de Nova Londrina, em que Halim Maaraoui acusa Avelino Colla de estar tumultuando a administração de João Fragoso.

Para o depoente, essa influência de Halim com políticos do Estado foi importante para a sua vitória nas eleições municipais de 1968. Colla afirma que o cassado teria, sim, adulterado vários registros de nascimento de pessoas residentes na vizinha cidade de Itaúna do Sul e que se tornaram seus eleitores. Diz Colla:

“tal fraude era praticada através do cartório do Distrito de Cintra Pimentel, cuja titular, à época, era Dona CECÍLIA VENANCIO, (...) ganhô o cartório por indicação de HALIM MARAAQUI e os deputados WILSON FORTES E ANIBAL CURY não teve como deixar de ceder às imposições de HALIM”.

Ou seja, segundo Avelino Colla, Halim Maaraoui teria se utilizado de sua forte influência política para pressionar a cartorária à fraude. Após as eleições, por intermédio dos mesmos deputados, Halim teria facilitado a nomeação de Moacyr Ponce para o cartório em questão.

Avelino Colla confirma que Halim teria prometido, às famílias que moravam em sua propriedade rural no Porto Tigre, dividir as terras caso fosse eleito. Segundo o depoente, “idêntico problema o Senhor HALIM MARAAQUI criou para diversos proprietários de fazendas na região”.

O último depoimento é do advogado paulista, Alonso Canhetti Postigo, que possuía escritório no edifício do Fórum da Comarca de Nova Londrina. Também sua fala corrobora todas as acusações feitas até aqui contra Halim Maaraoui. Diz que o prefeito cassado tinha, sim, títulos protestados em Cornélio Procópio e Assaí, só os pagando às vésperas da eleição por medo de este fato ser utilizado pelos seus adversários políticos e que, por pressionar a cartorária Cecília Venâncio da Rocha, e com a conivência do Tenente Pinheiro Assis Cordeiro, conseguira transferir ilegalmente eleitores para Nova Londrina. Alonso, inclusive, aponta os nomes de Valvir Borges, residente na vizinha cidade de Marilena, e um filho de Fiuri Demasi, residente no município de Itaúna do Sul, fato que teria gerado um processo perante a Justiça Eleitoral.

Para o advogado, Halim “lançava as classes trabalhadoras contra as patronais”, prometia expulsar os proprietários e subdividir suas terras. Além disso, instigava os moradores da cidade a não pagar os impostos, só o fazendo quando e se o mesmo fosse eleito. Por fim, Alonso Postigo ainda acusa Halim Maaraoui de, com a ajuda de Mário de Almeida, popular “Marion”, ter grilado terras na cidade de Nova Londrina e as revendido para terceiros.

Após esses depoimentos, foram ouvidas mais duas testemunhas fora da cidade de Nova Londrina. A primeira, em 23 de março daquele ano de 1970, no município de Mariluz-PR, o Senhor Carlos Fernandes Ghiorzi, que, quando

dos fatos, residia em Nova Londrina e era delegado da Arena juntamente com o Senhor Adalberto Rodrigues.

Em seu depoimento, Ghiorzi diz que são verídicas as acusações contra Halim Maaraoui, ou seja, seria “público e notório” em Nova Londrina a incitação feita pelo candidato quando de sua campanha, “criando um clima de intranquilidade na região e indispondo os trabalhadores contra os proprietários”. Segundo o declarante, os “trabalhadores rurais se revelaram eufóricos com as promessas do Senhor HALIM MARAAQUI, muitos deles fazendo projetos para o futuro”, mas não soube aquele dar nomes nem de proprietários atingidos pelo candidato, muito menos de trabalhadores que teriam ouvidos tais promessas.

Dois dias depois, foi ouvida em Londrina a testemunha Mário de Almeida, muito embora tenha declarado que ainda residia na cidade de Nova Londrina e fosse pequeno lavrador e corretor de imóveis e veículos. Sobre a campanha feita por Halim em 1968, o depoente diz que o apoiou e, inclusive, participou de vários dos seus comícios e visitas à zona rural. Assim, segundo seu depoimento, “considera infundadas as denúncias de que aquele candidato fazia, nessas visitas, pregação de natureza subversiva, pois a campanha era desenvolvida nos mesmos termos de qualquer campanha eleitoral normal”. Nesse quesito, a fala de Mário de Almeida vai ao encontro de Moacyr Ponce. Ambos consideraram a campanha de Halim “normal”, dentro claro dos padrões da época.

O depoente nega que o prefeito cassado tenha agido com violência durante a campanha política. Pelo contrário, acusa os adversários de Halim de terem invadido a residência deste com a finalidade de agredir a sua esposa, o que só não ocorreu, pois correligionários intervieram a tempo.

Finalmente, no mesmo dia da oitiva acima, Halim Maaroui se manifestou perante a Justiça e os Militares. Seu depoimento foi colhido na cidade de Londrina e, após as qualificações de praxe, passou a negar todas as acusações a ele imputadas. Negou estar envolvido na falsificação de certidões de nascimento, bem como de transferência de eleitores para votar em Nova Londrina, tendo sido absolvido perante a Justiça Eleitoral de tais acusações.

Sobre a acusação de que Halim teria instigado os trabalhadores contra os patrões, assim subvertendo a ordem local, diz:

São inteiramente infundadas e só podem ter partido de adversários políticos que não sabem perder, como é, por exemplo, dos senhores LEONARDO SPADINI E OLIVIER GRENDENE, ALONSO CANHETTI POSTIGO, AVELINO ANTONIO COLLA E SILVESTRE DRESH, os quais lutam pelo poder em Nova Londrina por terem todos eles grandes interesses na prefeitura, ligados à Cooperativa Agrícola dos Cafeicultores de Nova Londrina e à Imobiliária Nova Londrina Limitada, de que é titular SILVESTRE DRESH, LAURO LEOPOLDO BENDER E ARMANDO CHIAMULERA; que LEONARDO SPADINI e o médico OLIVIER GRENDENE são presidente e vice-presidente da cooperativa, respectivamente; que, melhor esclarecendo, o presidente da cooperativa é o japonês AKIRA KAMITANI, sendo LEONARDO SPADINI, que ocupa o cargo de diretor-superintendente, quem na verdade manda e desmanda na cooperativa.

Percebe-se, na fala de Halim, que o mesmo acusa seus adversários políticos pelas, ao seu ver, infundadas acusações. Para ele, tais acusações estariam no bojo da indignação política por perderem o controle do Executivo municipal.

Sobre as promessas de que dividiria as terras entre a classe trabalhadora, Halim argumenta que a acusação é absurda, pois é sabedor de que somente o Governo Federal poderia assim proceder. Quanto à instigação de sonegação dos tributos, também a nega.

Sobre a suposta acusação feita por ele, de que Leonardo Spadini fosse comunista, Halim diz que se trata, na verdade, da distorção de um de seus pronunciamentos:

Afirmou que o procedimento da diretoria da cooperativa, demitindo empregados que não se deixavam subjugar politicamente, era desumano e anti-democrático, ponto de vista confirmado após as eleições, quando a diretoria da cooperativa demitiu aproximadamente trinta empregados que constava haverem votado no declarante.

Ou seja, o depoente acusa a diretoria da Cooperativa, cujo presidente, Akira Kamitami, era candidato a vice contra Halim Maaraoui em 1968, de ter usado de seu poder para pressionar os funcionários a votarem em Darcy

Molin. Segundo Halim, após as eleições a Cooperativa havia demitido os funcionários que não concordavam com o uso eleitoral da empresa.

Apesar disso, Halim afirmou que havia comentários na cidade de que Spadini fosse mesmo comunista, tendo, inclusive, no ano de 1965, lançado um manifesto, entre os trabalhadores rurais de Nova Londrina, contra o Governo Federal. Tal panfleto distribuído criticava os militares por não terem autorizado a instalação de uma Usina de Açúcar na cidade.

Sobre os apoios que teria recebido em sua campanha eleitoral, Halim admitiu que contara com a ajuda dos Deputados Agostinho José Rodrigues, Haroldo Leon Peres e Wilson Fortes. No entanto, negou ter contado com o apoio do Deputado Anibal Cury.

Por fim, o acusado deu a sua versão à suposta cobertura do então delegado da cidade, Tenente Pinheiro, que, segundo Halim, teria agido com imparcialidade durante toda a campanha eleitoral. Quanto ao incidente ocorrido com o soldado Saul, este, ao saber que havia sido transferido de cidade, “atribuiu o fato à interferência do declarante e saiu da delegacia dizendo perante o Delegado que ia matar ‘AQUELE TURCO’”. O Delegado, então, teria lhe dado ordem para que permanecesse na Delegacia, o que o soldado não acatou, fazendo com que os demais policiais usassem a força.

Podemos perceber aqui uma contradição gritante em relação ao depoimento de Olivier Grendene, em que afirma que o soldado Saul teria sido agredido em via pública e sem motivo aparente. Além disso, também em contradição ao depoimento do Ex-prefeito Olivier, Halim afirma que não houve comoção social pelo fato, mas sim o uso político de funcionários da Cooperativa e das Serrarias da cidade. Consta do depoimento de Halim:

A intervenção indébita de elementos vinculados a campanha eleitoral do candidato adversário do declarante, por pouco não faz o caso degenerar-se em conflito; que dentro de meia hora, por iniciativa da facção política contrária ao declarante, a cooperativa e todas as serrarias da cidade tiveram os trabalhos paralizados, para que os trabalhadores ocorressem à delegacia, formando-se uma grande concentração em que se viam faixas de protesto contra a autoridade policial. [sic]

Ou seja, no entender de Halim, a polêmica sobre o fato não passava de uma tentativa de seus adversários políticos em causar ainda mais tumulto na cidade.

4.2 – Irregularidades de todos os lados e a “denúncia bomba” feita por Halim Maaraoui

Após essas primeiras declarações colhidas pela autoridade Militar, a disputa pela verdade nos autos entrava em uma fase documental. Há pareceres, cartas, balancetes, enfim, documentos juntados ao processo por ambos os lados políticos de Nova Londrina. Vamos à análise pormenorizada de cada um.

O primeiro documento é um parecer da Comissão de Finanças, Justiça, Educação, Saúde Pública e Assistência Social, da Câmara Municipal de Nova Londrina, datado de 19 de novembro de 1969. O assunto são os balancetes mensais da Prefeitura municipal entre os meses de janeiro a julho daquele ano, acompanhados de 12 páginas em que são elencadas as supostas irregularidades cometidas no período. Assim, o parecer é dos Vereadores Alonso Canhetti Postigo e Avelino Antonio Colla, coincidentemente, adversários políticos do prefeito cassado, Halim, e do então prefeito, Oscar Tomazoni, bem como de testemunhas contra Halim no processo perante a Justiça Militar.

Os membros da Comissão elencam uma série de supostas irregularidades por eles encontradas nas contas do Executivo municipal: despesas para as festividades de posse do prefeito; despesas de viagens indevidas e acima do orçamento; pagamentos de combustíveis sem as respectivas notas; compras sem licitação ou acima do preço de mercado, etc. Ao longo das 12 páginas do relatório, os vereadores emitem opiniões próprias após cada irregularidade por eles apontada, como se tentassem convencer ou justificar o motivo da irregularidade. Ao final, os edis pedem a rejeição das contas pela Câmara Municipal. Infelizmente, no processo de que dispomos não há informações sobre a decisão do plenário da casa, bem como não obtivemos acesso aos documentos da Câmara Municipal da cidade.

O segundo conjunto de documentos é parte do Mandado de Segurança, interposto pelo vereador eleito, Avelino Colla, contra o presidente da Câmara Municipal, Moacyr Ponce, por este não ter lhe dado posse. Chama a nossa atenção que advogaram para Avelino Colla o Doutor Pedro Paulo de Mello, diretor da Cooperativa, e o também vereador, Alonso Canhetti Postigo. Ao final Colla conseguiu na justiça a efetivação de sua posse.

Mais uma vez podemos perceber a forte disputa política em Nova Londrina. O presidente da Câmara era adversário político de Colla, além disso, é significativo o fato de que o advogado do mesmo fosse um dos vereadores da Câmara Municipal.

Nas próximas 75 páginas do processo, Halim Maaraoui, no afã de se defender, contra-ataca os seus adversários políticos. Há denúncias fortes de corrupção e desvio de verbas das administrações anteriores, subversão, ameaças de assassinato, etc. Assim, em 2 de abril de 1970, ao delegado do Departamento da Polícia Federal de Londrina-PR, após relatório sucinto de três páginas, conclui, dizendo:

Confiando na Justiça do grande Governo Revolucionário, entrego às mãos de V. Excia. este relatório, esperando que seja aquilatado, pelos atos praticados por Olivier Grendene, Alonso Canhetti Postigo, Leonardo Spadini e sua “troupe”, o verdadeiro valor moral dos mesmos e o mérito ou valor ou crédito que pode ser dado às suas acusações e declarações.

Fica clara, aqui, a intenção, por parte de Halim Maaraoui, ao juntar tais documentos acusatórios aos seus adversários políticos: retirar a credibilidade das acusações feitas contra a sua pessoa. Implicitamente, o objetivo de Halim é alertar as autoridades Militares de que o processo contra ele não passa de mera disputa política local, pois o mesmo não constituiria uma ameaça à ordem. Vamos à análise dos 16 documentos juntados.

Primeiramente, há uma carta assinada pelos diretores Spadini, Grendene, Kamitani e Pedro de Mello, da Cooperativa, em que se dizem difamados, sem motivo, por Halim, que os teria rotulado de “ditadores e comunistas”. Segundo a carta, esse fato é absurdo, pois os mesmos haviam sido eleitos para seus cargos “pelos humildes colonos para trabalhar pela comunidade de Nova Londrina”, além do que, declaram textualmente que o

diretor Leonardo Spadini é informante do SNI, portanto, estão a favor da “revolução”.

O segundo documento é assinado por Olga Geraix Maaraoui, esposa de Halim, datado de 10 de julho de 1969, depois, portanto, da cassação de seu marido e antes da abertura do processo perante a Justiça Militar. Endereçado ao delegado Delmo Bozon, do SNI de Curitiba, visa “oferecer denúncia contra o cidadão LEONARDO SPADINI, pelos motivos abaixo expostos”.

Até este momento, a esposa de Halim Maaraoui sequer havia sido citada nesta dissertação, no entanto, a partir daqui, são várias as denúncias assinadas por ela contra os adversários de seu marido. Fica-nos a dúvida se Olga Maaraoui estava engajada em “fazer justiça” no caso ou apenas emprestando seu nome à acirrada disputa política que seu marido enfrentava.

A carta acusa Leonardo Spadini de ser “agitador, subversivo e adepto das idéias comunistas”, tendo inclusive enviado seu filho para Cuba. Além disso, esse senhor teria lançado um manifesto, no ano de 1965, contra o Governo Federal, em que “faz transparecer qualquer coisa de idéias Comunistas”.

Para Olga Maaraoui, o Senhor Spadini estaria se aproveitando tanto da Cooperativa, quanto de sua condição de informante do SNI, para “intimidar o povo e seus adversários”, tudo com a concordância dos demais diretores da COPAGRA. Tal fato se comprovaria pelo lançamento do Diretor Akira Kamitani como candidato à vice-prefeito contra Halim Maaraoui, bem como por ter despedido vários funcionários da Cooperativa que haviam votado em Halim.

O terceiro documento, juntado aos autos por Halim Maaraoui, são 11 páginas de um relatório feito e enviado em 29 de maio de 1969 pelo então prefeito, Oscar Tomazoni, que assumiu após a cassação, ao General da 5ª Região Militar. Segundo Halim, tal relatório comprova “verdadeiras marmeladas e dilapidações do dinheiro público”.

Em seu relatório, Tomazoni se diz forçado a trazer ao conhecimento “a situação atual nesta cidade, onde estou vivendo dias de angústia e inquietação”, muito embora tenha assumido “bastante encorajado e com grandes esperanças de poder pacificar esta conturbada comunidade”. Relata

que procurou contato com o que ele mesmo denomina de “os homens de maior destaque político local”, ou seja, Olivier Grendene, Leonardo Spadini e Akira Kamitani, “dos quais só recebi má vontade e humilhações, o que não foi bastante para fazer esmorecer minha vontade de fazer algo por esta terra e esta gente”.

Tomazoni afirma que recebeu ameaças de morte. Teriam sido quatro telefonemas e três bilhetes anônimos, anexados ao relatório, que contêm ameaças também à sua família. Podemos perceber em tais bilhetes que há uma caligrafia forçada que o “pede” para deixar o cargo de prefeito. Para Tomazoni, tais ameaças deviam-se ao fato de que o mesmo havia dito em conversas informais que iria proceder a um levantamento da administração anterior do Dr. Olivier Grendene.

Assim, tal ameaça “despertou-me, fez-me crer que deveria existir algo que alguém ou um grupo pretende manter oculto” e, ao fazer esse levantamento, teria se deparado com os possíveis motivos das mesmas. Tomazoni então passa a relatar o que lhe faz crer serem “as maiores marmeladas, as maiores locupletações do dinheiro público, durante a gestão da equipe administrativa comandada por Dr. Olivier Grendene”. Antes, porém, de fazer a descrição pormenorizada de tais “irregularidades”, deixa o seguinte alerta: “caso aqueles que me ameaçam, consigam seus intentos, tenha Vossa Excelência, em mãos, documentos que talvez levem a justiça até os responsáveis pelo que venha ocorrer”, ou seja, caso as ameaças de morte contra Tomazoni se cumpram, o mesmo deixa pistas a quem interessaria seu assassinato. Eis as acusações contidas no relatório:

01: Que seria público e notório na cidade que o contrato para pavimentação asfáltica das avenidas Brasil e Londrina havia sido formalizado após o início das obras. Que das pessoas que estariam presentes à abertura das propostas, não constam as suas assinaturas na ata, apenas as do então prefeito, Olivier Grendene, seu vice, Darcy Molin, e do Vereador Ary João Dresch. Tomazoni estranha que em referida ata está inclusive o seu nome, mas o mesmo sequer esteve na reunião, bem como não consta a sua assinatura. Estranho é que na ata também não existiria a assinatura da empresa contratada, “Jason Carvalho Gomes Júnior – Engenharia Civil”.

02: Que a contratação de tal obra foi feita pelo valor de Ncr\$ 422.910,00. No entanto, foi pago o valor de Ncr\$ 495.166,19, ou seja, uma diferença de mais de Ncr\$ 70.000 à época. Segundo Tomazoni, “tal reajuste jamais foi efetuado, pois nada consta nos arquivos municipais”, o que o levou a “presumir a existência de verdadeira má fé e dilapidação do erário municipal e até de apropriação indébita”.

03: Que o prazo para a execução da obra era de 90 dias, mas que se prolongou por longos dois anos. Para Tomazoni, ainda assim a qualidade do asfalto ficou péssima, sem alinhamento e desnivelado. Diante disso, o então prefeito, Olivier Grendene, “assistia tudo, aceitava tudo, talvez amedrontado pela imponência e valentia de um tal HÍBICO CAVALLAR”, que era funcionário da empresa responsável pela obra e que, nas palavras de Tomazoni, seria “elemento mau e perigoso, reconhecidamente desordeiro e que andava sempre portando e exibindo arma de fogo”.

04: Que em maio de 1968, o então vereador, Avelino Antonio Colla, apresentou na Câmara proposta de lei que concedia abatimento de 30% da Taxa de Pavimentação asfáltica, contando com apoio dos colegas, Ernesto Mazzotti, Pedro Paulo de Mello, Nelson Raimundo e Ary João Dresch. Segundo Tomazoni, tal proposta teria duas finalidades: primeiro, Colla seria a pessoa que mais possuía imóveis em referidas avenidas; segundo, a lei só foi promulgada no período eleitoral.

05: Que a lei em questão determinava que as devoluções já pagas seriam feitas mediante abatimento em lançamentos de impostos municipais futuros. No entanto, foram feitas devoluções em dinheiro aos correligionários políticos do então prefeito, Olivier Grendene, principalmente nos últimos dias de sua gestão à frente do município. Na conclusão de Tomazoni, esse fato causa “prejuízo dos cofres públicos, em autêntica demonstração de barganhas e marmeladas, fazendo e desfazendo das coisas públicas a seu bel prazer”.

06: Que existiam “notas fiscais ‘frias’ expedidas por uma firma denominada ‘OLARIA ENTRE RIOS LTDA’”, referente a materiais de construção supostamente fornecidos ao município. Segundo Tomazoni, caso a firma existisse de fato, não o era de direito, pois não recolhia os impostos

necessários. Na sua concepção, isso ocorria pelo motivo de que seu dono era o ex-prefeito e vereador, à época, Avelino Colla. Ao final, conclui:

É uma verdadeira “vergonha”, acontecer isto em um país, onde o honrado Governo Revolucionário, a custa dos maiores sacrifícios busca a moralização da administração, com uma verdadeira “limpeza” político-administrativa. E aqui, em Nova Londrina, homens corruptos, ocultamente, pensando que jamais seriam descobertos, praticando crimes, abusando e fazendo ouvidos moucos aos ditames honrados da grande Revolução de 31 de março de 1964. Urge sejam punidos os responsáveis. [sic]

Diante das fortes palavras de Tomazoni, cabem aqui algumas reflexões. Aos rotular o Governo Civil-Militar de “honrado”, “grande” e “revolucionário”, estaria o então prefeito em concordância com o Governo ou, sabedor do risco que estava correndo, procurava apenas satisfazer o ego dos militares?

Não temos elementos suficientes para responder a esse questionamento, no entanto, ao longo de todo o processo, ambos os lados buscam enaltecer as suas ações e imputar aos adversários o rótulo de “subversivo”, “comunista” ou “corrupto”, ao mesmo tempo que tentam posar como os defensores da moral, dos bons costumes e da “Revolução de 1964”. Parece-nos claro que são conscientes das diretrizes do Governo Federal e buscam encaixarem-se em tais para direcionar a disputa local.

Quando do Golpe Civil-Militar de 1964, a denominada “crise moral”, supostamente vivida pela sociedade brasileira, foi uma das justificativas apresentadas. Segundo Carlos Fico, “juntamente com o combate à ‘subversão’ e ao comunismo, ‘acabar com a corrupção’ era uma das bandeiras da época” (FICO, 2001: 149).

Nesse sentido, em 17 de dezembro de 1968 foi criada, pelo Governo Federal, a Comissão Geral de Investigações (CGI), que tinha a incumbência de “promover investigações sumárias para o confisco de bens de todos quanto tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública” (FICO, 2001: 151). Para que a investigação fosse aberta pelo Ministério da Justiça, bastava uma denúncia que podia ser feita por qualquer pessoa. Parece ser justamente esse o objetivo de Oscar Tomazoni, então ocupando o cargo de

prefeito municipal, ou seja, fazer com que seus adversários políticos fossem investigados e punidos pelo Governo Ditatorial.

07: Que a administração de Olivier Grendene não teria contabilizado corretamente a soma de Ncr\$ 222.784,23.

08: Que a administração anterior efetuou pagamentos indevidos nos últimos dias de seu mandato, como, por exemplo, Ncr\$ 500,00 ao Senhor José de Abreu, por serviços de instalação de água no prédio da rodoviária municipal, sendo que o mesmo é funcionário público e recebe salário mensalmente; Ncr\$ 3.166,50 ao Advogado Alonso Canhetti Postigo, apesar de o mesmo ter contra si executivos fiscais a serem pagos ao município; Ncr\$ 1.755,13 ao Senhor José da Costa Mattos, “conhecido agiota”, a título de viagens que teria feito para a Prefeitura; Ncr\$ 291,65 ao Senhor Carlos Fernandes Ghiorzi, como pagamento por uma viagem feita com a Kombi da COPAGRA, juntamente com o Senhor Leonardo Spadini, sendo que ambos sequer são funcionários municipais.

09: Que quanto ao pagamento acima referido, feito ao Advogado Alonso Canhetti Postigo, não existiriam nos arquivos municipais o respectivo contrato de honorários advocatícios, bem como o objetivo de sua contratação.

10: Que, durante a campanha eleitoral de 1968, a Prefeitura pagou, ao Oficial do Registro Civil, mais de Ncr\$ 4.000,00, referentes a registros de nascimento. No entender de Tomazoni, trata-se de uso do dinheiro público com fins eleitorais.

11: Que muitas pessoas, “inocentemente”, teriam assinado recibos de que estariam recebendo a devolução referente ao abatimento da pavimentação asfáltica, sem que os mesmos houvessem reavido o valor.

12: Que, em junho de 1967, o prefeito municipal, com concordância da Câmara de Vereadores, “que jamais fizeram oposição alguma”, emprestou uma turbina, pelo prazo de cinco anos e sem qualquer contraprestação, à Indústria, Comércio e Agricultura Ingá Ltda, de propriedade dos Senhores Hilário Zilio e Ivo Brandalize, que “sempre foram correligionários políticos do Sr. Prefeito Municipal”.

13: Que três dias antes do término de seu mandato, o então prefeito, Olivier Grendene, locou, sem concorrência pública, cinco salões da rodoviária

municipal para “pessoas tidas, havidas e reconhecidas como correligionários” do mesmo. Além disso, segundo Tomazoni, o valor a ser pago pelo aluguel era muito baixo e “não dá para pagar o salário de um guarda e de uma zeladora! É o cúmulo!”.

14: Que, no último dia da administração Grendene, o mesmo emitiu vários cheques, o que, segundo Tomazoni, seria indevido, caracterizando “uma verdadeira ‘festa’ de dinheiro do Fundo de Participação dos Municípios”. Os beneficiados foram Atanagildo Carneiro Ribas, cunhado de Grendene, Antonio Rosinski, vereador à época, e Geniplo Marcondes, tesoureiro do município.

15: Que o vice-prefeito, Darcy Molin, contava com apoio e cobertura tanto do Prefeito Olivier Grendene, assim como dos vereadores, para sonegar impostos e receber pagamentos indevidos da Prefeitura, em nome de sua firma, a Serraria São José Limitada.

16: Que no dia 22 de janeiro de 1969, últimos dias da administração Grendene, o município doou, à Cooperativa local, todo o acervo da usina termoeletrica da cidade. Nas palavras de Tomazoni, “creio se constituir em ilegal e até atentatória à moralização das causas públicas”, pois, conforme argumenta, tanto o prefeito, como seis dos vereadores, eram diretores ou sócios de referida Cooperativa, legislando, assim, “a bem de seus interesses particulares”.

17: Que três dias depois, a Prefeitura abriu concorrência para vender o barracão que havia sobre o terreno já doado à Cooperativa. Na interpretação de Tomazoni, tal concorrência teria o único objetivo de que somente a COPAGRA apresentasse proposta, o que realmente ocorreu, pois “quem é que teria interesse em comprar um barracão, edificado sobre terreno JÁ DOADO A OUTREM, para ter que demolir a construção, conforme especificava o Edital?”. Além disso, Tomazoni afirma que não havia qualquer comprovante de pagamento sobre esse fato.

18: Que o diretor da gestão Grendene, da Cia de Água e Esgotos de Nova Londrina, “Aguanova”, Senhor Mário Pilegi, até a data desse relatório, ainda não havia entregue nada ao novo diretor da Companhia.

19: Que no dia 21 de dezembro de 1968, o então prefeito, Grendene, abriu crédito suplementar acima da dotação orçamentária, no valor de Ncr\$ 164.899,85, para pagamentos de despesas consideradas, por Tomazoni, ilegais.

20: Que foram feitas reduções isoladamente em impostos de algumas pessoas, por determinação direta do então prefeito, Olivier Grendene. Segundo Tomazoni, “convém ressaltar que todos os proprietários das firmas constantes dos documentos supra referidos [sic] são CORRELIGIONÁRIOS do então Prefeito Municipal”.

21: Que as contas do Executivo Municipal, referentes ao ano de 1968, foram apreciadas e aprovadas pela Câmara Municipal em apenas dois dias. Oscar Tomazoni se pergunta se não foram vistas as supostas irregularidades por ele apontadas nesse relatório.

Apesar de longa, achamos extremamente necessária a descrição pormenorizada desse relatório, feito pelo então prefeito, Oscar Tomazoni. Isso pela grande quantidade de contra-acusações que faz aos seus adversários políticos, bem como para deixar claro ao leitor o clima de tensão que pairava sobre a vida pública novalondrinense naqueles anos.

Ao final de seu longo relatório, Tomazoni diz que se trata apenas da colheita rápida de algumas informações, mas que seu objetivo era o de fazer um levantamento mais completo. A maioria das supostas irregularidades apontadas ocorreram no fim do mandato de Olivier Grendene. Para Tomazoni, são “correrias de fim de mandato e, por envolverem bens de patrimônio municipal, nos despertam especial atenção, (...), têm a marca visível de interesses personalista [sic] de um grupo”.

Assim, seu objetivo seria o de colaborar com o “grande e honrado Governo Revolucionário, que está moralizando nosso amado e querido Brasil”, e pede o encaminhamento da denúncia para que a justiça possa

Punir aqueles que, há TREZE longos anos, vem [sic] manobrando a política e os cargos eletivos nesta cidade, e que, certamente, se em um pequeno apanhado foram encontradas tantas desonestidades, muitas mais haverá, ocultas, nos lugares menos acessíveis dos arquivos, acumuladas durante 3 (três) gestões na chefia do poder executivo novalondrinense.

Após esse relatório feito e enviado pelo então prefeito municipal, Oscar Tomazoni, há outro relatório, no mesmo sentido, assinado pelo então presidente da Câmara Municipal, Moacyr Gonçalves Ponce.

Em 25 de agosto de 1969, mais uma vez, Olga Maaraoui envia denúncia, agora ao Comandante da Guarnição do Exército em Guaíra-PR. Diz sua correspondência que obteve no Fórum da Comarca de Nova Londrina, 32 certidões referentes à execução de dívida ativa do município, já devidamente recebidas pelo Advogado Dr. Alonso Canhetti Postigo, durante a administração Olivier Grendene.

No entanto, a Senhora Olga junta certidão da Prefeitura Municipal, assinada pelo Chefe da Lançadoria, Senhor Eugênio Manzini, em que constam que tais recursos, recebidos judicialmente, não entraram nos cofres públicos. Segundo a mesma, configura-se, assim, “ato criminoso punível pela Revolução, que para a glória de todos os brasileiros, tem à sua frente o grande Marechal COSTA E SILVA”. Mais uma vez, há a exaltação do Governo Civil-Militar para, ao final, rotular o fato como “ato subversivo punível”.

No dia 16 de julho daquele ano de 1969, Olga Maaraoui já havia escrito diretamente ao SNI em Curitiba. Sua denúncia era por suposto crime de corrupção contra Alonso Postigo, que possuía escritório “no prédio do FÓRUM DA COMARCA, de Nova Londrina, com uma sala ao lado do Sr. Juiz de Direito e Escrivão do Crime”.

Além disso, o referido advogado, quando proprietário de uma área rural no município vizinho de Marilena, após entrar em divergência com seu administrador, Senhor José Ribeiro, teria contratado jagunços para retirá-lo à força do local. Segundo Olga Maaraoui,

Mandou-o seus jagunços amarra-lo com uma corda juntamente com sua esposa, trazendo para a cidade de Nova Londrina, e expondo-os a execração pública, ato este condenado por toda a população desta cidade e do qual anexamos uma fotografia que comprova essa barbaridade, semelhante somente aos tempos medievais. [sic]

Ainda segundo a Senhora Olga, o Senhor José Ribeiro teria enviado a foto a Brasília, para o Presidente da República, bem como aberto processo criminal na Comarca de Nova Londrina, mas que “ficou por isso mesmo”.

Também sustenta Olga Maaraoui que foram encontrados vales na gaveta do gabinete do ex-prefeito municipal, Olivier Grendene, referentes a dinheiro que lhe fora emprestado pela Prefeitura Municipal. Consta no documento, ainda, que tais valores nunca foram quitados pelo ex-prefeito.

Em primeiro de outubro, Olga Maaraoui investe mais uma vez contra os adversários políticos de seu marido. Agora a denúncia é formalizada diretamente ao Ministro da Justiça, Luis Antônio da Gama e Silva, contra três pessoas “residentes e estabelecidas na cidade de Nova Londrina, incursos [sic] no Ato Institucional nº5, pelos motivos abaixo relacionados”.

Contra Alonso Postigo, a denúncia é de apropriação indébita. Olga Maaraoui repete a acusação de que Postigo teria recebido executivos fiscais como advogado da Prefeitura, mas não os teria repassado aos cofres do município. Além disso, é “homem tido e havido como acobertador de grileiros de terras, venal, corrupto, está hoje aqui, tranqüilo com o dinheiro público em seu bolso”.

Contra o professor e vereador, Daniel Cardoso dos Santos, ela afirma pesar uma forte denúncia de corrupção de menores. Apoiada em documentos do cartório criminal da vizinha Comarca de Loanda de nove anos atrás à época, teria praticado ato “contra uma indefesa menor de 15 anos de idade, e filha de pais pobres e humildes. Aproveitou-se, para á [sic] pratica deste hediondo crime, de sua posição financeira e política”.

Por fim, há novamente a denúncia de subversão contra Leonardo Spadini. Olga Maaraoui repete os argumentos de que se trata de pessoa subversiva, comunista, que enviara o filho para Cuba e publicara manifesto contra o Governo Federal.

Em 22 de julho daquele ano, Olga Maaraoui também havia enviado ao General Brenno Pernetta, chefe da Subcomissão Geral de Investigação em Curitiba, denúncia contra Avelino Antônio Colla, ex-prefeito e vereador.

Há denúncia de que Avelino Colla, antes de assumir o cargo de prefeito municipal no ano de 1960, era proprietário de uma pequena serraria, localizada no então distrito de Marilena, mas que já no primeiro ano de sua administração teria construído um prédio de alvenaria, com dois pavimentos

em Nova Londrina. Além disso, tornou-se proprietário dos melhores terrenos no perímetro urbano da cidade.

Que o ex-prefeito também se tornara possuidor de um posto de gasolina no centro da cidade, bem como arrendatário do único Cinema local. No entanto, segundo Olga Maaraoui, “deixou de pagar os Impostos relativos a diversões públicas, durante 4 (quatro) anos de sua gestão de Prefeito” e que só o teria feito enquanto a cidade foi administrada pelo seu sucessor, João Fragoso, “por ser esta pessoa honesta e não afeita a conchavos”. Na gestão seguinte, de Olivier Grendene, Colla teria voltado a não pagar os impostos municipais, uma vez que o prefeito seria “seu amigo particular”.

Avelino Colla seria o proprietário da Olaria Entre-Rios Ltda, que realizava vendas para a Prefeitura Municipal, como já comentado anteriormente. Entretanto, conforme documento da Agência de Rendas da cidade de Nova Londrina, tal firma não consta nos registros, assim “lesando o Município, Estado, e a União” por não recolher os devidos impostos.

Durante ainda a sua gestão à frente do município de Nova Londrina, teria comprado, junto ao Ministério da Agricultura, um Trator de Esteira, importado, em nome do presidente da Câmara Municipal, José João Budel, posteriormente transferido para o nome daquele. Segundo Olga, a irregularidade estaria no fato de que somente as Prefeituras e não os prefeitos poderiam fazer essa aquisição por intermédio do Ministério.

Por fim, Avelino Colla teria adquirido a serraria do ex-vice-prefeito, Darcy Molin, com aproximadamente 20 casas; era possuidor de uma frota de caminhões “últimos tipos” para transporte da madeira até São Paulo e Curitiba, bem como proprietário de uma Serraria na própria capital do Estado. Em resumo, para Olga Maaraoui, “tornou-se, depois que ocupou o cargo de Prefeito Municipal de Nova Londrina, uma das maiores fortunas do município”.

Ainda entre os documentos juntados por Halim Maaraoui aos autos em que figura como réu, há uma declaração de Manoel Laurentino, datada de 23 de março do ano de 1970 e feita especialmente para o processo em curso. Essa declaração versa sobre o fato de ter ou não Halim prometido distribuir as terras de uma propriedade de Avelino Colla entre os seus porcentageiros.

Declara Manoel Laurentino que, juntamente com outros porcentageiros, procurou o então candidato a prefeito, Halim Maaraoui, e o candidato a vereador, Moacyr Ponce, sobre como deveriam proceder, uma vez que Avelino Colla estaria vendendo a referida propriedade e o comprador a queria “desocupada, sem indenização”. Assim, os candidatos os teriam aconselhado a procurar o Promotor de Justiça, para fazer valer os seus direitos. Segundo o declarante, em nenhum momento os candidatos teriam prometido “dar aquelas terras”.

Vimos, nas denúncias que foram essenciais para levar à cassação de Halim Maaraoui, que lhe foi imputada, pelos seus adversários, uma série de crimes eleitorais. No entanto, durante a campanha eleitoral de 1968, a sublegenda 02 da Arena, pela qual concorreu Halim Maaraoui, tendo como delegado, perante a Justiça Eleitoral, Mário de Almeida, protocolou-se uma série de denúncias de crime eleitoral contra a sublegenda 01 da Arena, do candidato Darcy Molin. Foram ao total cinco denúncias.

A primeira é datada de 4 de outubro daquele ano eleitoral. Segundo Mário de Almeida, a sublegenda de Darcy Molin estaria convidando a população para participar de um bingo, o que, além de ser crime eleitoral, estaria proibido pelo Ministério da Fazenda. Na denúncia há ainda o alerta de que a sublegenda 01 poderia “usar de artimanha”, realizando o referido bingo em nome da Associação Esportiva São José, dos operários da serraria de mesmo nome, que pertencia ao candidato Darcy Molin.

Na mesma denúncia, Mário de Almeida diz que a “ALA FEMININA da campanha” de Darcy Molin teria montado um salão de corte e costura, “fazendo campanha política com distribuição de dádivas, prêmios diversos, aulas de costura, na tentativa ilegal de enganar o eleitorado”. Assim, requer a diligência necessária para fechar o referido comitê.

Em 15 de outubro, é denunciado à justiça um fato ocorrido no dia anterior, em pleno comitê eleitoral de Halim Maaraoui. Segundo a denúncia, o candidato a vereador pelo MDB e apoiador do candidato a prefeito Darcy Molin, Périco Fabiani, juntamente com Luiz Bogoni, funcionário da Prefeitura, teriam invadido o comitê “aos gritos, como que louco (...) procuraram com palavrões e acenações intimidar o cidadão HALIM

MAARAOUÍ”. Mais que isso, “pedia ‘quem é o valentão da ala do Halim que eu quero acertar o platinado’”. Se não bastasse, denuncia ainda que a sogra do senhor Bogoni, juntamente com duas filhas, teria invadido a casa de Halim, para ameaçar a família deste.

Tal fato nos remete à memória de Ítalo Calligher, que afirmou ter sido essa campanha uma “guerrilha”, bem como à de Oscar Tomazoni que disse ter sido a mais acirrada da história da cidade.

A terceira denúncia insiste no crime praticado pela “ala feminina” da campanha de Darcy Molin, por estar “confeccionando roupas e distribuindo gratuitamente aos eleitores”. Isso requer uma sindicância sigilosa, uma vez que o referido comitê, após a primeira denúncia feita por Mário de Almeida à justiça, teria se mudado de local.

Se a campanha de Halim foi acusada de ser protegida pelo delegado de polícia, Mário de Almeida denuncia que a campanha de Darcy Molin teria contado com apoio dos Oficiais de Justiça da Comarca de Nova Londrina, Senhores José Barbosa e Arnaldo Augusto. Segundo a denúncia, “em flagrante desrespeito com a ética que norteiam os homens que fazem parte da justiça”.

Contra o Oficial José Barbosa pesa a denúncia de, arbitrariamente, ter tentado impedir uma caravana pró-Halim na avenida Londrina e uma segunda vez, “em estado de embriagues [sic]”, tentou impedir uma caravana na avenida Brasil. Além disso, em um comício de Halim, realizado na “Água do Tigre”, José Barbosa teria distribuído bebida alcoólica aos presentes, “perturbando a ordem pública e a conduta do comício que se realizava”.

Contra o Oficial Arnaldo Augusto, que já havia sido candidato a vereador na eleição anterior, em apoio ao Dr. Olivier Grendene, a denúncia é de que aquele estaria propalando “pelas ruas da cidade, injúrias, calúnias e difamações [sic]” contra o candidato Halim Maaraoui. Tais propalações seriam injustificáveis e não condizentes com a verdade.

A última denúncia feita perante a Justiça Eleitoral e constante no processo é datada de 16 de outubro de 1968. Nela, Mário de Almeida diz que os candidatos da sublegenda 02 da Arena, Halim Maaraoui e Oscar Tomazoni, “estão sofrendo ameaças de morte por elementos da sublegenda nº 1 e seus

adeptos. Que, em dias passados, foram, em suas próprias residências e no comitê político, ameaçados publicamente de morte e agressão física”.

Em documento de cinco páginas, datado de 29 de julho de 1969, e enviado ao Delegado de Polícia de Nova Londrina, Halim Maaraoui narra, de forma instigante, o “rapto e seqüestro de que foi vítima à [sic] 2 (dois) de Julho”. Como já havíamos comentado anteriormente na memória de José Crispim, a cidade de Nova Londrina passou mesmo por um ano conturbado em sua vida política.

Por volta das 15h daquele dia, estava Halim conversando com o amigo, Francisco Belascuzas, sobre negócios particulares, “quando de súbito parou um carro marca Wolkswagem, cor perola claro, e dirigido por um indivíduo que, dizendo ser Coronel do Exército” [sic], apresentando-se com o nome de Marciano Castadello, perguntou se se tratava da pessoa de Halim Maaraoui. Após a confirmação, apresentou-se como Comandante do 13º RI, aquartelado em Apucarana. Segundo o declarante, “deu-me voz de prisão incomunicável, alegou ter sido decretada pela 5ª Região Militar de Curitiba”.

Halim foi intimado a sentar-se ao lado do Coronel, que teria a incumbência de levá-lo até Campo Grande e depois a Ponta Porã, no então Estado do Mato Grosso, onde haveria um avião esperando para transportá-lo até Ilha Grande ou Fernando de Noronha. Diante da tentativa de Halim em argumentar que tal fato seria injustificável, o Coronel disse para que “não desse alarme e acompanhasse sem mais delongas, pois a cidade de Nova Londrina estava cercada por tropas do Exército, pois houvera na noite anterior sido decretada pelo Governo Federal a intervenção da mesma”.

Além disso, teria o Coronel dito que o Prefeito Oscar Tomazoni e seu Secretário já estariam presos, bem como que o cofre da Prefeitura Municipal estava lacrado para futura investigação. Assim, a presença de Halim Maaraoui naquele momento na cidade “era motivo de insegurança para o Governo Federal”.

Após acatar a ordem de prisão, Halim teria pedido para avisar sua família, o que foi negado pelo Coronel, que ainda confiscou todo o dinheiro que estava em sua posse. Assim, uma vez dentro do veículo, o Coronel levou Halim até o distrito de Porto São José, onde se apresentou e intimou o

balseiro a levá-los até a outra margem do Rio Paraná, no então Estado do Mato Grosso. Seguiram viagem por estradas de terra, margeando o rio, até as proximidades de Porto Primavera, na sede de uma fazenda do mesmo nome.

Em seu relatório, Halim afirma que, durante a viagem, ia contando ao Coronel “todas as perseguições sofridas por meus adversários”, inclusive sobre a campanha eleitoral e a cassação de seus direitos políticos. Diante disso, o Coronel havia dito

Que a Intervenção havia sido solicitada pelo ex Prefeito Municipal Dr. Olivier Grendene, e que todas as perseguições por mim sofridas partiam dele Dr. Olivier Grendene, fazia questão de falar que o Dr. Olivier Grendene, tudo fará para me destruir moral e politicamente. [sic]

O Coronel teria relatado, ainda, que, na noite anterior, havia colhido vários depoimentos na cidade de Nova Londrina. Entre as pessoas ouvidas, estaria o proprietário do Hotel Nova Londrina, Senhor Maia, o proprietário da Churrascaria Gaúcha, Senhor Maurílio Salame, e o proprietário da Casa Agropecuária, Senhor Borges, que, inclusive, dissera que Halim havia feito campanha contra o Governo Estadual e a aplicação da vacina antiaftosa. Também teria sido ouvido Leonardo Spadini, que sustentara as acusações contra Halim.

Nas conversas que mantinha com o Coronel, Halim sustentava que o Militar “dizia que o Dr. Olivier Grendene iria me pressionar de tal maneira até conseguir que eu ou mudasse da cidade ou fosse confinado pelas autoridades Federais”. Diante disso, Halim dizia que “tudo não passava de perseguição política pois os adversários sempre dominaram nesta desde a fundação da cidade e não se conformaram em perde-la agora”. [sic]

Segundo Halim, seus argumentos haviam convencido o Coronel de que aquele havia “sido vítima de politiqueiros sórdidos”, nas palavras do próprio Militar. Por isso, o Coronel concordou em libertar Halim, desde que não retornasse à Nova Londrina nos próximos 15 dias, ao que Halim lhe disse: “só cogitava viver em paz e harmonia com minha família”. Assim, o Coronel o levou até a cidade paulista de Teodoro Sampaio, onde lhe comprou uma passagem de ônibus com destino a Santo Anastácio, Estado de São Paulo, mas, de súbito, o Coronel resolveu ir à casa do prefeito da cidade paulista,

Senhor Sebastião Furlan, a fim de pedir-lhe condução para levar Halim até Presidente Prudente, também naquele Estado.

Na casa do prefeito que administrou aquela cidade entre 1965 e 1971, o Coronel apresentou-se em missão secreta e “foi recebido pelo prefeito com muita alegria”. Interessante que o Coronel mostrou-se conhecedor da campanha política e da vida pública na cidade de Teodoro Sampaio, dizendo que “o Exército daria todo o apoio a sua gestão”. Impressionado, o então prefeito colocou-se à disposição do Coronel para ajudá-lo, arrumando o carro para levar Halim, bem como encher o tanque do veículo do Coronel com recursos da Prefeitura, pois, “em se tratando do Exército, teria prazer em cooperar”. Por fim, o Coronel perguntou ao Prefeito Sebastião Furlan se “havia alguém que discordava de sua gestão”. Este lhe respondeu existir apenas um vereador, não citando seu nome, quando então se prontificou o militar “a efetuar a sua prisão e remover-lo [sic] dali, deixando o campo aberto para o Prefeito executar sua gestão sem embaraços”, diante do que, o prefeito de Teodoro Sampaio irradiou-se de alegria.

O fato é que Halim Maaraoui foi levado para a cidade de Presidente Prudente, onde pegou um ônibus até Londrina e posteriormente a Arapongas, ambas no Estado do Paraná, onde ele tinha parentes. Tendo um amigo responsável pelo Cartório de Registro de Imóveis de Apucarana, Senhor Benedito Coelho Júnior, cidade onde estaria aquartelado o Coronel, Halim relatou-lhe os fatos ocorridos no dia anterior e obteve a informação de que não existia, naquele Comando do Exército, nenhum coronel com o nome de Marciano Castadello.

Assim, o próprio Halim viajou até Apucarana, apresentou-se ao Comandante do 13º RI, relatando o ocorrido, sendo “informado pelo mesmo de que não existia oficial com o nome indicado. Fez-me ciente tratar-se de um falso Oficial, um vigarista qualquer”. No dia quatro de julho, Halim retornou para Nova Londrina.

Diante dos relatos pormenorizados feitos por Halim Maaraoui e da conclusão de que a pessoa que o “prende” não era Coronel do Exército e que os “motivos” para sua detenção não era, sustentáveis, ficamos com a impressão de que, assim como nos relataram as memórias citadas acima,

tratou-se de mero rapto ou sequestro encomendado. A quem interessaria a perseguição contra Halim está claro em seu relatório.

Por fim, como uma das acusações contra Halim Maaraoui seria de que o mesmo possuiria dívidas na cidade de Cornélio Procópio, o mesmo junta, aos autos do processo perante a Justiça Militar, diversas certidões negativas de protesto. Além disso, há certidões de Nova Londrina e da vizinha cidade de Loanda.

4.3 – O Inquérito para apurar o sequestro de Halim Maaraoui

Halim Maaraoui foi vítima de sequestro no dia 2 de julho de 1969. No dia seguinte, Maria da Penha Maspim procurou a Delegacia de Polícia de Nova Londrina para prestar depoimento contra um sujeito de nome “Carlos de Tal”.

Diz a declarante que era “de profissão Cabeleireira, atualmente freqüentadora da Boite CHESDIANA”, na cidade de Londrina-PR, e que, na noite de 30 de junho, teria conhecido o referido Carlos de Tal. Na conversa, Maria Maspim disse ser do Estado de Minas Gerais e que estava com saudades dos pais e da sua filha que lá moravam, mas não dispunha de recursos para ir visitá-los. Que o Senhor Carlos de Tal teria se oferecido para ajudá-la, alegando que “essa questão de dinheiro não era problema para quem ganha de Ncr\$ 8.000,00 para 10.000,00”.

Assim, Maria Maspim não hesitou em viajar com o sujeito que havia conhecida naquela noite, no Volkswagen Sedan de cor branca ou pérola dele. Passaram por Maringá e chegaram a Nova Londrina no dia 1º de julho, quando almoçaram na pensão Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Benedito Lima da Silva, de quem o acompanhante dela dizia já ser conhecido. Enquanto à tarde a declarante dormiu na Pensão, Carlos de Tal saiu. Posteriormente, a declarante e Carlos de Tal foram hospedar-se no Hotel e Churrascaria Gaúcha. Durante a janta, seu acompanhante procurava informar-se, por rádio, sobre as cassações feitas pelo Governo Federal.

Na manhã do dia 2 de julho, foram novamente à pensão, onde Maria Maspim afirma ter ouvido Carlos de Tal perguntar ao proprietário do local se

Halim Maaraoui já havia sido cassado. Benedito havia dito que o ex-prefeito, em sua campanha, “oferecia maquina [sic] de costura e fogões etc, aos seus eleitores”. Diante disso, Carlos de Tal disse que “um elemento assim, fazendo pressão contra o povo, deveria ser preso”.

Ao retornarem para o hotel, Carlos de Tal pediu que sua acompanhante arrumasse as malas, enquanto ele levaria as joias dela para serem limpas por um ourives e depois iria conversar com o prefeito, para poderem seguir viagem. Antes de sua saída, Maria teria pedido ao companheiro que não se metesse com a vida dos outros, pois ela não queria confusão, e que o mesmo lhe teria dito que somente ele sabia o que fazia, pois cumpria ordens. Nas palavras da declarante, “CARLOS DE TAL, desde aquela hora até o presente momento, não mais regressou”. Diante disso, procurou a gerência do hotel, bem como a Delegacia de Nova Londrina para narrar os fatos e conseguir dinheiro para voltar a Londrina, um dia antes do retorno de Halim à cidade.

Posteriormente, em oito de julho, foi ouvido o proprietário da pensão. O Senhor Benedito disse já conhecer o sujeito que havia estado em sua pensão, pois uma vez o mesmo o ajudara na rodovia que leva a Santa Cruz do Monte Castelo-PR, quando seu veículo estava com problemas. Disse que não conversaram sobre Halim Maaraoui e que também teria sido enganado pela promessa do sujeito em ajudá-lo com o pagamento de uma dívida no Banco do Brasil. Desde então não mais o viu e só ficou sabendo do envolvimento no sequestro de Halim quando foi convocado para prestar esse depoimento.

Em 6 de agosto foi ouvido o Senhor Maurílio Salame, proprietário do Hotel e Churrascaria Gaúcha. Em seu depoimento, afirma que naquele dia 1º de julho hospedara-se em seu estabelecimento um sujeito que se apresentara como Marcelo Costadello, Coronel do Exército, e que a mulher que o acompanhava seria sua esposa. O suposto Coronel perguntou ao senhor Maurílio Salame o endereço de Halim Maaraoui, o que lhe foi informado, comprou alguns maços de cigarro e saiu, não mais retornando ao estabelecimento, sem pagar a conta. Na noite daquele dia, o declarante ficou sabendo do sequestro de Halim Maaraoui.

Por fim, foi ouvido o Senhor Francisco Belascuzas, que estava com Halim na hora do sequestro. Em seu curto depoimento, apenas confirmou as informações prestadas pelo ex-prefeito e nada mais pôde acrescentar.

O relatório do Delegado Antonio Henrique Faria Filho conclui que Halim Maaraoui foi raptado por um sujeito desconhecido, que se intitulava Coronel do Exército, e estava acompanhado por uma meretriz e deixou prejuízo no comércio de Nova Londrina. Por fim, conclui que o sujeito é “um vigarista, ou então um agitador”.

Notamos que a autoridade policial não fez questão de ouvir outras pessoas acusadas por Halim Maaraoui em seu relatório, como as responsáveis pelo seu sequestro. Por mais que tais indivíduos fossem negar as acusações, seria prudente ouvi-los no Inquérito Policial.

Diante do relatório do Delegado de Nova Londrina, o Inquérito foi encaminhado à Promotoria de Justiça, que se colocou como incompetente para a abertura da ação. “Isto porque, o objeto do crime de seqüestro, de que nos fala os autos, foi político ou subversivo”, encaminhando então o mesmo à Justiça Militar.

Ora, se o próprio Promotor de Justiça reconhecia o caráter político do sequestro, necessário se fazia então buscar as intenções políticas para tal, ou seja, a quem interessaria o sumiço de Halim. Já que o sequestrador era um “vigarista” que se passava por Militar, não se poderia colocar a origem do fato no Exército. Só nos restam, então, os interesses políticos locais, como motivo para o sequestro de Halim Maaraoui.

4.4- A fase judicial, oitiva de Halim e juntada de novos documentos

Acabada a fase de Inquérito Policial, de oitiva das primeiras testemunhas e juntada de alguns documentos, a denúncia contra Halim Maaraoui foi recebida pelo Juiz Auditor Célio de Jesus Lobão Ferreira, em 18 de maio de 1970. Aos 14 dias de julho daquele ano, o acusado foi ouvido na 5ª Circunscrição Judiciária Militar, em Curitiba, perante o Juiz Auditor e o respectivo Procurador Militar.

Em seu depoimento, Halim Maaraoui faz acusações fortes contra seus adversários políticos. O ex-prefeito cassado, ao longo do processo, usa como argumento de defesa a justificativa de que tudo não passou de uma armação política contra a sua pessoa. Nesse depoimento prestado em juízo, o mesmo exacerba suas justificativas. Halim nega as acusações que são feitas contra a sua pessoa e rotula as testemunhas, Avelino Colla, Alonso Postigo, Leonardo Spadini e Dr. Olivier Grendene, como suas “inimigas fidalgas”. A imputação que é feita contra o mesmo seria consequência da disputa política local.

No depoimento, o acusado conta um pouco mais de sua trajetória de vida e sua atuação política. Que se naturalizara brasileiro no ano de 1953. Na década seguinte, já residindo em Nova Londrina, foi procurado por Ney Braga, a fim de que o apoiasse em sua candidatura a governador do Estado, “tendo em vista ser bem relacionado no lugar”. Na campanha foi feito comício na cidade, com a presença do Deputado Nilson Batista Ribas. Uma vez que Halim se dizia amigo do Coronel Paulo Soares, Presidente da UDN no Paraná, articulou a criação da sigla na cidade de Nova Londrina, sendo, inclusive, candidato a Deputado Estadual no ano de 1962, obtendo cerca de 60% dos votos da localidade.

Diante desse aparente prestígio de que Halim Maaraoui gozava com políticos da cena estadual, sustenta que “sempre foi alvo de invejas de outros candidatos, inclusive sofreu ameaças”. Com o bipartidarismo, ingressou na Arena a pedido de políticos como Haroldo Leon Peres e Agostinho Rodrigues. Esclareceu ainda, em sua fala, que “desde que iniciou sua vida política, sempre apoiou o governo, bem assim seus candidatos”, inclusive o governador à época do depoimento, Paulo Pimentel.

Segundo o depoimento, os problemas de Halim teriam sido originados pela sua vitória no pleito eleitoral de 1968, na cidade de Nova Londrina, “o que motivou as ameaças de seus inimigos políticos, inclusive, ameaçando-o de não tomar posse do cargo e de ser cassado”. No caso de seu adversário político, Leonardo Spadini, a inimizade começou pelo motivo de este ter apresentado, como seus candidatos, Darcy Molin e o Presidente da COPAGRA, Akira Kamitani, derrotados por Halim Maaraoui naquela eleição.

O depoente traz uma informação nova até aqui. Diz ele que sempre comparecia a Nova Londrina, o Tenente Maurer Schmidt,

que era tido como agente secreto do Exército, em Guaíra e privava da amizade com os inimigos políticos do interrogando; que dada a essa particularidade os seus concorrentes políticos diziam que iriam cassar os direitos políticos do interrogando, por intermédio do mencionado oficial. [sic]

Como argumentamos acima, Halim tenta fazer crer que a sua cassação se deveu a interesses e ligações políticas que seus adversários possuíam. Ao que parece, tais adversários conseguiram articular essas influências em desfavor de Halim, que, possuidor de outras influências em nível estadual, não conseguiu mobilizá-las.

Particularmente, sobre Avelino Colla, o depoente diz que são “inimigos de morte” desde quando Halim chegou a Nova Londrina, uma vez que possuíam visões políticas contrárias. Alonso Postigo também sempre teria sido seu adversário político e “inimigo pessoal”, uma vez que serviria de “‘testa de ferro’ de outros políticos da localidade para imputar uma série de inverdades contra o interrogando, a fim de prejudicá-lo na sua vida política”. O mesmo poderia dizer do médico Olivier Grendene.

Toda essa alegada perseguição, Halim Maaraoui diz ser motivada

pelo grupo constituído dos fundadores de Nova Londrina e os pertencentes a Cooperativa, com a finalidade de não deixar entrar um estranho na política que viria prejudicá-los uma vez que até então não costumavam pagar impostos. [sic]

Por fim, o depoente relembra o rapto do qual foi vítima e que relatamos acima, concluindo que, infelizmente, o Inquérito Policial Militar, para apurar quem seria o raptor ou seu mandante, nada fez. Após essa oitiva, o advogado de defesa apresentou o rol de testemunhas e a juntada de novos documentos.

Primeiro, Halim não deixa de lembrar a acusação já feita de que a empresa Olaria Entre-Rios Ltda, de propriedade do ex-prefeito e seu adversário político, Avelino Colla, funcionava ilegalmente e, apesar disso, vendia para a Prefeitura municipal de Nova Londrina. Para tanto, junta recebidos, assinados pelo proprietário, de vendas feitas ao Município, para a

construção do Grupo Escolar de Marilena e da Casa Escolar no bairro rural de Quatro Marcos, que somam R\$ 270.300,00.

Posteriormente, há a juntada, nos autos, de um documento do Vaticano, uma espécie de certificado, em que se pode ler: “Beatíssimo Padre, Sr. Halim Maaraoui e Família, humildemente imploram de Vossa Santidade uma especial Benção Apostólica”, datado de 6 de abril de 1970. Dentre os documentos seguintes, há uma série de declarações assinadas por moradores de Nova Londrina, que refutam as acusações contra o ex-prefeito, Halim Maaraoui.

Vinte comerciantes da zona central da cidade assinaram em conjunto uma declaração datada de 11 de julho de 1970. Diz o documento que assinaram que, por serem comerciantes e estarem em constante contato com a população local, nunca ouviram, fosse do então candidato Halim, fosse dos seus correligionários ou eleitores, que o mesmo teria incitado o não pagamento de impostos ou então que deveriam fazê-lo apenas quando ele se elesse. No documento, podemos ler alguns dos estabelecimentos que o assinaram, como o Açougue Caires, Açougue Central, Bar Calhambeque, Casa Pernambuco, Padaria Estrela, Teisho China, Barbearia Nery, dentre outros.

Cinco diretores de escolas da cidade também assinaram uma declaração em que afirmam que nunca terem ouvido o então candidato Halim criticar os métodos educacionais brasileiros, nem mesmo qualquer incitação “à subversão da Ordem Política Social – nem pregava chavões subversivos”. Assinam tais declarações Adélio Franzener, diretor do Curso Colegial Comercial; Elódia Roman Gonçalves Ponce, da Escola Romeu Barbosa de Souza; Nilza Soares de Oliveira, diretora do Grupo Escolar Arthur Bernardes; José Euclides Gimenez, diretor do Ginásio Estadual; e Manoel Bono Belascuzas, secretário do Curso Colegial Comercial.

Também o pároco da Igreja Católica de Nova Londrina, o Vigário Ângelo Rotondi, assina uma declaração em favor do processado, Halim Maaraoui. Diz o padre que conhecia o ex-prefeito havia tempos, pois o mesmo seria católico praticante e, juntamente com sua família, “cumpram suas obrigações religiosas”. Durante a campanha, o declarante nunca ouvira qualquer crítica de Halim à educação brasileira, bem como referências à

divisão de terras ou ao não pagamento de tributos. Diz o pároco que, no contato diário com os fiéis de sua Igreja, não ouviu comentários destes de que o então candidato “incitasse à subversão da Ordem Política e Social, lançando os trabalhadores contra os patronais”. Ao final, reconhece a bênção recebida, por Halim e Família, de “Sua Santidade o Papa PAULO VI”, como “reconhecimento, pela Igreja, da boa conduta e bons precedentes do aludido cidadão”.

Nos mesmos argumentos lançados pelo Pároco Ângelo Rotondi, é a declaração assinada por três pastores evangélicos da cidade: Isac de Oliveira Horta, da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil; Raimundo de Oliveira, da Assembleia de Deus; e Geraldo Félix Guedes, do Avivamento Bíblico do Brasil.

Onze proprietários rurais da cidade também assinam declaração em favor do processado, Halim. Afirmam que, durante a campanha eleitoral de 1968, “nunca viram e nem ouviram” o candidato “incitar à [sic] subversão da Ordem Política e Social – lançando os trabalhadores contra os patronais”. A declaração é assinada por Albino Felix Roman, Aluisio Rodrigues Viana, Ananias Nery, Aristides Martello, Dionizio Franchi Sobrinho, Hermes Martinelle, João Antonio, João Nunes de Medeiros, Martinho Franzener, Miguel Oliveira Cayres e Valdomiro Montanha. No mesmo sentido é uma declaração assinada pelo também proprietário rural, Alaurelino Ferreira Dornelles.

Ao final, o advogado de Halim Maaraoui junta ao processo, que responde na Justiça Militar, a cópia dos Autos de Justificação, aberto na Comarca de Nova Londrina, no mês de junho de 1970 e finalizado no mês seguinte. Segundo o Código de Processo Civil atual:

Art. 861: Quem pretender justificar a existência de algum fato ou relação jurídica, seja para simples documento e sem caráter contencioso, seja para servir de prova em processo regular, exporá, em petição circunstanciada, a sua intenção.

Esse procedimento judicial especial consiste na oitiva de testemunhas, bem como na análise de documentos. Não há parte ré, ou seja, não existe a figura do “processado”, portanto, não há que se falar em defesa ou mesmo

recurso. Na sentença, o juiz não se pronuncia sobre o mérito da questão, mas tão somente acerca das formalidades legais.

Assim, na petição inicial do processo, o requecente Halim Maaraoui justifica os seguintes fatos: que residia em Nova Londrina desde 1952; que passou a exercer atividade comercial e entrou para a política por insistência dos amigos e políticos, Ney Braga, Haroldo Leon Peres e Newton Carneiro, com a única intenção de servir ao lugar onde se radicou; que em 1962 disputou o cargo de Deputado Estadual, não se elegendo; que em 1963 disputou o cargo de Prefeito, mas também não foi eleito, sendo-o nas eleições de 1968; que sempre esteve ao lado do Governo e seus partidos políticos; que, por participar da cena política, juntou admiradores e adversários; que seus “adversários descambaram para os ataques pessoais, originando-se inimizades pessoais e inimizades políticas, as quais perduram até hoje”; que, uma vez eleito, foram públicas e notórias as antipatias pessoais dos seus adversários; que, assim, seus adversários políticos se transformaram em “inimigos pessoais” que passaram a despejar ataques à sua vida particular; que Leonardo Spadini, Avelino Colla e Alonso Postigo tornaram-se seus “inimigos fidalgais”.

Parece-nos claro que a intenção de Halim e seu advogado, ao abrirem esse processo de Justificação, é a de juntar mais provas para o seu argumento central de defesa perante a Justiça Militar - de que Halim não é subversivo e as acusações que são feitas contra ele o são por “inimigos fidalgais” com interesses politiqueiros, portanto, não merecedoras de credibilidade.

Junta-se mais uma série de documentos que comprovariam tal hipótese. São telegramas enviados por políticos, como os governadores Ney Braga, Paulo Pimentel, o presidente do Instituto Brasileiro do Café, o do diretório da Arena e até do Senado Federal.

Junta-se também um documento datado de 30 de outubro de 1968, durante a campanha eleitoral. Nele, o delegado de polícia, Fuad Pedro Haddad, responde ao Ministério da Aeronáutica a algumas questões sobre Halim Maaraoui e a forma com que este estaria conduzindo a sua campanha eleitoral. O delegado diz que os questionamentos feitos em ofício pela Aeronáutica, os quais infelizmente não constam no processo, não

correspondem à realidade cotidiana da cidade de Nova Londrina. Em outras palavras, o então candidato Halim não estaria agindo de forma subversiva. Ao final, conclui dizendo que “supõe que tais informações partem de adversários políticos do Snr. Halim Maaraoui, que covardemente e com mentiras procuram desmoralizá-lo moralmente e politicamente”.

Há ainda uma “Carta aberta ao povo do Município de Nova Londrina”, com cinco páginas, datada do mês de agosto de 1961. Nela, Halim Maaraoui escreve à população e faz duras críticas ao ex-prefeito municipal, Avelino Colla.

Começa a carta dizendo que, vindo de longe, não imaginava encontrar em Nova Londrina “tanta gente boa, trabalhadora, construtiva, honesta, amiga e fraterna”. No entanto, Halim diz que esse “mar-de-rosas que reinava nesta Comuna, teria que ser destruída pela política”. O responsável por essa destruição seria Avelino Colla, primeiro prefeito da cidade.

Halim aponta uma série de possíveis irregularidades na administração Avelino Colla à frente da Prefeitura: maquinário sucateado, caixa zerado, dívidas a serem pagas e até um trator que se dizia pertencer ao município, mas que era apenas emprestado pelo governo estadual pois Colla “vangloriava-se do prestígio que gozava junto ao Governo Lupion”. Além disso, diz a carta que sua atuação como prefeito “não discutia e nem admitia qualquer senão aos seus feitos”, bem como o rotula de “Imperador despótico”.

O motivo para essa Carta Aberta é “o fato do ex-prefeito estar soltando a língua maléfica sobre a atual administração municipal, estadual e federal”. Assim, Halim passa a fazer a defesa do prefeito à época, Senhor João Fragoso. Tal prefeito, a cada viagem oficial que faz, manda mensagem à Câmara Municipal, fato este rememorado por Fragoso em entrevista citada no primeiro capítulo, explicando os pormenores de sua atuação, pois “a vida administrativa do Município nesta gestão é um livro aberto, e não uma entidade que à [sic] apenas meia dúzia interessa saber”. Nesse sentido, segundo Halim, Fragoso “considera a Prefeitura uma entidade do povo e não propriedade sua”, sendo que busca atuar visando o bem comum e não de determinado grupo, o que, segundo Halim, o levou a estar “ombro a ombro

com ele e com o povo, para a solução dos magnos problemas que afligem esta gente”.

Na sequência, Halim faz uns parênteses para referir-se à cena política estadual. O governador, à época da Carta Aberta, era Ney Braga, a quem Halim apoiava pois este teria o “propósito de restaurar o Paraná (...) das nódoas deixadas por um Governo corrupto”, como na sua opinião havia sido a administração Lupion.

Voltando à questão municipal, a Carta de Halim segue, comparando a administração Colla com a de Fragoso. Embora reconheça as conquistas do ex-prefeito Avelino Colla, enfatiza que a administração de João Fragoso fora mais eficiente e econômica.

É explícita a defesa que a Carta faz da administração de João Fragoso: “tudo quanto faz é dentro de um silencio [sic] que incomoda” e continua:

Vocês já viram o Fragoso ir ao Alto-falante ou a um palanque dizer EU FIZ, etc? Nunca. Ele diz que tudo quanto a Prefeitura faz na sua gestão é obra do próprio povo, com o dinheiro do povo, logo, ele é apenas um Gerente, um Administrador, é um operário do povo.

Assim, Halim pede que a população de Nova Londrina apoie o Prefeito João Fragoso e o Governador Ney Braga, ante a “campanha difamatória” que Avelino Colla estaria fazendo contra ambos. Ainda, como parte de sua defesa/ataque, Halim junta documento que comprova sua atuação na UDN e outro que comprova a filiação de Colla junto ao MDB.

Seguindo no Processo de Justificação aberto por Halim Maaraoui, há a oitiva das testemunhas por ele arroladas. O comerciante José Oliveira Caires corrobora os argumentos apresentados na inicial do processo e salienta que os adversários políticos de Halim “transformaram-se em inimigos pessoais do requerente” após a sua vitória nas eleições, bem como, que os principais ataques pessoais partiam de Luiz Bogoni, funcionário público e do ex-prefeito, Olivier Grendene.

No mesmo sentido é o depoimento do Professor Adélio Franzener. Diz ele que, antes mesmo de mudar-se para Nova Londrina, em 1967, foi-lhe informado, por Avelino Colla, Olivier Grendene e seus parentes, José Antonio Kons e Irma Scherer, que a pessoa de Halim Maaraoui era “elemento

prejudicial”. No entanto, “reparou que o requerente não era pessoa de mal querer com ninguém e pessoa muito sociável”. Que, durante a campanha eleitoral, eram feitos ataques pessoais a Halim, tendo inclusive ouvido a expressão “turco sujo”.

No depoimento do motorista Mário de Almeida, podemos notar que o mesmo diz que não foi eleitor de Halim, o que nos possibilita, *a priori*, imaginar uma maior imparcialidade em sua fala. Diz ele que a inimizade entre Halim e seus opositores se deve à “luta pelo poder municipal”. Confirma também o episódio da invasão da casa de Halim Maaraoui pelas pessoas de Luiz Bogoni, Nilza Soares da Silva e Péríco de Tal, que só não chegou às vias de fato, pela interferência de populares. Sobre as difamações de campanha, diz que elas partiam apenas da “ala de Darcy Molin”, que contava com o apoio da Cooperativa e do então prefeito, Olivier Grendene, inclusive veiculando-se folhetos.

Por fim, há o depoimento do funcionário público, Francisco Maciel da Silva, motorista do município. Após corroborar o mesmo sentido dos depoimentos anteriores, ou seja, de que havia inimizade política entre Halim e seus adversários, o depoente traz um fato novo:

Ao início da campanha para as eleições de 1968, fez uma corrida para o requerido Alonso Canhetti Postigo até a cidade de Lobato, quando o requerido fazia se acompanhar do Oficial de Justiça Arnaldo Augusto; que, em determinado trecho foi perguntado pelo Dr. Alonso o que achava da política, quando o depoente disse que não conhecia política, mas pelo que tinha ouvido falar iria vencer o Requerente ao que o Requerido Alonso disse que não venceria, isto porque iam ser usados de todos os meios, quaisquer que fossem para evitar a eleição do Requerente, tendo o Oficial de Justiça falado que poderia dar ruim no final, ao que o Requerido respondeu que em política qualquer meio serve, mesmo que haja um processo. [sic]

Apesar de serem requeridos no Processo de Justificação e devidamente citados pelo Oficial de Justiça Arnaldo Augusto para comparecerem à audiência e prestar seus depoimentos, Leonardo Spadini, Avelino Antonio Colla e Alonso Canhetti Postigo não o fizeram. Logo, ficamos apenas com a versão dos fatos apresentadas pelas testemunhas e documentos juntados por Halim Maaraoui.

Assim, o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Edgard Rubens Rieke, julgou procedente o pedido formulado por Halim, uma vez que “as testemunhas corroboraram seus termos”.

4.5- Depoimento das testemunhas de acusação, de defesa e últimos documentos juntados

Foi designado, pela Justiça, que Alonso Postigo, Avelino Colla e Leonardo Spadini seriam ouvidos na Comarca de Nova Londrina no dia 14 de setembro de 1970. Um dia antes, os mesmos protocolaram um pedido ao Juízo da Comarca para que a audiência fosse cancelada e o depoimento dos mesmos, prestados na capital do Estado.

Argumentaram as testemunhas que, “dados os vínculos políticos do assunto, há um movimento na cidade objetivando tumultuar a audiência e prejudicar o depoimento”. Embora o advogado de Halim Maaraoui sustentasse não haver os motivos alegados, acabou por concordar com a mudança do local da oitiva, pois, segundo ele, “a verdade não tem dimensão, ela terá sempre e sempre que prevalecer”.

Assim, no dia 9 de novembro daquele ano de 1970, na sede da 5ª Região Militar em Cutiba, foram ouvidas as testemunhas Avelino Colla e Alonso Postigo. Já a testemunha Leonardo Spadini havia falecido aos 64 anos de idade, no dia 13 de outubro, por “enfarte do miocárdio = esclerose coronária”, sendo substituída pelo ex-prefeito, Olivier Grendene.

Avelino Colla ratificou o depoimento prestado em fase de Inquérito Policial Militar, mas acrescentou outras informações. Disse ele que mantinha certa amizade com Halim, mas que este o teria agredido em uma solenidade, por razões políticas, sem no entanto esclarecer o tipo de agressão e prestar maiores detalhes. Que esteve presente em vários comícios políticos do acusado, tendo ouvido “pronunciamentos de natureza subversiva”, especialmente na questão das terras rurais. Disse Avelino, ainda, que nos últimos dias de sua gestão na Prefeitura, por mera perseguição política, Halim teria desapropriado, a título de utilidade pública, um terreno onde o depoente construía um cinema.

Quando reperguntada pelo advogado de defesa, a testemunha Colla mostrou-se contraditória em sua fala. Disse que nunca apresentara qualquer queixa escrita contra Halim; que sobre a acusação de que Halim forjava certidões de nascimento, retificou-se, dizendo que havia tomado conhecimento de apenas um caso, mas que também não o notificara à Justiça; que, sobre a incitação de Halim à questão das terras, também não procurou a Justiça local; que não se lembrava de Halim ter criticado os métodos de educação do Governo. Ou seja, embora no começo de seu depoimento, Avelino Colla ratificasse as acusações que haviam sido feitas a Halim Maaraoui, ao ser reperguntado, não mostrou a mesma firmeza para sustentá-las.

Já Alonso Postigo começou a fala, ratificando seu depoimento no IPM e pediu para deixar claro ser inimigo de Halim Maaraoui. Disse que o então candidato criava problemas na zona rural da cidade, inclusive em propriedade do depoente e de Avelino Colla, além de orientar as pessoas a não pagar tributos. Que Halim acusava publicamente o ex-prefeito, Olivier Grendene, de ladrão. Que nada tinha a dizer sobre a acusação de que Halim falsificava documentos. Ainda admitiu o racha política na cidade nos seguintes termos: “Que na cidade de Nova Londrina, existem duas correntes políticas, sendo que a testemunha filia-se a uma delas, pertencendo o acusado à segunda facção”.

Ao final, foi perguntado a Alonso Postigo sobre Leonardo Spadini, ao que ele respondeu, em tom de confissão:

Tem conhecimento de que o mencionado Leonardo teria feito representações junto ao S.N.I., tudo com vistas a impugnação do acusado presente à Prefeitura Municipal; que, segundo tem conhecimento a testemunha, dito Leonardo seria pessoa credenciada como informante junto S.N.I. [sic]

Embora a Audiência para ouvir o Dr. Olivier Grendene estivesse marcada para ocorrer na Comarca de Nova Londrina, em 2 de março de 1971, um dia antes, o mesmo apresentou pedido e justificativa semelhantes aos das outras testemunhas, ou seja, diante da polêmica do caso, solicitou ser ouvido na capital paranaense. Assim, o dito senhor foi ouvido apenas na data de 15 de julho de 1971.

Grendene começou esclarecendo não ser inimigo pessoal de Halim, mas apenas seu adversário político. Admitiu que, durante a campanha de 1968, prestou informações sobre aquele ao Tenente Meurer, da guarnição do Exército em Guaíra. Sobre seu depoimento anterior no IPM, ratificou o mesmo e acrescentou alguns pontos.

Afirmou que nos comícios feitos por Halim, em companhia de seu candidato a vice, Oscar Tomazoni, “incitavam a divisão de classes e pregavam a luta de operários contra patrões; que, ainda, ofereciam o seu próprio sangue em defesa da classe menos favorecidas”. Tais fatos seriam do conhecimento público dos moradores de Nova Londrina. Nessas referências feitas nos comícios, “de luta de operários contra patrões, era no sentido político, porquanto os adversários políticos eram de modo geral patrões”. Além disso, sustentou que Halim fazia promessas aos meeiros e parceiros agrícolas, de que, se fosse eleito, dividiria as terras entre essas pessoas, bem como ao não pagamento de tributos.

No entanto, reperguntado pelo advogado de defesa, Olivier Grendene disse que nunca presenciara tais promessas de Halim aos trabalhadores rurais ou urbanos, nem mesmo a incitação à violência ou outro meio ilícito, apenas os ouvindo de terceiros. Nos comícios de Halim, presenciados pelo depoente Grendene, nunca houvera arruaças ou badernas. Perguntado sobre Spadini, admitiu que o mesmo era informante do SNI na cidade.

Observando tais depoimentos na fase judicial e com o devido contraditório, elaborado pela defesa de Halim Maaraoui, ficamos com a impressão de que tais não trazem informações novas ao processo. Pior que isso, as testemunhas admitem que as acusações, por elas feitas, o são por meio de informações prestadas por terceiros, bem como reconhecem serem adversários/inimigos do processado.

Com o processo chegando ao seu final, a incansável defesa de Halim Maaraoui juntou mais documentos, dentre eles, várias declarações, que comprovariam a sua inocência. Além disso, mais duas pessoas foram ouvidas pelo Juiz Auditor.

A Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná mantinha na cidade de Nova Londrina um Posto Rural que prestava apoio aos produtores

locais. Em setembro de 1970, o Chefe Antonio Roberto da Rocha assinou uma declaração, afirmando que o então candidato, Halim Maaraoui, não fez promessas de repartir terras, nem teria lançado os trabalhadores contra os seus patrões. O declarante afirmou que, no contato diário de sua atividade pública, não ouviu qualquer comentário de que Halim “incitasse à subversão da Ordem Política e Social”.

Também em setembro de 1970, a Senhora Marisa Cecília Venancio Rocha, acusada pelos adversários de Halim Maaraoui de ter falsificado certidões de nascimento quando cartorária para beneficiar o então candidato, manifestou-se a respeito. Afirmou ela que assumira o Tabelionato do distrito de Cintra Pimentel por nomeação do Governo do Paraná, sem qualquer influência de políticos locais. Além disso, nunca praticou alterações em registros e sequer foi procurada por Halim para fazê-lo.

Polêmica é a declaração do lavrador José Ribeiro da Silva. Mais do que negar a suposta prática subversiva de Halim durante a campanha eleitoral, o declarante fez sérias acusações ao Advogado Alonso Postigo. Começou dizendo que era proprietário de uma área rural na vizinha cidade de Loanda, quando então apareceu um sujeito, dizendo-se dono da terra, o qual portava um documento emitido pelo Departamento Geral de Terras e Cartografia (DGTC), durante o governo de Moisés Lupion. Para defendê-lo perante a Justiça, José Ribeiro contratou o advogado Alonso Postigo, que, segundo ele, “em combinação com o suposto proprietário e relaxamento profissional o Declarante foi despejado impiedosamente sem qualquer indenização”.

Diante desse “ato desumano”, nas palavras do declarante, o referido advogado, para redimir-se, teria convidado José Ribeiro para trabalhar/morar com sua família em uma propriedade do mesmo, na também vizinha cidade de Marilena. Sem ter para onde ir, o declarante prontamente aceitou o convite. Entretanto, passado um ano, o proprietário Alonso Postigo decidiu mandá-lo embora, sem qualquer pagamento, indenização ou chance de colher o que havia plantado, com o que José Ribeiro não concordou. Assim, segundo depoimento do próprio declarante:

O Dr. ALONSO CANHETTI POSTIGO, mandou -2- Dois dos seus jagunços amarrar o Declarante com sua senhora, em CORDA, e

tirado a força da propriedade, e levado a sua presença a Nova Londrina, onde o povo em geral tem conhecimento do caso, com as barbaridade do ADVOGADO, o povo em geral condenou sua atitude desumana, inclusive na DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA LONDRINA, foi aberto inquérito Policial no caso, e até presente data o Declarante espera JUSTIÇA. [sic]

Por fim, são acrescidas três escrituras públicas de declaração, feitas no Cartório por João Balbino de Souza, Manoel Laurentino da Silva e Antonio Laurentino da Silva. Ambos disseram ter sido porcentageiros em terras do Senhor Avelino Colla e que, em nenhum momento, o então candidato Halim Maaraoui os procurou para prometer-lhes dar referida propriedade ou incitá-los de qualquer forma.

O vice-prefeito eleito em 1968, Oscar Tomazoni, foi ouvido pelo Juiz do processo, na cidade de Curitiba, no dia 9 de setembro de 1971. O mesmo rechaçou todas as acusações que deram cabo do processo. Disse ele que tudo não passava de fantasia, pois seria Halim católico, de comportamento equilibrado e “de sólidos princípios democráticos”. Para Tomazoni, “problemas da natureza daqueles descritos na denúncia, são comuns ocorrerem nas cidades pequenas, tudo em decorrência de rixas políticas, e interesses contraditórios”.

Ao ser perguntado sobre os adversários políticos de Halim, o depoente disse que Spadini era considerado na cidade “um homem de esquerda”; que Colla era “inimigo pessoal do acusado”; que Postigo era um “advogado de comportamento duvidoso e inimigo do acusado”; que Grendene também era “inimigo do acusado”. Sobre o Tenente Meurer, da guarnição do Exército em Guaíra, seria “da amizade das pessoas referidas, acrescentando que o mesmo era freqüentador assíduo nos banquetes oferecidos em Nova Londrina”.

A última testemunha ouvida nos autos foi o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa à época, Wilson Fortes. O deputado disse que conhecia os acusadores de Halim e todos seriam inimigos políticos do mesmo. Além disso, por conhecer o acusado há anos e ter participado de vários de seus comícios de campanha, poderia dizer que se tratava de um sujeito “trabalhador, ordeiro e bom chefe de família, nada tendo chegado ao seu conhecimento que pudesse desbanar sua conduta, quer pública ou privada, que afligem sua idoneidade”. Segundo o deputado, as inimizades políticas que

Halim adquiriu ao longo da vida o sã por ser o mesmo “homem de tendências de liderança inata”, o que causaria inveja a seus adversários.

Assim, chegamos ao fim da instrução processual. Em outras palavras, o processo passou então à fase de Alegações Finais, tanto pela acusação como pela defesa.

4.6- A sentença final e a “politicalha interiorana” ou Considerações Finais

Em 29 de setembro de 1971, o Procurador da Justiça Militar apresentou as suas razões finais, em que pedia a condenação de Halim Maaraoui a dois anos de detenção. Nas três páginas de Alegações Finais, disse que o acusado estava denunciado pela Justiça por ter, durante sua campanha de 1968, seus comícios e contatos com os eleitores da cidade, incitado “à subversão da ordem político-social estabelecida na Constituição Federal”, pois teria lançado os trabalhadores contra os patrões.

Para pedir a condenação de Halim, o Procurador apoiou-se nos depoimentos de Avelino Colla, Alonso Postigo e Olivier Grendene, em que, segundo ele, “resultam exaustivamente comprovadas” as acusações contra Halim. As testemunhas de defesa e os vários documentos juntados pela mesma não deveriam ser desconsiderados, uma vez que seriam amigos do acusado, “daí a imprestabilidade de tais depoimentos”.

Em 8 de outubro foi a vez do advogado de defesa, Élio Narázi, apresentar as suas razões. Segundo ele, os documentos juntados ao processo e as várias testemunhas ouvidas em todas as fases não comprovavam os fatos imputados a Halim Maaraoui. Pelo contrário, teria ficado provado, sim, nos autos, que tudo não passara de “insignificantes e banais desinteligências políticas e pessoais que resultaram em profundas inimizades”. Assim, pedia a absolvição do acusado.

Diante de todos os argumentos, depoimentos e documentos, os Juízes Militares assim se manifestaram em 17 de novembro de 1971, na sentença do processo:

O processo traz como cenário, o Município de Nova Londrina, em período imediatamente anterior às eleições municipais de 1968,

figurando o réu como candidato a Prefeito. As testemunhas levadas ao feito, quer de acusação quer de defesa, eram, foram ou ainda permanecem políticos na localidade, constituindo-se o processo um prolongamento da campanha então encetada.

Em dita maratona cívica nada faltou, e os depoimentos prestados bem refletem o clima vivido.

Desde os insultos, afirmações cavilosas, todos também se atribuem os elogios maiores, denegrindo-se da mesma sorte; apodam-se mutuamente de trapaceiros, ladrões, bem assim de espíritos voltados à causa pública.

Houve de tudo na campanha; da calúnia ao seqüestro, e no frigidar dos ovos, sucumbiu um deles, não se precisando se de maneira tranqüila, por chamamento da divindade, por cansaço, desfastio, ou algo mais direto, de inspiração adversária. De tudo ocorreu em Nova Londrina, exceto algo que interessar pudesse à Segurança Nacional.

Dizer da moralidade dos personagens referidos é algo que escapa em competência ao decisório, concluindo-se, todavia, cuidar-se do mesmo saco de gatos, vinhos, obviamente da mesmíssima pipa.

(...)

Ora, pelo quanto restou apurado, melhor se amoldaria à hipótese, a dispositivo outro, figurante em caderno diverso, provavelmente o que desse cuidado à problemática da caça e da pesca.

O Decreto-Lei nº 314, por sua própria natureza, objetivos e alcance, restou incólume, devendo ser aplicado a problemas mais sérios, com material humano mais grave, distante à miuçalha, às tricas, futricas, verrimas, toda esta soma de pequeninas o sujeiras comuns à politicalha interiorana.

Diante desse forte relatório, os Juizes Militares, por unanimidade, absolveram o acusado Halim Maaraoui da imputação de subversivo. Essa decisão gerou recurso de Apelação, mas a sentença foi mantida pelo Superior Tribunal Militar, por unanimidade de votos, em 15 de maio de 1973.

5. Considerações Finais

“Politicalha interiorana”, “tricas, futricas” de pessoas do “mesmo saco de gatos”. São essas as definições utilizadas pelos Juízes Militares quando da sentença do processo de cassação sob acusação de subversão contra Halim Maaraoui. Alguns podem até pensar que essas “conclusões” rebaixem a pesquisa a um nível inferior. No entanto, acreditamos que é justamente o contrário.

Os motivos que levaram à cassação da Halim Maaraoui vão além do óbvio para a época de repressão política que o Brasil enfrentava durante a Ditadura Civil-Militar. Para o grupo civil-militar que tomou o poder Federal naqueles anos 1960-70, toda e qualquer crítica política, econômica ou ideológica, que fosse feita aos seus interesses, era encarada como subversão e passível de punição por parte dos ditadores.

Muitos cidadãos que viveram aquele período estavam empenhados nessas críticas ao Governo Federal e à classe política instalada no poder. Presos, torturados, mortos, desaparecidos e exilados, tivemos aos montes naqueles anos, principalmente nos grandes centros urbanos. Além disso, por motivos diversos, a “caça às bruxas” chegou e atingiu também os rincões mais isolados do país, e cidadãos que não tinham propensão à “subversão” acabaram sendo vitimados.

Tentar entender melhor a especificidade do processo de cassação da Halim Maaraoui toca em vários pontos. Como o leitor pôde perceber, a riqueza de documentos, versões e reversões sobre os acontecimentos passados em Nova Londrina naqueles anos é enorme. Nosso ponto de vista é de que, para se entender o motivo da cassação, é preciso, antes de tudo, lançar luz sobre o processo de (re)ocupação da região como um todo e da cidade, de forma específica. Um trabalho historiográfico não deve limitar-se em narrar fatos, datas e nomes, mas sim, buscar compreender os motivos que impulsionavam os diversos atores sociais a agir desta ou daquela maneira diante da realidade posta no local.

O processo de (re)ocupação de Nova Londrina, assim como das demais cidades do Norte/Noroeste do Paraná, foi feito como um empreendimento

capitalista, em que empresários do ramo imobiliário se apropriaram dos discursos ideológicos do “pioneirismo” para legitimar seus negócios. Além disso, fizeram forte propaganda para vender “suas terras” aos migrantes que vinham em busca do sonho de prosperar rapidamente na nova fronteira agrícola.

No caso de Nova Londrina, a Imobiliária em questão privilegiou a migração de pessoas do Sul do país. Em outras palavras, como os sócios da empresa tinham suas origens no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, buscaram formar nas “suas terras” o maior círculo cultural homogêneo possível. Esses “sulistas” se tornaram os principais proprietários rurais, comerciantes e madeireiros na cidade. Ao mesmo tempo, uma quantidade de trabalhadores braçais de diversos cantos do país, em especial do Nordeste, chegaram à cidade em busca também de seu “El Dourado”.

Todo esse processo discutido no primeiro capítulo da dissertação fez surgir, em parte da “população pioneira”, o sentimento patrimonialista de que a terra, por eles desbravada, lhes pertence mais do que a outras pessoas, bem como a administração e equipamentos públicos deveriam ser por eles “administrado” [sic]. Um sentimento até certo ponto egoísta de “legítimos donos” das novas terras e da nova cidade. Assim, quando da emancipação política, ou seja, quando Nova Londrina deixou de ser distrito, período em que o poder de fato era exercido pela Imobiliária, e passou a ser um município, essa “elite pioneira” achava natural que os seus membros é que administrassem a “coisa pública”. Como nos referimos no corpo do texto, os três primeiros prefeitos da cidade podem ser encaixados como pertencentes a esse grupo social, salvo a administração de João Fragoso, que nos parece mais independente da “politicalha interiorana”.

Apesar da hegemonia política por parte da classe “pioneira”, podemos perceber que, em todos os pleitos eleitorais, havia uma oposição que atingia boa quantidade de votos, pois, até mesmo na eleição de 1959, com candidato único, o número de votos em branco e nulo foi considerável. Essa classe política, de ambos os lados, estava bem articulada e contava com o apoio de políticos do cenário estadual.

Os fatos que mudaram radicalmente a política nacional, no ano de 1964, não tiveram grande repercussão na massa da população novalondrinense. Como vimos nas memórias dos entrevistados, a vida seguiu seu rumo e as pessoas estavam mais preocupadas com seus objetivos pessoais, locais, econômicos, do que engajadas em qualquer luta revolucionária. A classe política local, no entanto, mantinha seus contatos e minimamente fazia a leitura do momento delicado pelo qual a política brasileira passava naqueles meados de década.

Assim, foi na campanha eleitoral de 1968 que o acirramento entre a “elite pioneira” e os seus adversários se tornou mais visível. A situação apresentou como candidatos: Darcy Molin, então vice-prefeito e dono de serrarias, e Akira Kamitami, presidente da Cooperativa dos produtores rurais, enquanto que, pela oposição, concorreu novamente Halim Maaraoui, pequeno comerciante, tendo como vice, Oscar Tomazoni, cartorário. Interessante é o fato de que ambos os candidatos faziam parte da Arena e concorreram pelas sublegendas. Como vimos no terceiro capítulo, a disputa entre ambos mobilizou praticamente todos os setores da população novalondrinense. Como a maioria das disputas eleitorais de interior, os grupos se acusaram, os ânimos se exaltaram e quase chegaram às agressões físicas, se é que não chegaram.

O fato é que Halim Maaraoui, contrariando a expectativa e o desejo da “elite pioneira”, venceu aquele pleito democrático. No entanto, no trato com os documentos analisados nesta pesquisa, podemos perceber que os membros da “elite pioneira” já estavam articulados e buscando, de alguma forma, impedir que Halim assumisse a prefeitura municipal. Leonardo Spadini, autointitulado membro do SNI (órgão de espionagem e repressão da Ditadura) em Nova Londrina, e Olivier Grendene, então prefeito municipal, haviam escrito cartas ao Exército para denunciar supostos crimes de subversão cometidos pela campanha de Halim. Essas “denúncias” foram fundamentais para que, de modo arbitrário, sem ouvir a parte acusada, como é de praxe em uma Ditadura, Halim Maaraoui, eleito democraticamente pela maioria dos novalondrinenses, fosse cassado do cargo com apenas três meses de mandato.

Assim, a pergunta que nos propomos a responder ao longo desta pesquisa é: era Halim Maaraoui um comunista subversivo ou sua cassação foi

arquitetada pelos seus adversários políticos com o propósito de reaverem o mando político em Nova Londrina? Corroboramos a resposta dada pelos Juízes Militares na sentença que absolveu Halim, já referida nas considerações finais no quarto capítulo, que rotula o caso como “politicalha interiorana”, ou seja, uma política canalha, suja, indigna e feita por pessoas do mesmo nível no interior do Estado. No entanto, ainda precisamos resgatar aqui quais os interesses que a “elite pioneira” tinha para promover esse ato antidemocrático.

São sempre as mesmas pessoas que acusam Halim Maaraoui de subversivo: Olivier Grendene, Leonardo Spadini, Alonso Postigo e Avelino Colla. Esse quarteto se esforça em todos os seus depoimentos e cartas para sustentar as acusações feitas ainda durante a campanha. São repetitivos, nada trazem de novo e, apesar da insistência, não comprovam com outros documentos o que alegam. De outro lado, Halim Maaraoui, além de negar as acusações, arrolar testemunhas que sustentam a sua versão, ainda faz juntar nos autos do processo uma série de documentos de vários cidadãos da cidade que nos parece comprovar as suas alegações de inocência ou, no mínimo, nos deixam a reflexão de que tudo não passou de “politicalha interiorana”.

Apenas o sentimento patrimonialista não é suficiente para explicar o afã de o grupo politicamente hegemônico até o ano de 1969 em Nova Londrina querer tirar Halim Maaraoui e Oscar Tomazoni da prefeitura municipal. Outros interesses esse grupo deveria ter para tanto. No item 4.2 desta dissertação, mostramos os documentos juntados pela defesa de Halim que apontam para supostas irregularidades cometidas pelo grupo que o acusa, enquanto estivera na administração do município. Não há sentença conclusiva sobre essas acusações, mas, segundo o próprio Tomazoni, deveriam ser coisas que “um grupo pretende manter oculto”. A sanha por se ver livre de Halim era tanta, que até um sequestro aconteceu. Infelizmente, os mandantes de tal ato desumano acabaram não sendo descobertos, muito embora o Promotor de Justiça tivesse reconhecido o caráter político do sequestro.

Entre as partes envolvidas não havia grandes questões ideológicas em discussão. Ambos os lados, quando dirigem cartas ou falas à Ditadura, sempre tentam se passar como defensores da moral e dos bons costumes, defensores

da “revolução de 1964” e que estariam atuando para impedir a “subversão” e extirpar os comunistas. Parece-nos que os atores mostrados nesta dissertação compreendiam o crítico momento por que o país atravessava e falavam justamente o que a Ditadura queria ouvir. Como argumentamos, os novalondrinenses em questão não estavam preocupados com a política nacional, mas tão somente com as disputas locais, uns para manterem sua hegemonia política, outros para ascender ao poder municipal.

Diante de todo o aqui exposto, as evidências levam a crer que a cassação de Halim Maaraoui se deu por mera disputa política local, pois não se tratava de pessoa que ameaçasse o Governo Federal, que acabou sendo “usado” naquele momento histórico de “perseguição contra tudo e contra todos” pela elite política “pioneira” de Nova Londrina. Em outras palavras, os documentos nos apontam que a cassação de Halim foi um ato antidemocrático, arquitetado por Olivier Grendene, Leonardo Spadini, Avelino Colla e Alonso Postigo, com o apoio tácito do grupo de “pioneiros” que os cercava, com o interesse de manterem o controle político/patrimonialista na cidade.

Essa “politicalha” ocorrida em Nova Londrina, naquela época de ditadura, não é “privilégio” apenas das pequenas cidades do interior do país, como nos tentam fazer crer os Juízes Militares na sentença que absolveu Halim Maaraoui. O que ocorreu na cidade foi um golpe político, orquestrado por aqueles que não aceitaram perder o poder local. Caso ampliemos a escala de observação, é a mesma lógica de disputa que encontramos para o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil. Assim como Halim Maaraoui foi deposto injustamente do cargo para o qual havia sido eleito, João Goulart também o foi e, como eles, outros brasileiros foram vitimados por uma forma canalha de se fazer política.

Referências:

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Processo nº533/70.

ALCÂNTARA, José Carlos. A Gleba Pirapó. In: MARCELO, Paulo. **História de Paranavaí**. Paranavaí, 1988.

_____. O Bipartidarismo (1966-1978) e a volta do Pluripartidarismo em Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

_____. **O dualismo partidário no período de 1966 – 1982 e sua representação local**. Tese de Doutorado. Assis, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARQUIVO do Projeto Memória do Noroeste do Paraná – Acervo de Cianorte, entrevista de número 03, com **Celestino Jacinto Gomes**, realizada por Viviane Piovesan. Cianorte, 11 de novembro de 2004.

_____. Acervo de Nova Londrina, entrevista de número 05, com **João Soares Fragoso**, realizada por Cássio Augusto S.A. Guilherme. Nova Londrina-PR, 1º maio de 2009.

_____. Acervo de Nova Londrina, entrevista de número 06, com **José de Abreu Crispin**, realizada por Cássio Augusto S.A. Guilherme. Nova Londrina-PR, 20 maio de 2009.

_____. Acervo de Nova Londrina, entrevista de número 07, com **Jair Rezende**, realizada por Cássio Augusto S.A. Guilherme. Nova Londrina-PR, 30 maio de 2009.

_____. Acervo de Nova Londrina, entrevista de número 08, com **Oscar Tomazoni**, realizada por Cássio Augusto S.A. Guilherme. Paranavaí-PR, 06 junho de 2009.

_____. Acervo de Nova Londrina, entrevista de número 09, com **Ítalo Calligher**, realizada por Cássio Augusto S.A. Guilherme. Nova Londrina-PR, 08 junho de 2009.

_____. Acervo de Nova Londrina, entrevista de número 10, com **Ondina Cureau Giacobbo**, realizada por Cássio Augusto S.A. Guilherme. Nova Londrina-PR, 08 julho de 2009.

_____. Acervo de Nova Londrina, entrevista de número 11, com **Odete Tesser Colla**, realizada por Cássio Augusto S.A. Guilherme. Nova Londrina-PR, 15 julho de 2009.

- BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1992.
- BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1994.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. [s.l.] Editora Bertrand Brasil, 2008.
- BRASIL: Nunca mais. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na Terra das Araucárias**. Maringá: Eduem, 2009.
- CAMARGO, João Borba de. **História do Paraná (1889-2002)**. Maringá: Gráfica Maranata, 2006.
- CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense: 1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História – Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CASAGRANDE, Iolanda. O trabalhador rural volante (“bóia-fria”) na região de Maringá nos anos 70. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na belle époque**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- CHIAMULERA, Armando Valentin. **Nova Londrina**. Documento, 14/07/1996.
- CORREA, Carlos Humberto P. **História oral: Teoria e Técnica**. Florianópolis. Ed. UFSC, 1978.
- DE PAULA, Zueleide Casagrande. Verde que te quero ver-te. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.
- DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.
- DIAS, Reginaldo Benedito. Os Trabalhadores e a Esquerda na Resistência à Ditadura Militar: A greve geral de outubro de 1968 em Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: A experiência da Ação Popular no Paraná**. Maringá: EDUEM, 2003.

DREIFUS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. v.2. São Paulo: Globo, 1995.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERNANDES, Osmar Soares. **Nova Londrina Rainha do Noroeste: 60 anos de história**. Editora Assoeste: Cascavel, 2010.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. **A Ribanceira da Necessidade histórica. Crítica de uma crítica acrítica do tema da reforma agrária no Norte do Paraná**. In: Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa: revista anual de metodologia de pesquisa/Suplemento Especial de História. Universidade Estadual de Maringá, 1996.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A.. **Nova Londrina-PR: O processo de (re)ocupação (1950) e a “politicagem interiorana” nos “anos de chumbo” da Ditadura Civil-Militar (1968-1969)**. Revista História Agora nº 9, Nov/2010. Disponível em: http://www.historiagora.com/dmdocuments/revista9_DOSSIE_11.pdf

GUILHERME, Cássio Augusto S. A.. **O Gramsci político e revolucionário**. Revista Urutágua nº 19, set/Nov 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/6680/4624>

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense**. Curitiba: BPP, 1986.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Editora Unesp, 1992.

MARCELO, Paulo. **História de Paranavaí**. Paranavaí, 1988.

MARKUN, Paulo. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MOTA, Lucio Tadeu. **História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais**. Maringá: EDUEM, 2005.

NOVA LONDRINA: 30 ANOS. Editor Euclides Bogoni. Paranavaí, 1986.

NOVA LONDRINA NA DÉCADA DE 1950. Vídeo. Disponível na internet em: <http://www.youtube.com/watch?v=Tg8glvhiiEc> (parte 01) e <http://www.youtube.com/watch?v=Sblgasmmwck&feature=related> (parte 02).

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os comunistas e o golpe. In: SOARES, Gláucio e D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **21 Anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

PIRES, Zeca. **Cinema e História**. Blumenau: Edifurb, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 14ª edição, 1997.

PRIORI, Ângelo. Lutas sociais e conflito político: Alguns temas da história de Maringá (o II Congresso de Trabalhadores Rurais e a formação da Frente Agrária Paranaense). In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b.

RÉMOND, René. O Retorno do Político. In: CHAUVEAU, Agnes (org.). **Questões Para a História do Presente**. Bauru: Edusc, 1999.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003c.

RESULTADOS DE ELEIÇÕES. **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**. Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/anteriores/index.jsp>

ROMPATTO, Maurílio. **A Escolha do Objeto de Pesquisa em História Regional**. Umuarama-PR: Akrópolis, v. 9, nº 01, jan/mar/2001. pp. 45-52.

_____. **A oralidade como fonte de pesquisa em História Regional**. Revista História Agora nº 9, Nov/2010. Disponível em: http://www.historiagora.com/dmdocuments/revista9_DOSSIE_4.pdf

_____. **Piquiri: “O vale esquecido” – Memórias da luta pela terra em Nova Aurora, Paraná, desde os anos 1950**. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universitária Católica, São Paulo, 1995.

ROUSSO, Henry. A história não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2001.

SÁ, Luiz Carlos Tavares de e TOMANIK, Eduardo Augusto. **Reconstrução história da (re)ocupação do Noroeste do Estado do Paraná: Versões oficiais e situações vivenciadas**. Maringá: UEM, 1998.

SCHWARTZ, Wildon. **Um povo escondido originou Paranavaí**. In: MARCELO, Paulo. **História de Paranavaí**. Paranavaí, 1988.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 1964. In: SOARES, Gláucio e D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **21 Anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado – História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e Descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História – Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Jacus e Picaretas (A História de uma Colonização)**. Maringá: Bertoni, 1999.

Cronologia:

1950 – Início do processo de (re)ocupação por iniciativa da Imobiliária Nova Londrina Ltda.

05/08/1953 – A localidade passa a ser distrito de Paranavaí e tem Edmundo Grabowski nomeado sub-prefeito.

02/12/1954 – Publicação no Diário Oficial do Paraná sobre a elevação de Nova Londrina a categoria de município;

03/10/1955 – Eleição de Avelino Antonio Colla (PSD) para prefeito municipal, com 578 votos, contra Atonio Bogoni (PR) com 539 votos;

07/01/1956-06/01/1960 – Avelino Colla administra a cidade de Nova Londrina;

1956-1961 – Moisés Lupion é governador do Paraná;

04/10/1959 – Eleição de João Soares Fragoso (PSD) como candidato único para prefeito municipal;

06/01/1960-06/01/1964 – João Fragoso administra a cidade de Nova Londrina;

18/11/1962 – Fundação da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina (Copagra) sob a liderança de Leonardo Spadini;

06/10/1963 – Eleição de Olivier Grendene (PDC) com 2.604 votos contra Halim Maaraoui (PTN) com 2.088;

06/01/1964-31/01/1969 – Olivier Grendene administra a cidade de Nova Londrina;

03/1964 – Por determinação da Assembléia Legislativa do Paraná, a Câmara Municipal escolhe entre os vereadores a pessoa de Darcy Molin (PTB) para o cargo de vice-prefeito.

31/03/1964 – Golpe Civil-Militar depôs o presidente João Goulart.

27/10/1965 – Ato Institucional nº2 institui o Bipartidarismo;

26/07/1968 – Primeira referência a Halim Maaraoui em documento confidencial do SNI onde diz que o mesmo concorrerá ao cargo de prefeito municipal;

06/10/1968 – Carta de Olivier Grendene ao Exército, onde faz acusações contra Halim;

15/11/1968 – Eleição municipal para vereador e prefeito;

15/11/1968 – Ofício de Olivier Grendene, então prefeito de Nova Londrina, para o Exército onde acusa Halim Maaraoui de subversão;

13/12/1968 – Ato Institucional nº5 que dava maiores poderes ao Executivo Federal;

31/01/1969 – 29/04/1969 – Halim Maaraoui administra a cidade de Nova Londrina;

12/02/1969 – Instalado o processo nº 00450 contra Halim Maaraoui pela Comissão de Investigações Sumárias do Exército (CISEx);

24/03/1969 – Inquérito aberto contra na Halim Maaraoui no CISEx;

30/04/1969 – É publicada no Diário Oficial da União, a cassação de Halim Maaraoui;

03/05/1969 – 04/08/1969 – O vice-prefeito Oscar Tomazoni assume a prefeitura de Nova Londrina;

29/05/1969 – Oscar Tomazoni envia relatório ao exército sobre supostas irregularidades cometidas pelos ex-prefeitos de Nova Londrina;

10/07/1969 – Olga Maaraoui envia denúncia ao SNI contra Leonardo Spadini sob a acusação de subversão;

22/07/1969 – Olga Maaraoui envia denúncia à Subcomissão Geral de Investigação em Curitiba, contra Avelino Colla;

27/07/1969 – Halim Maaraoui é seqüestrado por suposto militar;

04/08/1969 – 31/01/1971 – O Interventor Sauer Salum administra a prefeitura de Nova Londrina;

25/08/1969 – Olga Maaraoui envia denúncia ao Exército, contra Alonso Canheti Postigo;

25/08/1969 – Remessa dos autos de Investigação Sumária para o Ministério da Justiça;

01/10/1969 – Olga Maaraoui manda denúncia ao Ministério da Justiça, contra Alonso Postigo, Daniel Cardoso dos Santos e Leonardo Spadini;

19/11/1969 – Parecer dos vereadores Alonso Postigo e Avelino Colla elencando as supostas irregularidades das administrações de Maaraoui e Tomazoni na prefeitura;

17/03/1970 – Primeiros depoimentos das testemunhas na fase de Inquérito Policial;

20/03/1970 – Primeira vez que Halim Maaraoui é ouvido sobre as acusações que pairam sobre ele;

02/04/1970 – Carta de Halim Maaraoui a Polícia Federal, onde faz acusações contra seus adversários políticos;

11/05/1970 – Denúncia Crime apresentada perante a Justiça Militar, contra Halim Maaraoui;

12/05/1970 – Recebimento da denúncia e abertura do processo nº 533/70;

18/05/1970 – Oitiva do acusado Halim Maaraoui perante a Justiça Militar;

09/11/1970 – Oitiva das testemunhas de acusação Avelino Colla e Alonso Postigo;

15/07/1971 – Oitiva da testemunha de acusação Oliver Grendene;

09/09/1971 – Oitiva da testemunha Oscar Tomazoni;

20/09/1971 – Oitiva da testemunha de defesa Wilson Fortes, presidente da Assembléia Legislativa do Paraná;

29/09/1971 – Alegações Finais apresentadas pelo Procurador da Justiça Militar;

08/10/1971 – Alegações Finais apresentadas pelo advogado de defesa;

17/11/1971 – Sentença de absolvição da Justiça Militar;